

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

Departamento de Psicologia

GRUPO-T E PSICOTERAPIA DE GRUPO:

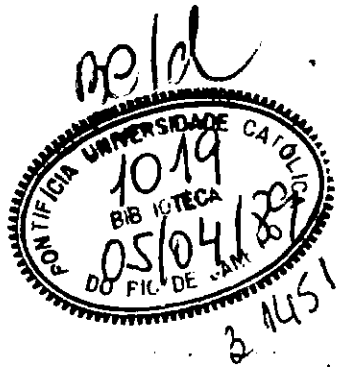
UMA COMPARAÇÃO

Amaryllis Alves Schvinger

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Rio de Janeiro, fevereiro de 1974.

ve 19564-9



150
5397
FESE ve

rece

A Paulo Schvinger presença querida
e estímulo constante.

A Afife Silva, inestimável amiga e
colaboradora.

A Fernando Achilles cuja cultura, ho-
nestidade e amor ao trabalho muito me
influenciaram.

A Monique Augras meu agradecimento por
sua ajuda, dedicação e lucidez na ori-
entação deste trabalho.

S U M Á R I O

Este trabalho abrange uma apresentação detalhada do que é o grupo-T em Desenvolvimento Interpessoal e a psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica. Procuramos sistematizar o maior número de informações sobre ambos obtidas em autores legitimados por sua experiência e trabalhos publicados, em seguida buscamos estabelecer uma comparação entre os dois campos, acentuando afinidades e divergências encontradas.

A dissertação se desenvolve em três partes principais. Na primeira fazemos uma apresentação do grupo-T, sua história, as definições encontradas, os objetivos a que se propõe, os métodos e técnicas para alcançar esses objetivos e os pressupostos em que acreditamos sua criação foi baseada. A fim de completar esta descrição achamos imprescindível acrescentar as informações disponíveis sobre o papel do coordenador, a composição do grupo e seus aspectos mais secundários como o tamanho, a duração e o ambiente físico da experiência.

Evidentemente a mesma sistematização se impõe quando da descrição da psicoterapia de grupo, na segunda parte. Muitas vezes se nos afigurou difícil essa apresentação, já que amoldar relatos dispersos de teoria e métodos num quadro referencial único tendia a deixar de lado uma grande variedade de dados. A psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica refere-se a todas as formas que adotam como esquema teórico básico a psicanálise. Não se constituem em um todo integrado, ao contrário, há inúmeras variações que se distinguem pela introdução de outros conceitos e técnicas alheios à psicanálise clássica.

Cada uma destas duas partes é seguida de uma apreciação crítica e de um levantamento sobre os respectivos efeitos comprovados experimentalmente.

Finalmente procuramos estabelecer a comparação a partir dos dados apresentados até este ponto. Para isso tomamos os principais aspectos do grupo-T e da psicoterapia de grupo suscetíveis de serem confrontados: o desenvolvimento histórico, os objetivos, a metodologia, o papel do coordenador e do terapeuta, a composição dos dois tipos de grupos e ainda os aspectos formais que os caracterizam (duração da experiência, frequência das sessões e ambiente físico). Nesta comparação utilizamos as referências encontradas em alguns dos autores já consultados. Verificamos que a maioria dessas abordagens era desatualizada e incompleta, portanto de reduzido valor. A principal característica dessa deficiência reside no fato de que tais confrontações foram feitas levando em consideração apenas um ou dois tipos existentes de grupo-T e de psicoterapia de grupo - quando na realidade comumente até mesmo sob a mesma denominação há inúmeras modalidades que diferem entre si em aspectos essenciais.

Procuramos então descrever algumas conclusões pessoais sobre o tema da comparação, sem considerá-las definitivas ou incontestáveis.

S U M M A R Y

This work involves a detailed presentation of the T-group for interpersonal development and of group psychotherapy with a psychodynamic orientation. The author has tried to present the greatest amount of information about these two subjects, drawing from authors who have proved their abilities through their experiences and their written works. An attempt has also been made to establish a comparison between these two branches, accentuating their affinities and divergences.

The essay contains three main parts. In the first part the author presents the T-group, its background, possible definitions, its established objectives, the methods and techniques used to obtain these objectives, and the underlying assumptions upon which its development was based. In order to complete this description it was found absolutely necessary to include available information on the role of the coordinator, the composition of the group, and its more secondary aspects such as the size, duration, and physical environment of the experience.

Obviously the same arrangement was necessary when describing group psychotherapy in the second part. Several times this presentation seemed quite difficult, since to put the various theories and methods into only one referential figure tended to leave out a great variety of information. Group psychotherapy of a psychodynamic orientation refers to all forms that adopt psychoanalysis as the basic theory. They do not form an integrated whole. On the contrary, they present innumerable variations that distinguish among themselves by the introduction of concepts and techniques other than those of classical psychoanalysis.

Each one of these two parts is followed by a critical appreciation and by an estimate of their respective effects as confirmed by experiment.

Finally an attempt was made at comparison based on the presented data. This was done by using those main aspects of the T-group and of group psychotherapy susceptible to comparison; historical development, purposes, methodology, the role of the coordinator, the role of the therapist, the composition of the two kinds of group, and also the formal aspects that characterize them (such as duration of the experience, frequency of the sessions, and physical environment). In this comparison reference was made to some of the authors previously cited in the body of the work. It was noted that the majority of these references were out of data and incomplete, and therefore of reduced value. The main characteristic of this deficiency resides in the fact that such comparisons have been made between only one or two types of T-group and of group psychotherapy, whereas usually, and even when they use the same names, there are uncounted modalities that differ among themselves in essential aspects.

Some personal conclusions were then made on the theme of comparison, without them being considered either definite or incontestable.

1. O GRUPO-T

1.1. Em busca de uma definição

- 1.1.1 Gênese
- 1.1.2 Modalidades
- 1.1.3 Conclusão

1.2. Grupo-T em desenvolvimento interpessoal

- 1.2.1 Objetivos
- 1.2.2 Metodologia e pressupostos básicos
 - 1.2.2.1 Métodos e técnicas
 - 1.2.2.2 Pressupostos básicos
- 1.2.3 O coordenador, a composição e os aspectos formais do grupo
 - 1.2.3.1 O coordenador
 - 1.2.3.2 A composição e os aspectos formais
- 1.2.4 Resultados
- 1.2.5 Conclusão

2. A PSICOTERAPIA DE GRUPO

2.1. Definição

- 2.1.1 História
- 2.1.2 Modalidades

2.2. A psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica

- 2.2.1 Objetivos
- 2.2.2 Metodologia e pressupostos básicos
- 2.2.3 O terapeuta, a composição e os aspectos formais do grupo
- 2.2.4 Resultados
- 2.2.5 Conclusão

3. COMPARAÇÃO

- 3.1. Quanto ao desenvolvimento
- 3.2. Quanto aos objetivos
- 3.3. Quanto à metodologia
- 3.4. Quanto ao coordenador, composição e aspectos formais de grupo
- 3.5. Conclusões

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho surgiu do nosso início de atividades na área de psicoterapia de grupo. Havia então já alguns anos que atuávamos em grupo-T com populações diversas e segundo padrões conhecidos em nossa formação na Pontifícia Universidade Católica e posteriormente ampliados no MTL Institute for Applied Behavioral Science, nos Estados Unidos. Paralelamente prosseguríamos na área de psicologia clínica, no atendimento psicoterápico individual. Em função de toda essa experiência, no começo da prática em psicoterapia de grupo, várias questões surgiram: haveria aí possibilidade de aplicar nossos conhecimentos sobre a metodologia do grupo-T? Como aproveitá-los em um contexto, a psicoterapia, considerado extremamente particular até há pouco tempo? Quais dificuldades, quais inconsistências ou incongruências teóricas haveria entre os dois campos? O que já tinha sido escrito e discutido sobre esse assunto? Que validade atribuir a esses trabalhos? Acreditamos então que poderíamos transformar a busca de respostas a uma série de dúvidas pessoais em um trabalho que fosse esclarecedor também a outros profissionais que lidassem tanto em uma área quanto na outra.

Até então tínhamos observado uma escrupulosa distância entre os dois campos, não só entre os profissionais como nas colocações teóricas encontradas. Por um lado o grupo-T se definindo como pertencendo à área educacional, tendo como característica principal a de ser um método de aprendizagem cujo objetivo geral seria o de estimular mudanças no indivíduo e em suas relações interpessoais. Essas mudanças se intencionaram à obtenção de maior espontaneidade, abertura, aceitação de si mesmo, criatividade, disponibilidade afetiva nas relações humanas e outros.

A psicoterapia de grupo, tomada genericamente, estaria voltada para a reconstrução da personalidade, visando

corrigir deficiências ou distúrbios mentais de origens diversas e definidas dentro de quadros clínicos específicos. Nesta nossa perspectiva parecia haver uma distinção nítida entre os dois campos, mas foi dentro dela que começaram nossos questionamentos. A "nitidez" parecia se diluir diante de perguntas como por exemplo: a aceitação de si mesmo se dá através de qual processo? Como determinar o que é "reconstrução de personalidade" Em que se distingue o processo de mudança em psicoterapia de grupo e em grupo-T? E muitas mais. Dizem Meschler, Massarik e Tannenbaum: "Hoje é defícil dizer o que é ou deveria ser o grupo-T ou a psicoterapia (...) as variedades de objetivos e técnicas em terapia indicam como elas diferem amplamente entre si" (79). E o mesmo pode ser dito quanto ao grupo-T. Ambos se desenvolveram a partir de necessidades práticas, da experiência renovada de seus líderes, e tentaram ao longo do tempo construir teorias que os fundamentassem. E é nesse aspecto teórico que se encontra sua fragmentação e inconsistência. Para Lubin e Eddy, "mesmo há alguns anos atrás a prática do treinamento em laboratório estava adiante do desenvolvimento de uma teoria bem fundamentada. Hoje esta distância aumentou consideravelmente. A situação nos parece análoga à da psicoterapia de grupo. E da mesma forma que no campo da psicoterapia de grupo, há no treinamento em laboratório um grande número de teorias sobre o método de aprendizagem. Contudo, apenas pequenas partes dessas estruturas teóricas passaram por teste empírico" (58, pag. 315).

Desejamos demonstrar em que consiste essa fragmentação e variedade dentro das duas técnicas de trabalho em pequenos grupos, e procurar chegar a uma comparação dos dois processos. Dentro de um objetivo mais amplo, queremos descobrir se é possível, a partir de origens teóricas e práticas diferentes, encontrar entre a psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica e o grupo-T pontos comuns que justifiquem uma atual indiferenciação entre ambos, ou se ao contrário, adotando um

maior rigor analítico, eles se mostrem incompatíveis. Deixaremos em aberto ainda a possibilidade de questionamento da viabilidade e validade de tal confrontação.

Em resumo, nosso trabalho se propõe a uma caracterização, a mais completa ao nosso alcance, dos dois campos, e a colocar em questão (*In-frage-stellen*) as diferenças e semelhanças possíveis entre ambos.

1. O GRUPO-T

1.1 Em busca de uma definição

1.1.1 - G ê n e s e

A particularidade da história do grupo-T é um início bem localizado no tempo, contrapondo-se à existência nos últimos anos de uma grande diversidade e multiplicidade de orientações e definições. Esta multiplicidade se traduz nitidamente pelo número de denominações pelos quais o método é conhecido.

Para uma melhor compreensão desse fenômeno, vamos descrever a evolução histórica do grupo-T:

No verão de 1946, a Comissão Inter-Racial de Connecticut, o Departamento de Educação de Connecticut e o Centro de Pesquisas em Dinâmica de Grupo (na época pertencente ao Massachusetts Institute of Technology), patrocinaram um seminário para treinamento e pesquisa, tendo como objetivo específico o desenvolvimento de líderes locais que pudessem ser mais eficientes na garantia de sucesso do Fair Employment Practices Act. O Centro de Pesquisas em Dinâmica de Grupo faria a pesquisa sobre os efeitos do seminário e as futuras aplicações das aprendizagens assim obtidas.

Os indivíduos convidados a participar do seminário eram principalmente do campo da educação e de serviço social. A equipe encarregada da parte de treinamento era composta por Leland P. Bradford, da National Education Association; Keneth D. Benne, da Universidade de Colúmbia, e Ronald Lippitt

do Centro de Pesquisas em Dinâmica de Grupo. Na parte de pesquisa do projeto havia Kurt Lewin e Ronald Lippitt, como coordenadores, e três estudantes de psicologia social que trabalhavam como observadores: Morton Deutsch, Murray Horwitz e Melvin Seeman.

O projeto do seminário consistia inicialmente de três grupos de dez participantes, cada, que discutiriam sobre problemas ligados à situação de origem (back-home situation). Para clarificar, diagnosticar e praticar soluções possíveis para os problemas discutidos era usada a representação de papéis (roleplaying). O observador-pesquisador de cada grupo usava tabelas para codificar as interações e seqüências de comportamento observados no grupo. Esse material seria levado ao conhecimento da equipe de treinamento nas reuniões à noite. Mas alguns participantes pediram permissão para assistir a essas reuniões, e lhes foi permitido. O interesse e o envolvimento que eles demonstraram nas observações dos pesquisadores sobre as interações grupais foi tão grande que logo atraíram outros participantes. Pouco depois, todos os participantes assistiam a essas reuniões e afirmavam que tiravam mais proveito dessas observações sobre a interação de seus comportamentos do que do conteúdo das discussões, acrescentando que isso estava ajudando-os a compreender seus próprios comportamentos e o desenvolvimento de seus grupos.

Em 1947, sob os auspícios da National Education Association e do Centro de Pesquisa em Dinâmica de Grupo do Massachusetts Institute of Technology a mesma equipe de treinamento organizou um programa de três semanas em Bethel, Maine - uma pequena cidade ao Norte dos Estados Unidos, situada entre bosques e muita vegetação, com aproximadamente 2.000 habitantes durante o ano. A escolha deste local tinha como objetivo obter uma "ilha cultural", um isolamento para os participantes de sua rotina de vida diária de trabalho. Lewin achava que as mudanças

seriam mais fáceis se as forças situacionais que agiam no sentido de resistir à mudança fossem deixadas para trás.

Dentro deste programa, chamado de Treinamento em Laboratório (Laboratory Training), havia uma parte denominada Treinamento de Habilidades Básicas (Basic Skills Training Groups - BST) onde um membro da equipe atuava como observador, fornecendo informações sobre os comportamentos observados para que o grupo os discutisse.

Havia também um coordenador que ajudava o grupo a avaliar as anotações feitas pelo observador e a discutir os dados fornecidos pelos próprios participantes do grupo.

Os objetivos do grupo BST eram bastante ambiciosos, incluindo:

- aprender conceitos relativos à mudança planejada;
- obter critérios e índices de desenvolvimento de grupos;
- permitir a prática de diagnosticar as atividades que permitem ao agente de mudança efetuar mudanças no grupo;
- fazer análise de comportamento de grupo, interpessoais e intergrupais;
- planejar a aplicação das aprendizagens feitas no laboratório para a situação originária do participante;
- obter uma percepção de si próprio mais acurada e de sua relação com os outros dentro do grupo e com o grupo como um todo;

- obter uma compreensão mais clara dos valores democráticos.

Esperava-se também que o participante obtivesse recursos não sō para funcionar mais efetivamente como membro de um grupo, mas que adquirisse tēcnicas e conceitos necessārios a que ele prōprio transmitisse o que aprendeu para os outros, quando voltasse para seu campo de atuaçāo especīfico.

Em torno desses temas vārias experimentaçōes foram feitas nos anos que se seguiram. Todas as āreas da programaçāo: objetivos, metodologia, composiçāo do grupo, etc. passaram por modificaçōes, aperfeiçoamentos e revisōes.

Nessa histōria se distinguem duas principais fases do grupo-T (8): a primeira vai de 1949 a 1955 e a segunda de 1955 em diante.

1^a fase: Caracterizou-se por vārias experiēncias que levaram a um destacamento do grupo-T dentro do programa de laboratōrio. O trabalho do grupo se centrava na anālise do comportamento dos participantes e no comportamento do grupo no contexto do aqui-e-agora da experiēncia - deixando de lado a apresentaçāo de conceitos, de anālise de fatos ocorridos fora do grupo. Esses conceitos referiam-se basicamente a processos de comportamento e funcionamento do agente modificador: desenvolvimento de grupos e funcionamento dos membros e do līder; democracia, operacionalmente definida como princīpio de mētodos para colaboraçāo entre pessoas nos processos de crescimento (mudança, reeducaçāo ou soluçāo de problemas).

Um outro fator que contribuiu para a separaçāo do grupo-T dentro do laboratōrio foi o de que, atē 1949, a equipe de coordenadores era composta de profissionais do campo da

educação, da psicologia social e da sociologia. A partir desse ano, começaram a participar os primeiros coordenadores do campo da psiquiatria e da psicologia clínica. Surgiram então os conflitos entre esses e os mais antigos, de formação lewiniana. Nesta época, o grupo BST foi rebatizado de grupo-T (de treinamento) e ao lado da diminuição de ênfase em conceituações e técnicas de manejo do grupo surgiu o foco nos acontecimentos interpessoais e nos acontecimentos grupais ligados exclusivamente às experiências desenvolvidas durante o grupo. Os demais objetivos não foram abandonados, mas deslocados para outras partes do programa de laboratório.

2ª fase: A partir de 1956, se acentuaram as tendências a reintegrar o grupo-T no planejamento total do laboratório. Isso foi feito seguindo três modelos:

a) Fazer do grupo-T o centro da experiência de laboratório. Isso significava aceitar como principal objetivo a clarificação e resolução de problemas intra e interpessoais, junto com graus variados de ênfase sobre aprendizagem de fenômenos pr prios de pequenos grupos. Nesse sentido, a apresentação de idéias e teorias é feito sempre a partir das necessidades do grupo e no momento em que aparece essa necessidade. A int gração é obtida minimizando os objetivos vistos como inconsistentes com aqueles que o grupo demonstrava precisar em seu processo.

b) Reincorporar os objetivos deixados de lado quando da separação do grupo-T. Este passa a ser usado também para ajudar os participantes a lidar com os problemas de mudanças nos ambientes de origem; como um meio de praticar as habilidades de agente de mudança e para clarificar os conceitos sobre mudança. Também é usado para gerar e analisar processos de conflito e co laboração no plano organizacional ou comunitário.

c) Fazer diferentes agrupamentos de participantes onde t ecnologias diferentes são aplicadas a vários objetivos de ap ren

dizagem. Cada agrupamento tem um coordenador que está em constante contato com os demais. E a medida que o laboratório vai se desenvolvendo no tempo há sessões integradoras desses segmentos que visam a ajudar os participantes a relacionar e integrar as partes de sua experiência total no laboratório.

Estes padrões acima descritos foram o ponto de partida para uma evolução do grupo-T em direções variadas, abrangendo objetivos e técnicas distintos. Sua história está intimamente relacionada ao National Training Laboratories (NTL) nos Estados Unidos. É a partir do trabalho desta instituição que se implantou em outras cidades americanas e em outros países a utilização desta metodologia. No momento, a simplicidade encontrada na descrição acima não mais existe. Com o crescimento da aplicação do grupo-T, tanta variação foi criada que algumas apenas têm uma leve conexão com o ponto de partida em Bethel. E algumas áreas de especialização da aplicação foram criadas, como por exemplo, o modelo descrito em (b) passou a ser utilizado mais em grupos de "família", ou seja, grupos de profissionais pertencentes a uma mesma instituição - como empresa, organização religiosa, escola, etc. - objetivando uma aprendizagem de técnicas de mudança que envolvessem não só o participante, mas toda a organização. O indivíduo é considerado também no seu papel ocupacional, de trabalho, com menos destaque em seus aspectos puramente pessoais. Por outro lado, o modelo em (a) seguiu com uma orientação onde o foco de aprendizagem é o participante individual, seus valores de vida, seus sentimentos e as relações que estabelece com as pessoas. Considera que estes valores se revelam na linguagem dos sentimentos e comportamento tal qual são manifestados no presente de grupo.

Uma das dificuldades para se chegar a uma definição única reside na grande variedade de grupos com objetivos e técnicas semelhantes e de denominações também variadas (42, 53). Quando falamos da história do grupo-T, verificamos que

ele era uma parte de um programa de treinamento denominado laboratório, que durante uma época adquiriu "independência" em relação ao design total do laboratório. Até este ponto, apenas estas duas denominações eram conhecidas e utilizadas.

Torna-se necessário esclarecer que laboratório corresponde à denominação inicial dada ao programa de treinamento feito a partir de 1946 e também é o nome geral dado à metodologia originada neste programa.

Atualmente, várias denominações surgiram, sem que se possa discriminar qualquer critério diferenciador estável que justifique a diversidade, como diferentes objetivos ou tipos de intervenções do coordenador. Grupos de mesmo nome apresentam características diferentes, enquanto grupos de nomes diferentes têm características muito semelhantes. As distinções existentes entre as várias abordagens de grupo não reside, ou não se adapta, às diferenças de denominações.

O elemento básico a todos os tipos de grupo que se desenvolveram a partir da experiência inicial de Bethel é o de considerá-los como um processo de aprendizagem que visa facilitar uma mudança no indivíduo a partir de sua experiência no grupo.

As denominações mais empregadas são:

Treinamento em Laboratório (Laboratory Training)

Treinamento de Sensibilidade ou em Sensibilização (Sensitivity Training)

Treinamento em Relações Humanas (Human Relations Training)

Grupo de Encontro (Encounter Group)
 Grupo de Treinamento - Grupo-T (T-Group)
 Grupo de Desenvolvimento Interpessoal

Todos esses nomes encontram uma barreira para sua compreensão quando procuramos traduzi-los. Assim a expressão "treinamento" dá uma idéia de adestramento que não existe no original. Em inglês, "to train" significa "to make or become proficient with specialized instruction and practice" (84). Em português, a expressão mais próxima seria a de aperfeiçoar, e teríamos grupo de aperfeiçoamento. Mesmo assim preferimos não usá-la por não ter nenhuma ressonância no vocabulário profissional atual. Da mesma forma, a palavra "sensitivity", uma das mais usadas na literatura americana, e a que foi usada inicialmente no Brasil por F. Achilles, um dos principais introdutores da técnica, não encontra uma tradução exata em "sensibilização ou "sensitividade", sendo a primeira a mais adequada das duas. "Sensitive" significa "responsive to external conditions or stimulation; susceptible to the feelings of others; registering very slight differences or changes of condition" (84). É esta significação que corresponde mais ao objetivo do grupo-T, embora deixe de lado a responsividade às condições internas do indivíduo, inseparável da externa.

Vamos apresentar algumas definições segundo autores consultados. Preferimos manter as denominações utilizadas por eles no original, que com mais frequência é a de laboratório ou de grupo-T.

B. Lubin e M. Eddy (53) dizem que laboratório refere-se a uma série de atividades ligadas à aprendizagem, realizada em pequenos grupos, baseada na experiência, na qual os participantes focalizam basicamente na determinação de objeti-

vos, na observação, no feedback, na análise de dados, no planejamento de etapas de mudanças, na avaliação dos progressos, etc. Argyris acrescenta (7) que o laboratório pode incluir diferentes atividades, de acordo com a necessidade e objetivos do grupo em questão.

Uma definição de laboratório como metodologia é a de Bradford et al. (18): uma metodologia de treinamento em relações humanas que tem por finalidade oferecer aos participantes a oportunidade de aprender sobre si mesmos, obter insight sobre o comportamento dos outros e adquirir uma compreensão sobre processos de grupo. Schein e Bennis a descrevem como "uma estratégia educacional que se baseia em experiências geradas em vários encontros sociais, pelos próprios participantes, e que objetiva influenciar atitudes e desenvolver competência nas interações humanas. Essencialmente, portanto, o laboratório procura induzir mudanças relacionadas ao próprio processo de aprendizagem e a comunicar um método particular de aprendizagem e indagação" (68, pg. 4). Este termo "competência" ou "capacitação" é bastante empregado quando se fala em laboratório e pertence ao esquema ligado à competência interpessoal, definida por ele como a "capacidade de lidar eficientemente com as relações interpessoais". (5, pg. 24).

Bradford (18) diz que o grupo-T visa primeiramente a ajudar o indivíduo a aprender como aprender de sua experiência contínua sobre si mesmo (self-awareness), a desenvolver a sensibilidade aos fenômenos que surgem nas relações interpessoais e a compreender as consequências do comportamento próprio e o dos outros. A aprendizagem nestas áreas requer uma disposição para explorar abertamente as próprias motivações e sentimentos, a utilizar as reações dos outros como feedback sobre as consequências do próprio comportamento e a experimentar novas maneiras de atuar.

Gibb et al. dão uma definição extensa, que abran-ge vários aspectos descritos acima, mas numa síntese que nos parece mais completa: "O grupo-T é um grupo relativamente não estruturado no qual os indivíduos se envolvem numa experiência de aprendizagem. Os elementos dessa aprendizagem não estão fora deles, ou remotos de sua experiência dentro do grupo. Estes elementos são as interações entre os membros, seus próprios comportamentos no grupo, na medida que buscam criar uma organização produtiva e viável, uma sociedade em miniatura; e enquanto trabalham para estimular e apoiar a aprendizagem uns dos outros, os participantes devem estabelecer um processo de indagação no qual os dados sobre seus próprios comportamentos são recolhidos e analisados simultaneamente com a experiência que gera estes comportamentos. Cada indivíduo pode aprender sobre suas motivações, sentimentos e estratégias ao lidar com outras pessoas. Aprende também sobre as reações que produz nos outros quando interage com eles, e localiza as barreiras ao seu funcionamento integral e autônomo com os outros" (18, pg. 2).

Os elementos básicos das definições apresentadas são portanto:

- o grupo-T é uma experiência de aprendizagem, ou educacional, desenvolvida em pequenos grupos;

- os elementos que servirão de dados para esta aprendizagem surgem da própria experiência no grupo e do grupo;

- o foco da aprendizagem é o indivíduo e sua relação com os outros membros do grupo e com o coordenador, às vezes acrescido do foco no grupo como um todo;

- o grupo-T tem uma metodologia própria, cujos elementos principais são: o uso do feedback, a confrontação entre os participantes, a expressão e exploração dos sentimentos e

percepções, a busca e experimentação de novos comportamentos e a avaliação destes comportamentos.

Peter R. Smith (75) acentua três características importantes na compreensão do grupo-T:

1. A responsabilidade pela aprendizagem é do próprio indivíduo. O papel do coordenador não é ensinar, mas propiciar condições onde os participantes possam aprender, se eles escolherem fazê-lo.

2. A experiência acentua a importância dos sentimentos como algo especialmente importante a ser plenamente vivido e compreendido.

3. O processo de dar e receber feedback é imprescindível para o aperfeiçoamento das relações entre os indivíduos e para cada um pessoalmente. (Feedback é a informação que o indivíduo recebe e dá a respeito de sua imagem e dos efeitos e reações de seu comportamento sobre os outros) (3, pg. 9).

1.1.2 - Modalidades

Há várias classificações quanto às modalidades básicas de grupo-T. Em algumas, o que diferencia um tipo de outro é o foco da experiência (individual, interpessoal ou grupal), em outras, o processo ou ainda os objetivos. Contudo, não é possível fazer uma classificação estável porque este campo está em constante mutação, à medida que surgem novos grupos com novos enfoques. Muitas vezes a descrição dos processos também é muito vaga e não permite distinguir em que uma modalidade de grupo se diferencia de outra.

Se colocados num continuum, teríamos de um lado aqueles grupos cujo foco básico são os processos organizacionais (que facilitam ou inibem o funcionamento de um grupo) e do outro lado os que têm o foco no indivíduo, e neste, o conhecimento do corpo, a auto-expressão e a expansão da experiência sensorial (52).

Uma classificação que não pretende ser única ou a mais completa possível, mas que nos pareceu útil para o objetivo deste trabalho é a seguinte:

a) Grupo que focaliza primariamente na dinâmica do grupo e que busca propiciar aos participantes a possibilidade de compreender o desenvolvimento do grupo, as pressões aí existentes, o papel da liderança, as tensões comuns aos grupos, os obstáculos à realização de seus objetivos, os níveis e padrões de comunicação entre os participantes e intergrupos. Uma evolução desta modalidade, surgida em 1960, é o chamado Grupo de Desenvolvimento Organizacional (D.O.), em que se trabalha sobre uma equipe e não com o indivíduo. É um esforço de aperfeiçoamento do sistema de uma organização (empresa, escola, hospital, instituição pública) etc.) através do desenvolvimento dos indivíduos e grupos que a compõem. O que acontece nos grupos é muito influenciado pelas relações preexistentes entre os membros, e isto se reflete, sobretudo, no grau de abertura mútua e franqueza, geralmente menor que nos demais tipos de grupo (75). O coordenador é visto como um especialista-facilitador dos processos de desenvolvimento grupal.

b) Grupo que enfatiza uma aprendizagem pessoal advinda das relações interpessoais e a comunicação entre os participantes conforme se configuram no aqui-e-agora. O coordenador estimula a observação e análise sobre os comportamentos dos participantes e as repercussões entre si destes comportamentos.

c) Grupo em que o foco da experiência é sobretudo o indivíduo e não as relações interpessoais. Não se distingue de maneira radical do grupo anterior, e muitas vezes encontramos técnicas comuns aos dois. É uma modalidade de grupo surgida a partir de 1960 e desenvolvida principalmente na costa oeste dos Estados Unidos pelo Esalen Institute, Big Sur, Califórnia. Emprega um grande número de técnicas estimulatórias, tais como exercícios não verbais nos quais as pessoas expressam seus sentimentos através do contato físico, gestos, fantasias, dramatizações, dança, etc. Enfim, o indivíduo e seu próprio corpo são as fontes de experiência e aprendizagem principais. A ênfase desse tipo de grupo, que pode ser chamado de Desenvolvimento Pessoal (Personal Growth) ou Conhecimento Sensorial (Sensory Awareness) está em ajudar o indivíduo a ter uma vivência de si mesmo mais plena e expandir a gama de sentimentos e sensações às quais ele pode ter um acesso direto. O papel do coordenador aqui é diferente: ele é o iniciador de experiências, de quem o grupo depende, pois é o especialista, o que conhece as técnicas próprias desses tipos de experimentações (85, 50). Com isso, esse tipo de grupo é o mais passível de chegar a exageros, muito criticados nos Estados Unidos. Devido à intensidade emocional da experiência, à pouca ligação com a realidade do mundo fora do grupo, com a rotina, ele tende a ser utilizado muito como "refúgio", onde as pessoas vivem momentos de intensa beleza e de expressão aberta e incontida de emoções que não encontram paralelo na vida fora do grupo. E o coordenador, tendo um papel tão dominante, se não for um profissional competente e responsável, pode gerar experiências desastrosas para alguns participantes. Os demais grupos não estão isentos de tais ocorrências, mas elas parecem ser mais frequentes nesse último tipo.

1.1.3 - Conclusão

Daqui por diante nos deteremos na modalidade descrita em (b), que seria o grupo-T propriamente dito, e adotaremos essa denominação abreviada para representar a expressão grupo-T em desenvolvimento interpessoal, que transmite a idéia de ênfase nas relações interpessoais e de crescimento ou aperfeiçoamento. Mem sempre é possível distingui-lo nitidamente do (c), muitas técnicas são comuns e os objetivos podem se sobrepor. Procuramos acentuar as características próprias do (c) na tentativa de caracterizá-lo.

A escolha do segundo tipo foi feita porque focaliza no indivíduo, mas a partir sobretudo da sua interação com os outros no grupo, não se prende a uma aplicabilidade restrita como o Desenvolvimento Organizacional, nem se centra exclusivamente no indivíduo como em (c). Por outro lado, é o que possui a metodologia mais consistente, mais nitidamente caracterizada e definida dentro do quadro de experiências de grupos.

Embora tenhamos diferenciado o grupo-T do de Dinâmica Organizacional e Conhecimento Sensorial, isto não significa que esta modalidade seja feita de uma maneira única; ao contrário, dentro dela ainda permanecem muitas variações. Nestas os processos podem ser semelhantes, mas a colocação de objetivos, por exemplo, abrange desde uns poucos colocados com precisão até uma descrição tão variada que se tornam extremamente ambiciosos.

1.2 Grupo-T em desenvolvimento interpessoal

1.2.1 - Objetivos

Na tentativa de sistematizar o material encontrado sobre o tema "objetivos do grupo-T" chegamos à conclusão de que eles se distribuem em duas categorias básicas:

1) Aqueles que dão maior atenção à aprendizagem de habilidades ou capacitações (skills) específicas, de técnicas de diagnóstico, de aspectos cognitivos sobre os processos de participação em grupos e sobre grupos, e ao exame de conceitos como coesão, poder, clima, estrutura, desenvolvimento, etc. a partir da experiência do próprio grupo.

2) Aqueles que destacam o crescimento do participante como pessoa, através da vivência mais plena de seus próprios sentimentos e emoções, do maior conhecimento sobre suas motivações, necessidades e valores pessoais que aparecem na confrontação ou no encontro interpessoal.

Isto não significa que essas duas categorias de objetivos se excluem mutuamente. Ao contrário, geralmente estão presentes em todo grupo-T, apenas em graus diferentes, de acordo com os pressupostos e as características pessoais e profissionais do coordenador.

Assim verificamos que:

- Bradford (17), Bennis (13), Benne et. al (10), Blake (15) colocam como objetivo geral do grupo-T obter aprendizagem sobre processos, comportamentos e desenvolvimento de grupo. Aqui estão incluídos o desenvolvimento de relações inter-

personais no grupo e o estabelecimento de uma comunicação adequada ao rendimento do grupo (Shepard e Bennis, (71); o aprender como aprender - significa ajudar o indivíduo a aprender de sua experiência nas áreas de autopercepção, de sensibilidade aos fenômenos da relação interpessoal, da compreensão sobre as consequências do seu próprio comportamento e o dos outros. Como para isso é necessário que as pessoas explorem abertamente suas motivações, reações, sentimentos, e experimentem novas maneiras de se comportar, um objetivo suplementar é criar um clima de apoio e facilitar situações nos quais os participantes possam aprender através do exame da própria experiência (10).

Alguns objetivos postulados sofrem a influência nítida de um sistema ético de valores como os seguintes:

- estimular a clarificação e o desenvolvimento de valores e objetivos pessoais consoantes com uma perspectiva democrática e científica dos problemas de decisão e ação pessoal e social;

- desenvolver conceitos e insights teóricos que servirão como instrumentos de ligação dos valores pessoais, objetivos e intenções às ações consistentes com estes fatores internos;

- proporcionar a aquisição de competência adequada e eficiente nas interações do indivíduo com seu meio.

Em geral, estes objetivos são colocados por autores com uma perspectiva mais tradicional do grupo-T, onde a ênfase maior é nas chamadas interpersonal skills. A tendência mais recente é liderada por Meschler, Massarik e Tannenbaum, que desenvolveram seu trabalho na Universidade da Califórnia. Definem grupo-T (ou Sensitivity Training, expressão mais usada por

eles) como "terapia para normais" (87, pg. 34); no sentido de que se propõe a ser proveitosa àquelas pessoas tidas como bem sucedidas mas que utilizam uma "fachada", que embora funcional no contexto social urbano moderno, deixa um saldo de alienação pessoal, de penúria no contato do indivíduo consigo mesmo. Entre uma abordagem e outra podemos inserir a de C. Argyris que define o objetivo geral do grupo-T como "favorecer a mudança de valores" (7, pg. 154). Valores são as diretrizes pessoais, emocionalmente enraizadas, que servem para nortear o comportamento do indivíduo numa direção específica. Admite que não se pode "ensinar" ou "vender" valores, mas que o grupo-T propõe questionar os valores ligados ao relacionamento humano.

Os objetivos secundários a este seriam: oferecer a máxima oportunidade possível para que os participantes exponham seu comportamento, dêem e recebam feedback, experimentem novas atitudes e desenvolvam um conhecimento e aceitação de si e dos outros que sejam duradouros.

Para eles, "o grupo-T procura facilitar o fortalecimento do indivíduo para que ele possa se relacionar mais plenamente com os outros nas diversas situações, possa se conhecer de modo mais íntimo e acurado, encontrar um significado importante para sua vida e iniciar ou manter um processo de crescimento individual em direção a uma adequação pessoal cada vez maior" (87, pg. 34).

Numa consideração final, queremos colocar a descrição dos meta-objetivos feita por Warren G. Bennis (14): são aqueles implícitos em todas as variedades de grupos-T, independente da composição do grupo, da orientação do coordenador e do método utilizado. São como que os valores que transcendem os objetivos particulares de cada grupo.

1. Ampliação da consciência e reconhecimento da possibilidade de escolha.

Isto acontece a partir da saída dos indivíduos de sua rotina de preocupações diárias, quando as regras de procedimento usual deixam de existir porque não há uma rotina preestabelecida. Sendo o grupo-T mais frequentemente realizado em forma residencial (geralmente num lugar afastado dos centros urbanos), há a formação de uma "ilha cultural". Paralelamente, há a ênfase na busca de compreensão, sensibilidade e diagnóstico do próprio comportamento que leva o participante a refletir sobre seu comportamento - particularmente a refletir sobre como escolher comportar-se.

2. O "espírito de pesquisa".

O grupo-T procura propiciar um clima de indagação e experimentação sobre os comportamentos já conhecidos e novos que surgem diante de cada indivíduo, sobre modelos de realidade, sobre a expressão livre de opiniões e suas repercussões.

3. A autenticidade nas relações interpessoais.

Um aspecto importante do método de laboratório é a valorização dos sentimentos: sua expressão e efeitos. O grau em que os participantes podem comunicar seus sentimentos e, por outro lado, levar os outros a expressarem os seus, é tido como um critério básico de crescimento do grupo. Acredita-se que por esta via é alcançado o que há de mais verdadeiro em cada um, despojado de defesas intelectualizantes, de posições adotadas a partir apenas de opiniões.

4. Uma concepção sobre relações com autoridade baseada na colaboração.

O coordenador e os participantes colocam-se - como colaboradores na execução dos objetivos. A crença básica é a de que o indivíduo pode exercer controle sobre seu processo de aprendizagem no grupo.

1.2.2 Metodologia e pressupostos básicos

Assim como já verificamos a grande variedade de definições e de objetivos referentes ao grupo-T, o mesmo surge na área dos métodos empregados para alcançar seus objetivos, tornando difícil uma descrição precisa dos mesmos (11, 31).

Vamos apresentar os elementos dos processos considerados comuns na forma de grupo-T que está em questão neste trabalho, embora observando que grupos de objetivos semelhantes podem ou não usar métodos semelhantes e, quando o fazem, procedem com ênfase graduada. Por outro lado, os métodos aqui apresentados caracterizam o grupo-T como uma experiência peculiar na área das ciências humanas. Alguns deles também são observados e descritos em outros tipos de grupo, sobretudo na psicoterapia de grupo.

Uma característica geral do método em grupo-T é a de que ele está em constante mudança, em função de dados obtidos em pesquisas experimentais e a partir da experiência de coordenadores inovadores e de espírito científico. Generalizações válidas sobre o método são muito difíceis de serem feitas (8), porque dada a ausência de uma teoria reguladora, é a par-

tir da experiência que o método é avaliado e buscada sua adequação. Ele sofre na prática a influência da composição do grupo, seu desenvolvimento e o tipo de intervenção do coordenador.

Para fins de sistematização, colocamos os diversos elementos separadamente. Mas é necessário observar que se trata de uma colocação artificial, uma vez que na prática esses elementos confluem e são dinamicamente interdependentes e muitas vezes é difícil distinguir quando ocorre um ou outro.

Como afirmamos no início, esses elementos não pretendem esgotar os que são usados e considerados por vários autores e coordenadores. Foram os que consideramos básicos, em nosso atual estágio de conhecimentos sobre o assunto, portanto sujeitos a reavaliação e a críticas. Todo conhecimento é provisório ou, como apontou Nietzsche, "a verdade é uma espécie de erro" (2, pg. 218).

1.2.2.1 Métodos e Técnicas

a) O feedback e a auto-revelação (self-disclosure)

Este termo foi usado inicialmente por Lewin para definir um processo dentro da dinâmica de grupo. Outra definição de Benne, Bradford e Lippitt apresenta o feedback como "respostas verbais e não-verbais dadas a uma unidade de comportamento de um indivíduo mais próximas no tempo (a este comportamento) e capazes de serem percebidas e utilizadas pelo indivíduo que manifestou o comportamento" (10, pg. 24). Deve referir-se a uma unidade de comportamento para acentuar que se relaciona a um comportamento específico, de modo a não representar uma avaliação da pessoa como um todo e assim não dificultar a aceitação, compreensão e manejo daquele que o recebe.

Horwitz (40) diz que o feedback serve primariamente para permitir ao indivíduo tornar-se consciente de alguns de seus modos característicos de interagir, que se tornam aparentes numa relação com os outros, mas que geralmente estão ocultos do próprio indivíduo. É um processo no qual se comunica a percepção que cada um tem do (s) outro (s), por exemplo: "eu o vejo impaciente desde que comecei a falar", ou uma reação emocional provocada a partir do comportamento do outro: "fico irritado quando você me olha assim de lado".

Argyris acentua (7) que o feedback deve ser descritivo, minimamente distorcido e não ser um julgamento de valor. A característica de descritivo procura reforçar o fato de que o feedback não se confunde com inferência ou interpretação sobre o porquê o indivíduo se comporta de tal maneira. Quando se descreve uma reação pessoal, deixa-se ao outro a liberdade de usar o que se disse da maneira que lhe for mais conveniente. Evitando uma linguagem avaliativa, reduz a necessidade do outro reagir defensivamente.

Fica evidente que o feedback pode ser destrutivo se se levar em consideração apenas as necessidades pessoais de quem o dá e não considera as de quem o recebe. Complementar a esta observação é a de que o feedback deve ser testado com os demais participantes do grupo, sobre a acuidade do mesmo.

Como processo, o feedback é essencial em todas as formas do grupo-T. Sem ele o foco no aqui-e-agora perde muito de seu valor, uma vez que ele deve ser verificável na realidade imediata daquele que o recebe. Uma consequência esperada da troca de feedback entre os participantes do grupo é a progressão na direção de maior congruência pessoal, definida por Rogers como a consciência entre o que se experimenta em termos de sentimentos e pensamentos e o que se manifesta em termos de

comportamento e linguagem, (87) na medida em que comparam suas próprias percepções de si mesmos com os dados que recebem dos outros.

A auto-revelação (self-disclosure) é o reverso do feedback e existe "quando um indivíduo comunica explicitamente, a uma ou mais pessoas, uma informação pessoal que ele acredita que essas pessoas provavelmente não obteriam a não ser que ele próprio revelasse. Ainda mais, essa informação pertence a sua "intimidade pessoal", isto é, deve ser de tal natureza que não é algo que o indivíduo revelaria para qualquer pessoa que lhe perguntasse sobre o assunto" (86. pg. 270).

O que se observa no grupo-T é que geralmente o feedback é dirigido sobretudo àquelas pessoas que são mais dispostas a revelar dados sobre si mesmas, e feedback adequados tendem a provocar mais auto-revelações.

Ambos os processos são essenciais a que o participante conheça mais e melhor de si mesmo (feedback) e seja mais e melhor conhecido pelos outros (self-disclosure). E com isso é postulado que o potencial de um melhor relacionamento fica estabelecido, pois não existirão os conflitos advindos de "assuntos inacabados", de idéias preconcebidas, de ressentimentos acumulados etc. Esta complementação dos dois processos entre si permite ao participante "ser ele mesmo mais plenamente e ao mesmo tempo se tornar mais capaz de estar disponível aos outros e a si mesmo" (12. pg. 62).

Quanto à pesquisa para avaliação dos efeitos do feedback, encontramos a de Roberts, Schopler, Smith e Gibb que verificaram haver uma relação significativa entre feedback positivo, redução de defesas e eficiência na tarefa executada. G. Myers, M. Myers, A. Goldberg e C. Welch (57) verificaram que

UNIVERSIDADE CATOLICA
~~27.195/1.11.74~~

UNIVERSIDADE CATOLICA

os participantes do grupo-T recebendo feedback sobre seu comportamento tornam-se mais sensíveis nas relações interpessoais e na interação social. A investigação confirma a suposição de que a abertura proporcionada pelo processo de feedback conduz a relações humanas mais satisfatórias e honestas. Mas observam a necessidade de uma comprovação posterior dos dados obtidos em sua pesquisa, a fim de verificar a duração deste efeito.

b) O foco do processo de grupo no aqui-e-agora

"Aqui-e-agora" refere-se a todos os fenômenos que se manifestam no grupo, nas pessoas e entre as pessoas durante o desenvolvimento do grupo. Contrasta com o foco no "lá-e-então", que se refere a dados existentes em outros contextos, fora do grupo, e conseqüentemente em um tempo que não abrange a experiência deste.

Os dados do aqui-e-agora incluem:

1. As estruturas específicas que se desenvolvem, como por exemplo, a posição do coordenador dentro do grupo.
2. Os processos da vida do grupo, com uma atenção especial ao início, sua manutenção e a experiência do seu fim.
3. As reações emocionais dos participantes aos comportamentos e experiência entre si.
4. Os diversos e variados estilos e modos de comportamento grupal e individual.

O foco no aqui-e-agora atende a diversos objetivos: permite centralizar a experiência do grupo no que se passa dentro dele e, com isso, ter uma história própria, independente do passado de cada participante. Este fato conduz a um despojamento maior de certas características como status, prestígio cultural, padrões de relacionamento convencionais, etc. É no como o indivíduo aparece a cada momento, a partir de situações existentes naquele lugar preciso, que o foco da atenção é concentrado. Sendo a experiência do grupo-T geralmente de curta duração, a abordagem do aqui-e-agora também evita as complexidades inerentes ao processo de pesquisa e análise de comportamentos passados. Dirigir-se ao lá-e-então tornaria inadequada a utilização da metodologia preconizada pelo grupo-T.

c) Uso de técnicas ou instrumentos

Podemos distinguir dois tipos de técnicas, ou, como são às vezes considerados, instrumentos:

1. Os que objetivam colher dados ou informações para serem conhecidos e analisados pelo coordenador e pelo grupo. São usados principalmente nas formas mais tradicionais de grupo-T, naquelas em que é importante a aprendizagem de habilidades específicas. Tais instrumentos podem ser sugeridos pelo coordenador ou inventados pelo grupo. Incluem: o uso de escalas para obter dados sobre as percepções dos participantes quanto às várias fases do processo; o uso de observadores; a formação de subgrupos para diagnóstico de certos problemas; o uso de gravador; exercícios que visam a ressaltar modos de comportamento específico sob certas condições (como ansiedade, tempo limitado, comunicação destorcida, etc.).

2. As chamadas técnicas estimulatórias, que têm o objetivo geral de facilitar e estimular a participação de um integrante no grupo ou um movimento geral de grupo. Estas téc-

nicas são conhecidas às vezes por "jogos" ou "exercícios", e entre os mais utilizados estão os não-verbais. Podem ter fins mais específicos, como o de fazer surgir, através de uma dramatização, reações latentes que buscam ou necessitam expressão manifesta - as experiências de relaxamento físico, de meditação, de conhecimento e exploração através dos sentidos estão - aã incluídas. Estas técnicas podem constituir o método dominante de um tipo de grupo (os Sensory Awareness Groups) ou funcionarem como complementares, como no caso dos grupos-T que estamos focalizando.

d) O foco no processo e nos sentimentos

Durante a experiência de grupo-T, é o processo (o "como") mais do que o conteúdo (o "o que") que recebe o foco de atenção (88). Este é um aspecto muito enfatizado por aqueles que fazem descrições teóricas sobre o método. Este "como" refere-se ao modo como o participante percebe a si mesmo e aos outros, como o grupo se comporta como um todo, como uma pessoa reage a uma determinada situação, etc.

Isto não significa a ausência total de discussões sobre conteúdo, mas sim que se procura evitar a valorização desta medida que conduzir a uma participação eminentemente intelectual, (por exemplo: discussão de uma agenda para o grupo, ou de vantagens e desvantagens da convivência em grupos, etc) ou a pesquisa de "por que" que leve a inferências ou interpretações. Argyris (7, pg. 176) dá o exemplo da pergunta "Por que você apoia X?" como uma pergunta admissível se considera uma resposta ao nível de "Eu apoio porque todos o estão atacando, mas eu quero saber a perspectiva dele". Mas se a pergunta é para chegar a necessidades mais profundas, como "Por que você precisa dar apoio aos que estão atacados?", ela não seria relevante.

Os participantes são encorajados a expressar seus sentimentos sobre si próprios e sobre os outros, e a explorar o impacto que têm sobre os demais. Assim, procuram examinar sentimentos, expressões e comportamentos sutis que na vida diária frequentemente passam despercebidos (81, 59). F. Achilles (4) costuma comparar esse processo com a projeção de um filme em câmara lenta. O comportamento diário seria a projeção em velocidade normal, enquanto durante o grupo-T se faria o ralentissement de modo que comportamentos, maneirismos, expressões faciais e corporais, etc. seriam vistos em detalhe a fim de se obter maior conhecimento e compreensão de seus significados e do impacto que essas "mensagens" - muitas vezes despercebidas, mas evocadoras de reações significativas - provocam.

A expressão de atitudes, e sobretudo de sentimentos, é essencial no grupo-T, mesmo quando as pessoas sentem que podem ser ridículas, mal-educadas, etc. Para isso é importante o clima de confiança e permissividade. Permissividade que não se confunde com laissez-faire, nem com licenciosidade, nem com fazer-o-que-der-na-cabeça-e-ver-no-que-dã. Refere-se à ausência de atitudes moralistas e julgadoras diante do que é comunicado; ao clima existente quando as pessoas se sentem livres para falar francamente e a ouvir com compreensão, e até a aceitar o silêncio como forma de participação (81).

Gibb (36), Friedlander (32) e outros, consideram a criação de um clima de confiança que reduza as defesas, diminuindo medos e desconfianças, como a função crítica do grupo-T, e nela o papel do coordenador é de extrema importância. É na sua atuação como "modelo" para o grupo que vai ficar evidente a sua influência sobre esse clima de confiança.

Para obter este clima, a redução de defesas, o grupo-T utiliza técnicas próprias, como por exemplo os exercícios

não-verbais envolvendo o grupo todo, ou subgrupos, ou um indivíduo; questionários, dramatizações, jogos, etc.

Friedlander realizou uma pesquisa para confirmar a colocação teórica de Gibb. Demonstra que a confiança entre os membros do grupo funciona como catalisador no favorecimento da competência grupal. O grupo é mais capaz de realizar seus objetivos se houver o clima de confiança.

e) O grupo como recurso

Argyris menciona a importância do grupo como principal elemento emoliente de barreiras defensivas de modo a facilitar ao indivíduo conectar-se com aspectos "desconectados" de si mesmo. "Uma vez que o indivíduo sozinho dificilmente conseguiria fazer isto, o grupo atuaria nesse sentido" (6,pg.19). Um dos aspectos principais dessa colocação é a de que o grupo tem um papel dominante na participação e no processo de aprendizagem de seus membros (52, 40) e, portanto, o coordenador não é de modo algum a fonte única, ou dominante, de recursos para o grupo. A partir desta perspectiva, diminui de muito a dependência do grupo em relação ao coordenador.

Elmore e Saunders (24) mostram que a habilidade dos membros do grupo para captar o significado e a importância da interação diminui sua percepção de onipotência do coordenador. E este fato é coerente com o pressuposto básico do grupo-T de - que os membros são responsáveis por sua própria experiência. Acrescenta que essa situação ao mesmo tempo permite um encorajamento, e até pressão, para que o indivíduo se revele tão plenamente quanto possível.

Forer ao descrever o processo de mudança evidencia o papel do grupo:

"1. O cliente deve vivenciar a parte dissociada de si mesmo e simultaneamente a vergonha, culpa ou ansiedade relacionada à desaprovação esperada.

2. Ele deve receber feedback de apoio do grupo. Este não se comporta como as pessoas no mundo externo (isto é, com crítica e julgamento de valor), não busca reforçar a vergonha, culpa ou ansiedade.

3. O cliente é ajudado a incorporar a nova experiência como válida.

4. Os membros do grupo usam seu poder para convencer o indivíduo de que a parte recentemente exposta não é tão negativa, ou é até mesmo desejável, e que o seu compartilhar esta parte de si mesmo com eles foi vivido como positivo" (cit. em 6, pag. 20).

Uma possível consequência negativa deste processo, segundo Argyris, é o que o indivíduo pode tornar-se dependente do grupo, ficando agradecido por ter conseguido experimentar e aceitar partes de si mesmo que eram desconhecidas ou avaliadas negativamente. E a partir daí achar que só dentro do grupo isso é possível, que as pessoas do mundo externo deveriam também se ocupar em tempo integral de seu crescimento pessoal.

Contudo, essa crítica procura ser neutralizada na observação de que o coordenador procura deixar claro que embora o grupo tenha um poder potencial de grande influência, cabe a ele também aceitar que o fim último de sua ajuda ao indivíduo é permitir que este possa escolher livremente o que vai ou não expressar de si mesmo, e escolher em que ele se propõe mudar ou não.

f. Uso de conceituação

A tendência inicial na primeira fase do laboratório era, como já vimos, a apresentação, separadamente do grupo-T, de "sessões teóricas" que visavam a oferecer aos participantes um quadro de referência conceitual sobre o que se passava no laboratório e informações teóricas que os coordenadores acreditavam seriam úteis para a transposição da aprendizagem feita no laboratório para o ambiente de origem do participante.

Entretanto, essa forma de apresentação foi posteriormente abandonada e se procurou então integrar a exposição de conceitos e teorias advindas das ciências do comportamento (behavioral sciences) com as demais atividades do grupo-T.

Atualmente há duas tendências principais quanto a esse elemento do método:

a) Os que não o utilizam e duvidam do seu valor, achando que uma apresentação teórica serve apenas para reforçar a tendência à intelectualização existente no grupo e assim fugir da confrontação com os aspectos emocionais. Enfatizam que a aprendizagem deve ser baseada na experiência vivida, na revelação de sentimentos e atitudes.

b) Os que utilizam a apresentação de conceituações de maneira variada: informalmente, mini-aulas próximas no tempo à experiência, distribuição de material para leitura, etc. Acha-na importante sobretudo para efetivar a transferência da aprendizagem para as situações de trabalho ou de vida em geral. Mas a ênfase maior continua sendo na aprendizagem emocional e não na conceitual (81).

A escolha de uma abordagem ou outra vai depender da composição do grupo, da perspectiva ideológica de coordenador, dos objetivos do grupo.

1.2.2.2 Pressupostos básicos

Não é fácil chegar-se a uma sistematização das bases teóricas que norteiam a metodologia do grupo-T. Nascida da experimentação, e até hoje muito voltada para a prática, essa metodologia não se fundamenta numa teoria consistente, não preenche os requisitos de "poder e economia de constructos, consistência interna e elegância lógica" e não possui valor heurístico, definido como "(a teoria) cujos constructos e relações entre variáveis são definidas de tal modo que possam conduzir quase que imediatamente a afirmações operacionais suscetíveis a uma testagem empírica ou experimental" (35, pg. 171).

O que há neste campo é um grande número de conceitos, advindos de vários campos científicos (percepção, aprendizagem, dinâmica de grupo, psiquiatria, psicologia educacional, psicologia social, etc.), que buscam constantemente integrar-se e conseguir uma validade através de pesquisas experimentais.

Descrever em detalhes estes conceitos de origem diversa na busca de uma integração seria um trabalho adequado a uma outra dissertação - se é que de todo possível. Por isso preferimos apresentar uma série de princípios teóricos que pudessem ajudar a compreensão do que é grupo-T, mais do que nos deter nas implicações da ausência de uma teoria única de laboratório.

O grupo-T foi criado para utilização no campo da educação de adultos. Os primeiros coordenadores foram buscar recursos nas áreas profissionais aos quais eles já pertenciam como pesquisadores e professores, sendo que no primeiro laboratório, tinham sua formação em psicologia social, educação, sociologia e filosofia da educação (18). Os que trabalharam na parte de pesquisa eram formados em psicologia clínica e antropologia cultural.

Posteriormente aqueles que se distinguiram como inovadores se dedicaram a estudar e integrar no laboratório a parte dinâmica das ciências sociais e de comportamento, em lugar das mais freqüentemente estudadas na época que eram a de pesquisa e a de classificações e descrições. Nesse sentido Kurt Lewin foi a figura dominante, com seus trabalhos sobre dinâmica de grupo (termo criado por ele e definido como "conjunto de forças existentes na situação de grupo que determinam o comportamento do grupo e de seus participantes") (43,pg.5), na observação de mudanças de comportamento ligadas à dinâmica de grupo. Ele acreditava que crenças arraigadas só podem ser mudadas quando as pessoas têm a possibilidade de examiná-las pessoalmente e então concluir que são insatisfatórias. Portanto os métodos para mudar atitudes são efetivos se os indivíduos têm oportunidade de descobrir os efeitos deletérios de seus comportamentos habituais sobre si mesmo e sobre os outros. Isso inclui a noção de que o indivíduo deve ser ajudado a saber como os outros o vêem (86). Sua dedicação à pesquisa, não apenas formal, mas no sentido de indagação constante, exerceu muita influência no estabelecimento do método de laboratório. O coordenador e os membros do grupo se dispunham a uma pesquisa que objetivava permitir a cada um experimentar, compreender e modificar seu comportamento.

Bradford et al. afirmam que a influência filosófica inicial maior foi de John Dewey, no seu interesse por metodologias democráticas e científicas que apontavam para a busca de maior competência no relacionamento social. Os teóricos da metodologia de laboratório acreditavam que havia uma relação íntima entre os valores inerentes à ciência e os valores democráticos. O problema intelectual que se impunha era, por um lado, tornar mais explícito os valores morais inerentes às metodologias científicas como um empreendimento humano e, por outro lado, definir os valores democráticos em termos de uma metodologia para o manejo dos conflitos humanos e das tomadas

de decisão. Para eles verifica-se coincidência entre a ética democrática e a ética científica, à medida, sobretudo, que a democracia enfatiza a capacidade potencial das pessoas para definir e solucionar problemas de maneira cooperativa quando procuram viver e trabalhar juntas. Afirmaram que os problemas comuns devem ser solucionados com a participação daqueles que são afetados pela solução.

Esta perspectiva democrática postula a validação consensual como árbitro final da adequação de todo julgamento e acordo coletivo; mas por outro lado pressupõe também que as decisões do grupo podem ser erradas. Há a necessidade de incorporar proteções contra a "tirania" ou "erro" da maioria ou mesmo do grupo todo. Uma dessas proteções é o acesso público e imediato a informações relevantes à decisão.

"A validação consensual e as proteções contra o falso consenso, próximos ao cerne da democracia como método de controle social, também são pressupostos aos direitos e responsabilidades das pessoas quanto a aprender e quanto às maneiras de facilitar a aprendizagem" (10, pg. 34).

Com o tempo, o grupo-T sofreu a influência de pensadores existencialistas como Victor Frankl, Martin Buber, Thomas Hora e humanistas em geral como Rollo May, Abraham Maslow, Carl Rogers. A influência destes é mais atuante nos grupos que visam ao maior desenvolvimento pessoal (self-actualization), a uma vivência mais plena de si mesmo e dos outros no mundo. A importância do pensamento existencial está mais na filosofia e valores subjacentes à atuação dos coordenadores do que no método ou técnicas específicas que são utilizadas.

A metodologia de laboratório é multiprofissional e multidisciplinar. Para Benne, "é uma resposta cultural às di-

ferentes e, muitas vezes confusas, abordagens educacionais". Mas acrescenta que "a abordagem de laboratório não é eclética no sentido de recolher conceitos de várias áreas indiscriminadamente e ir justapondo-os. Ela busca uma seleção e integração de conceitos baseados em um determinado objetivo e com consideração pelos valores sobre tipo e qualidade de aprendizagem" (18,pg.23).

A partir destas considerações teóricas gerais, procuramos delinear os pressupostos mais específicos. Acreditamos que haja mais do que os aqui enumerados, mas estes nos pareceram suficientes para esclarecer e distinguir o grupo-T de outras abordagens sobre grupo.

- a) O desenvolvimento pessoal como um processo de aprendizagem.

A constatação de que uma pessoa pode mudar aspectos significativos de sua personalidade e de seu comportamento; que pode se tornar mais criativa e competente nas suas relações com os outros e consigo mesma pode conduzir a mudanças que caracterizariam um processo de aprendizagem.

Esta aprendizagem será tanto mais produtiva quanto mais induzida por um reforço intrínseco ao próprio processo - (36,81); quanto mais o resultado positivo é imediato e passível de verificação enquanto dura a experiência; e quando o indivíduo tem um controle máximo sobre sua própria participação no processo de aprendizagem.

- b) A aprendizagem é baseada na experiência vivida.

Contrário a outros métodos educacionais e terapêuticos, o grupo-T pressupõe que é experimentando e sentindo que a assimilação de novos padrões de atuação pode ser feita (88, 36, 7). O grupo-T enfatiza a vivência emocional, em contraste (mas não em oposição) com a predominantemente intelectual. Estimula-se a

experimentação de novas maneiras de se comportar e interagir, a correr riscos. E nesse sentido a utilização do feedback é fundamental; ao aprender sobre o efeito de seu comportamento nos outros, e no grupo, o indivíduo obtém um instrumento que lhe permite corrigir ou reforçar suas respostas habituais.

A cada nova percepção de si mesmo que lhe é oferecida, o indivíduo tem condições de testar no aqui-e-agora a congruência entre o que ele supõe que seja seu comportamento e o respectivo objetivo e o que os outros percebem destes.

O que é simultaneamente postulado é a necessidade - de um clima de confiança no grupo e de coesão em torno do mesmo objetivo, de modo a permitir a expressão espontânea do que é realmente vivido por cada um, despojado ao máximo de defesas e préconcepções.

c) A responsabilidade pela aprendizagem.

Considera-se que cada participante é responsável por sua própria aprendizagem. Responsabilidade aqui como "a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigir o mesmo comportamento com base em tal previsão" (1, pg.822). O que ele aprende depende basicamente de seu estilo, prontidão, disponibilidade, possibilidades e das relações que cria com os demais participantes (70, 7, 75, 9). Não há um esquema teórico sobre crescimento pessoal no qual o indivíduo deve se inserir, mas é pressuposto que o crescimento é mais facilmente obtido em uma situação em que o indivíduo é respeitado, e seu direito de ser diferente é protegido (88).

Considera-se que se o indivíduo está insatisfeito com certos aspectos de suas atitudes e comportamentos, ou se quer evoluir do ponto onde está, a decisão quanto a mudar e a direção desta mudança está exclusivamente nele mesmo. Neste sentido, a função do coordenador é basicamente ajudar a criar

condições nas quais os participantes possam obter novas perspectivas de si mesmo.

d) Consciência e aceitação de si mesmo.

O desenvolvimento pessoal tende a ocorrer quando o indivíduo torna-se mais consciente de si mesmo e tem mais aceitação de si mesmo. À medida que isso acontece, ele tende a compreender e aceitar também os outros. Deste modo, tanto ele quanto os outros reduzirão suas defesas e aumentarão a possibilidade de maior abertura, de maior risco, de liberdade para aceitar novas idéias, concepções e modos de ser.

e) A importância da expressão e análise dos sentimentos.

A maioria dos autores acha que o grupo-T parte da premissa de que as pessoas são culturalmente condicionadas a inibir a expressão dos aspectos emocionais de sua comunicação, e com isso reduzem a possibilidade de um enriquecimento, plenitude, integração e efetividade nas relações interpessoais.

O grupo-T legitima e procura facilitar a experiência plena de sentimentos, sua expressão e o exame do aspecto emocional presente na comunicação.

f) A experiência e a conceituação.

Este postulado de uma maneira geral é menos considerado. A afirmação de que muitas das aprendizagens em grupo-T são uma combinação de experiência e conceituação, e que o grupo é estimulado a examinar suas experiências em detalhe, de modo a obter generalizações e transferência para outras situações concretas de maneira válida (52, 5), constitui um pressuposto entre os mais discutíveis e questionáveis. Representa um campo para experimentações contínuas cujos resultados se mostram contraditórios.

g) O grupo-T como uma forma de contracultura.

Embora nem sempre explícito, esse pressuposto às vezes é encontrado no trabalho de alguns autores.

Elmore e Saunders (24) citam o Report I da American Psychiatric Association para afirmar que os grupos-T incluem uma revolta contra o "sistema" (establishment), com sua ênfase na autenticidade, na auto-revelação, na espontaneidade. Shepard (cit. em 6) diz que o grupo-T representa uma cultura alternativa para o atual mundo mecanicista, orientado para a sobrevivência. Mas acrescenta que ele não tem todas as características que o le varia a ser a alternativa. O método questiona a base da vida so cial presente e seria uma resposta de afirmação de valores humanos ao descontentamento existente não só nos grupos sociais em geral, como no campo dos profissionais em psicologia e ciências sociais (75). Esta avaliação encontra ressonância no sistema so cial americano, com suas características de massificação, confor midade e valorização dos aspectos materiais da cultura.

1.2.3 O coordenador, a composição e os aspectos formais do grupo

1.2.3.1 O coordenador

Um levantamento evidencia que diferentes coordenadores usam diferentes técnicas e que estas técnicas estão a serviço de diferentes perspectivas quanto aos objetivos do grupo (52). Sua atuação sofre a influência direta de sua filoso fia de trabalho, seu nível de competência profissional, sua teo ria sobre mudança e aprendizagem, suas características pessoais, seu estilo de comunicação, suas necessidades pessoais (status, experimentação de novas técnicas de pesquisa, e mesmo suas necessidades afetivas). E também a influência de fatores ob jetivos como composição e duração do grupo (58, 82).

Os objetivos do coordenador estão muito ligados aos objetivos específicos do grupo. Assim por exemplo, se para Shepard (71) a meta do treinamento é o estabelecimento de uma comunicação válida entre os membros, o papel principal do coordenador é identificar e ultrapassar os obstáculos a essa comunicação. Em termos gerais, Meschler e Reisel (88) colocam como objetivo básico o de facilitar o movimento do grupo na direção de maior insight, de melhor solução de conflitos e de abertura para um comportamento social criativo. Já Bradford (71) acha que sua preocupação principal é ajudar o grupo a desenvolver métodos de indagação. Para Lieberman (48) o de conduzir o grupo ao crescimento pessoal dos participantes através da experiência no grupo, mas esta é uma colocação muito vaga.

Quanto a sua influência ou significação para o grupo, há discordância entre os autores. Blake e Gibb representam os que acham o coordenador não-indispensável, ou não determinante essencial do processo grupal, enquanto Shepard (71) Seashore (70), Bradford (17) e Culbert (21) o acham de influência decisiva. Culbert (cit. em 55, pg.425) afirma que "o comportamento do coordenador é o mais poderoso determinante dos objetivos do grupo, é ele que dá aos participantes a direção necessária para que encontrem o processo instrumental indispensável à consecução desses objetivos".

Devido ao grande número de descrições existente sobre o papel do coordenador, optamos por apresentar uma relação de características que nos pareceram mais significativas a fim de clarificar sua atuação. Dada a diversidade de situações possíveis de surgirem no grupo, as especificações a seguir constituem apenas coordenadas que orientam seu comportamento e não regras fixas.

Características da atuação do coordenador

Sua atenção deve focalizar-se no material que emer-

ge das relações e experiências que surgem no aqui-e-agora do grupo (13). Ele não predetermina a direção do trabalho do grupo, mas não é passivo (17). Deve indicar que não sabe o que é melhor para o outro, e se restringir a reagir tão honestamente quanto possível aos outros participantes (24).

Deve se mostrar confiante nos participantes, aberto, permissivo e interdependente - características estas testadas sobretudo em situações de crise (36). Mas ao mesmo tempo deve se sentir livre para expressar seus próprios sentimentos e não tentar impô-los aos outros (7, 17).

O coordenador não deve fazer intervenções que em essência sejam interpretações clínicas, especialmente genéticas, que estariam além da compreensão do participante, por não ser imediata à sua experiência consciente. Nesse sentido ele atua como protetor das "normas" do grupo, como a de manter o foco de atenção no presente, no comportamento em vez de em motivações (51).

Conquanto a maioria dos coordenadores se concentre em intervenções em relação ao processo do grupo e menos frequentemente no conteúdo do que é discutido, Blake (15) vai ao extremo de advogar total ausência de participação no nível de conteúdo.

Há posições divergentes no que se refere ao nível de intervenções: Bennis (13) diz que ele nunca deve fazê-las ao nível do indivíduo, somente no do grupo e nas relações interpessoais.

Jã Argyris (7) diz que deve se centrar nas relações interpessoais mas não ficar limitado a elas e posteriormente passar a intervir mais no nível grupal. Em outra perspectiva, Fiebert (28) acha que com a evolução do grupo o coordena-

dor passa a intervir no nível individual. Este aspecto traz um outro onde também há muita divergência: a avaliação de que, dadas as características peculiares de atuação, ele chega a ser um membro do grupo como os demais, ou não.

O continuum de opiniões vai desde um enfático "não" - ele é sempre um especialista, um técnico - até o que afirma que no final da experiência ele não se distingue dos outros participantes. A maioria dos autores adota uma posição intermediária ao afirmar que mesmo com sua participação aberta, não autoritária, não estimuladora de dependência e de transferência, o coordenador nunca se torna um membro indistinto do grupo.

Uma característica considerada fundamental porque está entre as que mais distinguem a intervenção do coordenador é a da sua auto-revelação (self-disclosure). Acreditamos que ela diferencia a liderança do grupo-T de todas as demais formas, como a de professor, terapeuta, etc.

Culbert (21) define três tipos de auto-revelação - que o coordenador pode fazer:

- a) fala exclusivamente de si mesmo;
- b) discute a maneira como um membro do grupo ou um incidente do grupo o afeta;
- c) ele discute o efeito que sua participação está tendo sobre o grupo ou uma parte do grupo.

Embora esse aspecto encontre concordância entre todos os autores, o mesmo não acontece quando se questiona a medida em que estas auto-revelações devem ser feitas ou quais os momentos adequados. Culbert fez uma pesquisa sobre o tema concluindo que:

- a) o coordenador deve fazer auto-revelações, especialmente nas primeiras sessões. Depois ir progressivamente diminuindo;
- b) a auto-revelação do coordenador acelera o auto-conhecimento dos participantes e estimula-os a conseguir mais rapidamente um alto nível de mudança quanto à expressão e conhecimento de si mesmos.

Mas outros, como Fiebert, acham que a auto-revelação deve ser feita mais na parte final, quando o grupo já estabeleceu relações mais significativas e os participantes já têm um modo próprio de conviver e aprofundar o conhecimento de si mesmo e dos outros. O coordenador então coloca para si mesmo o quanto quer se engajar no processo como pessoa, já que seu papel como coordenador não é mais tão necessário (28).

Estas características vão aparecer nas funções que o coordenador desempenha, sobre as quais faremos uma descrição resumida, acrescida de imediato da observação de que não podem ser consideradas como exclusivas e rigidamente fixadas:

1. Criar situações que conduzam à aprendizagem: ele contribui para a estrutura de algumas situações nas quais os participantes interagem: sua própria presença como uma figura de autoridade inicial oferece um problema que o grupo deve enfrentar (87, 82, 51); ele não coloca nem facilita uma programação ou agenda de qualquer atividade que defina uma estrutura preexistente ao encontro dos participantes. Nesta função ele também é responsável pela introdução de técnicas que maximizem a experiência de aprendizagem (como por exemplo, as estimulatórias) e considera essencial a sua ajuda na criação de um clima de confiança, permissividade e coesão grupal. Esta é definida como a resultante das forças que mantêm os membros no grupo (26, pg. 399).

2. Estabelecer um modelo de comportamento: (55, 82, 87, 81, 7, 17, 40) através de sua atuação, sua aceitação de críticas, seus comentários sem julgamento, sua habilidade em colocar questões, nas observações que faz sobre as conseqüências de seu comportamento - estimulando dessa maneira a expressão das reações do grupo a si próprio, motivando a consideração por elas e a possibilidade de mudar seu comportamento a partir delas. A medida que expressa seus próprios sentimentos e reações, ele em parte encoraja os outros a fazerem o mesmo e facilita o abandono da percepção dele como onisciente e onipotente (40). Mas é pressuposto que tudo isso não significa que ele será o modelo.
3. Introduzir novos valores: (82, 51, 17, 87). O coordenador ajuda o grupo a examinar facetas do comportamento de maneira nova, baseado na sua crença de que os membros do grupo podem aprender de suas próprias experiências se se dedicam a "estudar" estas experiências. Através de seu comportamento, suas atitudes, ele explicita ou implicitamente introduz novos valores. A maneira pela qual ele reflete sentimentos, estimula o uso do feedback, abdica de uma posição de autoridade, se detém nos gestos, tom de voz, posturas corporais, em que responde abertamente às questões que lhe são colocadas, traz consigo implicações e valorizações que o grupo percebe e questiona ou assimila.
4. Participar como um especialista: Acredita-se que algumas vezes é necessário que o coordenador introduza conhecimentos derivados de sua experiência, de resultados de pesquisa, de teoria que o orienta, etc., que ele considera útil para o grupo quando diante de um problema, ou para esclarecer um acontecimento, ou para generalizar uma experiência.

Mas esta função tem uma valência distinta para os coordenadores, dependendo do seu quadro de referência teórico.

Embora seja um tema de comprovado interesse, o número de pesquisas sobre intervenções do coordenador não é grande.

D. Stock menciona os estudos de Deutsch, Pepitone e Zander (1947) que demonstram a maneira complexa pela qual as características de personalidade do coordenador encontram sua expressão na filosofia e no método de treinamento (77). Outro trabalho sugere que o coordenador adapte seu estilo a cada grupo particular. Ele não pode ser sensível às funções que faltam no grupo e deliberada ou inconscientemente preencher o elemento que falta. Back (1948) sugere que o comportamento do coordenador pode funcionar como modelo para os participantes, particularmente quanto ao tipo de afeto expresso no grupo.

L. Bolman (16) pesquisou características do coordenador consideradas importantes pelo participante como positivas para o desenvolvimento do grupo. Conclui que ele deve ser seguro, ter empatia pelos sentimentos dos participantes e o que diz deve parecer consistente com o que sente (congruência). Stock sugere que a abertura, o uso de influência, os dados conceituais que apresenta, sua expressão de afeto, não são tão importantes. A pesquisa de Culbert sobre auto-revelação já foi apresentada na descrição de características.

Lieberman (48) observou que o tipo de grupo, segundo sua denominação (grupo de encontro, grupo-T, grupo de conhecimento sensorial, grupos de Esalen, de Rogers, etc.) não é útil como indicador de diferenças entre os comportamentos dos coordenadores. Desse modo, coordenadores de mesmo tipo de grupos não se comportam da mesma maneira, e pode haver mais diferença entre eles do que entre a atuação de coordenadores de grupos de denominações diferentes.

1.2.3.2 A composição e os aspectos formais

A) Composição do grupo

Na busca de uma caracterização do participante do grupo-T, encontramos na literatura sempre o mesmo dado: o grupo é para pessoas "normais". Achamos que a acentuação nesse aspecto vem em parte da necessidade de distingui-lo do "paciente" de psicoterapia, e com isso evitar as críticas de que o grupo-T seja uma panacéia que tenta substituir a psicoterapia. Outra razão é que, sendo considerado um método de educação, destina-se mais a pessoas voltadas para um aperfeiçoamento, para um desenvolvimento partindo do presente e voltado para o futuro. O "paciente" se propõe à reconstrução do passado, ou à correção de experiências já vividas e distorcidas de seu presente. Meschler et al. diz que os participantes de grupo-T são geralmente pessoas que "apesar de bem sucedidas em suas profissões, sentem que não estão utilizando suas capacidades tão plenamente quanto poderiam. Não buscam cura para sua doença debilitante, mas querem ajuda para que possam obter um nível mais alto de realização pessoal" (52,pg.39).

As condições geralmente descritas como necessárias para participar com proveito do grupo nos parecem difíceis de ser avaliadas com precisão diante de cada pessoa, embora mais fáceis de descrever genericamente, como fazem muitos. Assim por exemplo, Argyris descreve as seguintes:

a) Ter um ego relativamente forte, que não seja dominado por conflitos inconscientes. Isto implica em que o indivíduo seja menos orientado para a sobrevivência (isto é, para a autoproteção, evitando pelo afastamento, distorção e ataque aos outros, as ameaças e mudanças advindas da situação e dos outros) e mais voltado para a competência (isto é, tendo o desejo genuíno e construtivo de aprender a se tornar mais competen

te nas relações interpessoais). O indivíduo deve funcionar como um sistema aberto e capaz de usar sua experiência para melhorar seu relacionamento (5, 86).

b) As defesas devem ser reduzidas, para que ele possa ouvir o que os outros lhe dizem com acuidade e com mínima ameaça ao seu self, sem a ajuda de um exame minucioso profissional ou de um sistema filtrador (o terapeuta).

c) O participante deve ter a possibilidade de comunicar seus sentimentos e pensamentos com uma distorção mínima. "Se o indivíduo distorce e condena a si mesmo e aos outros de tal maneira que é incapaz de fazer qualquer coisa a não ser continuamente distorcer o feedback que dá e recebe, então não deve participar do grupo-T" (7, pg.176).

d) O participante deve estar disposto, após receber o feedback, a questionar crenças anteriores sobre si mesmo, seus valores, e desejar experimentar novas atitudes e comportamentos que se lhe afigurem úteis.

O NTL Institute no seu Standards for the use of Laboratory Method in NTL Programs (1969), indica que não devem participar:

- aqueles cuja participação é baseada na exigência de outros, como um empregador, e não na sua motivação pessoal,
- aqueles cujo objetivo seria curar ou aliviar um distúrbio emocional ou mental grave,
- aqueles com uma história pessoal de respostas incapacitadoras à tensão interpessoal.

As informações sobre contra-indicações para participação não são consistentes: Kuehn e Crinella acham que psicô-

ticos facilmente mobilizados em sua ansiedade e com dificuldade de reintegrar-se após a experiência não devem passar por ela. Mas Elmore e Saunders (24) em sua experiência com pacientes internos em hospital não encontram esses obstáculos.

Considerando a dificuldade de distinguir a normalidade, tanto assim que a palavra é sempre usada entre aspas, torna-se muito difícil demarcar esta adequação do participante ao grupo-T. Quando se trata de pessoas com distúrbios de personalidade graves, com defesas rigidamente estruturadas - enfim com fatores claramente incapacitantes a um relacionamento interpessoal construtivo, então a contra-indicação do grupo-T, tal como é geralmente feito, fica mais fácil. Mas quem desse extremo há uma variedade muito grande de pessoas que podem participar proveitosamente do grupo sem que preencham todos os requisitos enumerados por Argyris. Tanto assim que se tem mostrado uma experiência útil àquelas pessoas que já se encontram em psicoterapia, quer individual, quer de grupo.

As diversas pesquisas que focalizaram a caracterização do participante, como a de J. Bobout sugerem que as pessoas que fazem grupo-T são "normais" no contexto da vida moderna urbana. "Querem conseguir relacionamentos mais profundos e compreender melhor a si mesmas. Têm interesse por gente e estão positivamente motivadas a ter interações com os outros mais íntima, expressiva e agradável - mas não através da conformidade" (9,pg.94).

Sylvia A. Joure et al. (45) fez uma pesquisa mostrando que pessoas cujo estilo cognitivo é o de maior dogmatismo não aproveitam do grupo-T, e os de menor dogmatismo são mais suscetíveis de, através da experiência no grupo, mudar valores, isto é, são mais influenciáveis.

W. Brendan Reddy (63), a partir de seu estudo sobre índices de patologia em participantes voluntários de grupo-T, reforça a necessidade de maior apuro na seleção de partici-

pantes, devido à possível exacerbação da patologia preexistente à experiência de grupo.

D. Stock (77) menciona o de Matson et al. onde ele verificou que pessoas muito ansiosas aprendem pouco; e o de Harrison que admite a hipótese de que indivíduos ameaçados pela confrontação com a dissonância, ao ponto de se defenderem muito contra ela, rejeitam o laboratório, fazem distorções, etc. e não aproveitam da oportunidade para aprender algo novo.

Miles (cit. em 45) verificou que as características de ego forte, flexibilidade e necessidade de afiliação são importantes porque facilitam o "degelo" (unfreezing - fase inicial do grupo, segundo terminologia de Lewin), o envolvimento emocional, a receptividade e o feedback - e estes influenciam a aprendizagem.

Em resumo há a convergência para a idéia de que receptividade, envolvimento, ausência de defesas rígidas e certo tipo de energia ou abertura, são importantes fatores facilitadores da aprendizagem.

No tipo de grupo-T que estamos focalizando, a composição é heterogênea quanto à idade, profissão, grau de escolaridade e sexo. Isto implica em que o critério de seleção, quando há, está ligado às características pessoais conforme a descrição anterior. Devemos observar que nem todas as instituições ou coordenadores fazem um exame criterioso das condições dos participantes (53) e isso em parte explica o número dos chamados acidentes, isto é, o aparecimento de efeitos negativos a partir da experiência de grupo. Mas as pesquisas nesse sentido não conseguem chegar a uma conclusão decisiva sobre a influência do grupo como causa real desses acidentes. O que se conseguiu mostrar com mais precisão é que a atuação do coordenador

pode possibilitar danos ao indivíduo, (48) mas isso significa uma necessidade de maior critério na seleção de coordenadores também.

B) Aspectos formais do grupo

Tamanho - Varia bastante, sendo a média de 10 a 15 pessoas. Encontramos descrição de grupos de menos de 10 participantes, mas com fins de pesquisa. Considera-se que menos de 10 não permite uma dinâmica de grupo rica em experiências. Por outro lado, mais de 15 pessoas dificulta a intimidade e facilita a dispersão de temas. Contudo, essa avaliação depende muito do coordenador, de seu estilo e objetivos.

Duração - Neste aspecto, a variação é ainda muito maior. Desde 9 a 10 horas até 60 horas ou mais. A distribuição deste número de horas é ampla: podem ser três dias consecutivos, ou um fim de semana com sessões de duração variada ao longo do dia (por exemplo, 3 a 4 horas pela manhã, o mesmo à tarde e 2 a 3 horas à noite), ou uma a mais semanas consecutivas, ou um número de horas como 40 a 60 distribuídas em uma ou duas vezes por semana durante uma hora e meia a duas horas por sessão. Em fim, a possibilidade de variação quante ao número de horas, dias e sessões é tão grande que dificilmente se conseguiria enumerar todas.

O único aspecto comum a todas as variações é o de que o tempo total de duração é prefixado, os participantes conhecem a duração exata da experiência. Geralmente os grupos são fechados, isto é, não entram novos participantes depois de iniciado. Esse aspecto da duração determina muitas das características específicas do processo e desenvolvimento do grupo-T.

Encontramos em Argyris (6) a observação de que muitas vezes a duração do laboratório é pequena em proporção

aos objetivos a serem alcançados e que com o pouco tempo os participantes não chegam a elaborar adequadamente as experiências vividas. Achamos que esse é um problema que o coordenador e o grupo tem que enfrentar, mas há que observar também que os objetivos do grupo são flexíveis e adaptáveis tanto à composição do grupo quanto ao tempo disponível.

C) Condições ambientais

O grupo-T pode ser feito em regime residencial, isto é, os integrantes moram no mesmo local durante o programa, geralmente afastado do centro das cidades grandes. Ou então se reúnem apenas para a experiência, é o grupo não-residencial. No Brasil é mais freqüente o segundo tipo, enquanto que nos Estados Unidos e na França, o primeiro.

A disposição dos participantes na sala é em círculo: em cadeiras ou no chão, nesse caso geralmente tapetado e com algumas almofadas. Utilizando-se cadeiras, elas são iguais, sem distinção para o(s) coordenador(s). Essa disposição é alterada quando se introduz técnicas estimulatórias, como por exemplo: ficar de pé e andar pela sala, destacar um ou mais participantes para uma dramatização, etc.

Quando o grupo se reúne durante várias horas seguidas, ou em regime residencial, os participantes e o coordenador fazem refeições juntos no mesmo local, o que é um fator de influência na relação coordenador-grupo.

1.2.4 Resultados

Após a tentativa de descrição de objetivos, métodos e técnicas do grupo-T, impõe-se a questão da evidência de efeitos comprovados obtidos por ele. Esta tarefa de verificação

se constitui em um problema conceptual e metodológico muito complexo (68, 42). Algumas dificuldades gerais podem ser imediatamente identificadas:

O pouco rigor possível de ser obtido em um plano de pesquisa ligado à verificação de aquisição de mudança prática e de aprendizagem em seres humanos.

A obtenção de dados nos quais se possa ter confiança quanto à sua validade e fidedignidade. Não se pode comprovar, até o presente momento, que o grupo-T conduza a mudanças inequívocas, nem que um tipo de método é mais efetivo que outro. Este fato é freqüente também nas áreas de educação e de psicoterapia.

A de conseguir voluntários para grupos de controle adicionada à precariedade de recursos financeiros.

A de testar mudanças muito tempo depois do grupo, e assim confirmar a estabilidade delas, por não poder localizar os participantes ou não contar com a colaboração de uma proporção significativa deles.

Como consequência destas dificuldades, os resultados comprovados em pesquisas constituem um painel fragmentado e muitas vezes de conclusões discordantes entre si. Por outro lado, por mais que os pesquisadores procurem ser rigorosos na avaliação e definição de uma variável, evidencia-se claramente a possibilidade de interferência nos resultados de outras não controladas. Muitas vezes os próprios autores apontam este fato.

De qualquer modo, o problema está colocado e tentativas vêm sendo feitas no sentido de aferir os resultados do grupo-T.

Douglasunker fez sua pesquisa com uma população heterogênea quanto à ocupação profissional. Observou que as modificações produzidas pelo laboratório são de caráter in-

dividual, isto é, as mudanças variam de um participante para outro, mostrando que a metodologia não leva à conformidade - não há um padrão ideal que todos buscam atingir e em que os participantes se diferenciam apenas quanto à proximidade ou afastamento desse padrão. O grupo experimental apresentou mudanças significativas quanto à abertura, tolerância para diferenças, receptividade. Também em nível significativo (0.01) mostraram um aumento em conhecimento sobre seu próprio comportamento, o dos outros e quanto às interações ocorridas no grupo.

Paul Insel e Rudolf Moos (42) verificaram que o grupo-T leva a mudanças consideradas benéficas: o participante torna-se mais flexível, naturalmente caloroso, sincero e direto. Também passa a ser mais congruente com a maneira pela qual os outros o percebem, isto é, desenvolve uma visão mais realística de si mesmo, expressa em uma descrição mais acurada de si mesmo. Mas os autores acrescentam que a amostra utilizada para experimentação e controle era muito pequena, daí a necessidade de posterior validação.

J. Bebout (9) fez uma ampla pesquisa procurando verificar os efeitos do grupo de referência teórica em Rogers o Gibb e concluiu que:

- pessoas mais velhas e experientes ganham pouco da experiência de grupo.
- indivíduos humanisticamente orientados não mudam muito nesta orientação, a não ser tornar-se ainda mais humanisticamente orientados;
- os grupos não resolvem nada quanto a problemas de "sintomas" como fobias ou somatizações;
- os participantes indicam maior satisfação consigo mesmos, aumento de autoconfiança, maior satisfação com a sexualidade, menor inibição social. Sentem mais espontaneidade e mais aceitação de sua própria agressividade. Tornam-se menos solitã

rios e menos alienados. Alienação entendida como "sentimentos - de não-pertencimento e isolamento" (9,pg.95). Comprovam progresso na solução de problemas pessoais e interpessoais, e os demais participantes de seu grupo concordam que esse progresso tenha ocorrido;

- amigos dos participantes (fora do grupo) indicam maior empatia no relacionamento deles e os vêem menos ligados a formas superficiais de "benevolência";
- em relatórios, os participantes atestam um grande número de aprendizagem pessoais, mais autoconsciência e crescimento pessoal.

Rebout afirma que esses efeitos variam de acordo com a natureza do grupo e do coordenador. E permanecem no tempo.

Para Robert A. Luke Jr. (55) os dados de sua pesquisa indicam que a estrutura normativa do grupo-T permite um aumento de insight sobre si próprio, ou de conhecimento sobre o próprio comportamento e seu significado num contexto social, bem como um aumento de sensibilidade ao comportamento dos outros. Mas da lista de objetivos proposta por Campbell e Dunnette esses são apenas dois, os restantes quatro só puderam ser confirmados parcialmente.*

M. Lieberman, D. Yalom e B. Milles (50) estando em uma fase preliminar de análise de dados revelam que a participação nos grupos-T é significativa para os participantes, mas que o impacto da experiência é mais interno, menos aparente no ambi-

* Os restantes são: aprendizagem sobre processos grupais
 aprendizagem sobre diagnóstico de situações interpessoais e intergrupais
 aumento da capacidade para a ação (action skill)
 aprender como aprender.

ente do indivíduo. A mudança parece ser no sistema de atitudes e valores, acompanhada de um esforço para reorientar o comportamento na direção desses novos valores. Observaram também que 4 a 8 meses após a experiência no grupo, 16 pessoas (9,4%) revelaram um efeito negativo, um distúrbio psicológico. O grau deste distúrbio variava de "leve" a "moderado", havendo um participante com um episódio psicótico durante o grupo e um outro com grave depressão. Entrevistas com estas pessoas evidenciaram a existência de uma predisposição de personalidade anterior ao grupo e de expectativas que interagindo com o estilo do coordenador e com o clima do grupo justificaram os efeitos negativos. Os indivíduos com baixa auto-estima, sentimento de distanciamento dos outros e que tinham expectativas elevadas quanto à possibilidade de crescimento no grupo-T foram os mais suscetíveis de sofrer resultados negativos.

Estes dados apontam a importância de uma seleção criteriosa de participantes e também como é idealizada aquela colocação de Argyris quanto às condições necessárias e consequentemente possíveis de serem apreendidas naqueles que se propõem a participar de um grupo-T.

Quanto a resultados negativos do grupo-T (casualties): Elmore e Saunders (24) citam o MTL Task Report I como fonte dos seguintes dados: em um laboratório de duas semanas, o número de participantes que sofreram efeitos negativos, foi de 0,5% do total. Estes efeitos incluem hospitalização, psicose manifesta, necessidade de consulta psiquiátrica. No total de 14.200 participantes 0,2% (5) acharam o laboratório tão tensionante que deixaram o programa antes do seu término. Rogers afirma que dos 600 indivíduos atendidos em 40 grupos, apenas dois (0,3%) apresentaram um quadro de psicose.

M. Brendan Reddy (63) diz que a afirmação de Gottschalk (1966) de que o grupo de sensibilização provoca reações patológicas foi parcialmente confirmada por sua pesquisa.

Ele informa da patologia prē e pōs-grupo e mostra que ela sofre aumento. Mas admite que haja um argumento contra esse resultado o de que ele pode estar influenciado pela maior abertura, menor defesa, que o participante apresenta depois da experiēncia e que o levaria a preencher o instrumento de avaliaçāo com maior franqueza do que os participantes do grupo de controle e o de psicoterapia que querem "melhorar" e sāo estimulados a reforçar seu ego e defesas.

Bernard Lubin (53) menciona um estudo feito no Y"CA, em que, de 1.200 participantes, 4 (0,3%) tiveram uma experiēncia negativa, mas trēs deles posteriormente declararam que tal experiēncia tornou-se ūtil e valiosa. Lubin e Zuckerman (1969) em um levantamento de efeitos negativos, tentando comparar o nīvel de tensāo vivido no grupo com uma medida padrāo (isolamento perceptivo de 6, 8 e 24 horas) verificou que a sessāo mais tensionante do grupo-T (em quatro grupos) era significativamente menor do que nas trēs condiçōes de isolamento. E afirmam que estāo no momento tentando comparar a tensāo no grupo-T com o de outras situaçōes de vida. Um estudo preliminar sugere que, por exemplo, o ponto mais alto de excitaçāo emocional no grupo compara-se com a experiēncia de um estudante universitārio imediatamente antes de um exame.

1.2.5 C o n c l u s ā o

O grupo-T constitui uma experiēncia relativamente recente no campo da educaçāo e da psicologia social. Desde seu inīcio atē o momento presente passou por vārias transformaçōes e adquiriu formas diversas, algumas vezes inclusive conflitantes.

Sua origem e evoluçāo nos Estados Unidos ē um fator importante de sua caracterizaçāo, uma vez que a base da metodo-

logia está profundamente enraizada nos valores políticos, éticos e sociais de sua cultura.

A metodologia, muito embora tenha características peculiares, não é formalmente sistematizada, sendo suscetível a críticas de teóricos que buscam um esquema de unificação sistemática dos pressupostos básicos e/ou de resultados experimentalmente comprovados.

Além disso, embora se baseie numa série de pressupostos, é difícil avaliar o quanto os coordenadores os seguem com rigor ou com proveito.

Outro aspecto questionável é em que medida a variedade de objetivos do grupo-T consegue ser alcançada. Muitas vezes ficamos com a impressão de que a avaliação das possibilidades do grupo sofre a influência do entusiasmo pelo ineditismo ou da vibração emocional que a experiência suscita.

Por outro lado, observamos uma tendência no grupo-T a se filiar ao movimento chamado "humanista" que procura se identificar como "a terceira força" na área da psicologia e psiquiatria. Este fato tem seu significado na forma de uma perspectiva mais valorizada do indivíduo enquanto ser humano, de seus aspectos considerados como mais essenciais: os sentimentos, as emoções, a liberdade e responsabilidade individuais diante de si mesmo, dos outros e da comunidade.

A precaridade de teoria se contrapõe uma riqueza de intenções e de propósitos consideráveis. Em termos de realização, acreditamos que se situa no meio do caminho, de um lado e de outro, mas já trazendo o saldo de algumas colocações que consideramos muito positivas: a valorização do encontro emocional entre os indivíduos, a disponibilidade do coordenador, a atuação deste (e transmitida ao grupo) baseado no pressuposto da responsabilidade pessoal de cada um pelo seu processo de aprendizagem e mudança.

2. A PSICOTERAPIA DE GRUPO

2.1 Definição

Procurando encontrar uma definição de psicoterapia de grupo surge de início a necessidade de verificar a diferença possível entre "terapia de grupo" e "psicoterapia de grupo", de denominações amplamente empregadas sem que se consiga discriminar à primeira vista uma diferença entre elas. Em C.B. Truax nos deparamos com a afirmação de que a terapia de grupo é aquela em que a "socialização ou a interação interpessoal são especificadas como o principal veículo de mudança construtiva da personalidade". E psicoterapia de grupo é aquela "onde a exploração dos sentimentos e experiências consciente e inconsciente do paciente é o método empregado" (85,pg.20). Dentro da psicoterapia de grupo ele inclui a psicoterapia analítica de grupo, a psicoterapia de grupo centrada no cliente e as abordagens ecléticas que usam técnicas tomadas destas duas principais correntes.

Uma outra fonte para orientação quanto a essa diferença é encontrada no livro de George M. Gazda (33) onde ele afirma que Moreno em 1931 deu o nome de terapia de grupo à atividade que vinha realizando e, em 1932, o de psicoterapia de grupo. Corsini e Zarka Moreno tentaram interpretar essa diferença, mas não foram claros nem concordaram entre si. O próprio Moreno (1962) também não ajudou muito com a sua declaração de que "psicoterapia de grupo significa simplesmente tratar pessoas em grupos" (33,pg.4). Gibb et al. por seu lado dizem que Moreno usou o termo terapia de grupo para representar "mudança de personalidade que é um subproduto de atividades de grupo mais primárias realizadas com outros objetivos além de terapia" e psicoterapia de grupo para designar "o processo pelo qual um terapeuta profissional orienta um grupo em que o objetivo imediato e primário é o bem estar terapêutico do grupo" (cit. em 33,pg. 14).

Mas essa distinção não é sempre obedecida; encontramos também as duas expressões usadas como sinônimos ou indiscriminadamente. Uma consequência significativa desta distinção de termos é o desacordo quanto ao desenvolvimento histórico da terapia de grupo. Assim há os que não consideram a experiência de Pratt como pertencendo à história, pois seus grupos incluíam elementos como um grande número de pacientes, um líder autoritário e o objetivo principal não era a cura psicológica ou tratamento mental. (Slavson (74) por exemplo diz que Pratt não praticava a psicoterapia de grupo porque seus grupos não preenchiam os seguintes critérios: tamanho pequeno (aproximadamente oito pessoas); um líder permissivo (catalítico e não autoritário ou didático); os clientes são agrupados na base de uma classificação diagnóstica (e não uma coleção indiscriminada de indivíduos); e a liberdade e espontaneidade de ação dos membros do grupo deve ser garantida (e não que os clientes recebem conselhos, informações, etc.).

Os terapeutas mais conservadores concordam com Slavson, mas outros mais recentes vão contra alguns desses critérios como, por exemplo, o de usar critérios de seleção de pacientes como ele preconiza. E contudo são considerados psicoterapeutas de grupo (33).

Corsini diz que psicoterapia de grupo é "um conglomerado de métodos e teorias, tendo origens diversas e múltiplas no passado, resultante inevitável de exigências sociais e desenvolvido de várias formas por muitas pessoas" (33,pg.3). Esta definição é bastante genérica e serviria para outras áreas de trabalho em grupo além da psicoterapia.

Para Scheindlinger a psicoterapia de grupo "é um processo psicossocial no qual um profissional de formação específica utiliza a interação emocional produzida em grupos pequenos e cuidadosamente planejados de modo a obter uma "reparação" de

distorções de personalidade em indivíduos especificamente selecionados para este objetivo (cit. em 53, pg. 327). E acrescenta, o que é frequentemente mencionado por outros autores, que a psicoterapia de grupo foi, com muito poucas exceções, desenvolvida a partir do campo geral da psicoterapia: seus conceitos e técnicas refletem esse fato. Há, portanto, acima de tudo, uma ênfase básica na cura da doença individual.

Slavson coloca que, sendo a psicoterapia de grupo um método de tratamento para distúrbios emocionais e desajustamentos sociais, ela se baseia em conceitos que são comuns à psicoterapia individual e assim a definição é abrangente dos dois tipos de tratamento. Define-a como "um processo pelo qual um paciente torna-se acessível às influências educativas totais de seu mundo. Isto pode ser obtido através da correção da natureza, funções e relações da libido, ego, superego e da auto-imagem" (72, pg. 3). A dinâmica pelo qual isto é obtido inclui: o uso de catarse, o fortalecimento do ego, a correção do superego, o teste de realidade e a aquisição de sublimações adequadas.

Para Mullan e Rosebaum (56) a "terapia de grupo é um meio pelo qual as pessoas se comunicam intimamente entre si enquanto, ao mesmo tempo, um participante psicologicamente treinado (o terapeuta) atua sobre essa comunicação e a influência".

Uma lista de definições possíveis iria nos levar muito longe. Mas o que é importante observar é que elas são diferentes entre si em um ou mais aspectos e que cada definição está relacionada com a perspectiva particular do autor, e a diversidade de focos dadas nessas definições reflete a diversidade de objetivos, métodos, técnicas e pressupostos teóricos que encontramos no campo da psicoterapia.

2.1.1 História

A origem da psicoterapia de grupo é um assunto bastante discutido (22, 56, 91) porque há autores que não consideram certas experiências como verdadeiras psicoterapias. Assim, por exemplo, poder-se-ia localizar na história mundial algumas interações grupais como terapêuticas, como a tragédia grega, as peças medievais e as atividades de "esmer no século XVIII.

Uma primeira experiência mais reconhecida como originária é a do médico Pratt, cujo trabalho com pacientes tuberculosos e mais tarde com doentes psicossomáticos, foi publicada entre 1906 e 1908. Em 1921 havia a chamada "terapia coletiva" em Viena, feita pelo grupo de psiquiatras adlerianos com crianças e suas famílias no Centro de Orientação para Pais e Filhos. A experiência na prática em consultório particular começou naquela cidade no ano de 1929, mas paralelamente às sessões individuais.

A contribuição de Freud à psicologia de grupos é feita no seu livro Psicologia de grupo e a análise do ego, de 1921, mas se refere mais aos temas relativos a "massas" do que a pequenos grupos. A partir de Freud, os terapeutas procuraram usar conceitos e técnicas psicanalíticas a grupos e com isso muitos deles descobriram a necessidade de modificá-los ou expandi-los, embora sempre seguindo o caminho original de Freud.

Em 1930, Lazell usava o tratamento de grupo com psicóticos, empregando principalmente o método de aulas. Também L. Cody Marsh usava aulas, arte e dança em seus grupos de psicóticos. Louis Wender a partir de 1929 combinava o tratamento individual com o grupal e adotava conceitos psicanalíticos. Trigant L. Burrow usou o termo "análise de grupo" em

1925 e ficou conhecido como introdutor da psicanálise em grupo (56). Em 1934, Paul Schilder utilizava conceitos psicanalíticos numa experiência em psicoterapia de grupo com pacientes hospitalizados.

Um capítulo especial poderia ser dedicado a Jacob Moreno. Foi ele quem, em 1931, criou o termo "terapia de grupo" e em 1932 o de "psicoterapia de grupo". Mas já antes disso empregara a técnica do psicodrama em grupos, elaborada através dos anos por ele e seus colaboradores no Instituto de Psicodrama de Nova York, onde Moreno se radicou após deixar Viena. É com o psicodrama que Moreno é mais identificado.

Ainda na década de 30 surgiu S.R. Slavson que veio a se tornar um dos mais conhecidos e considerados teóricos de grupo. No início, ele trabalhava com "grupos de atividades" (Actitiviy group psychotherapy) com crianças e adolescentes. Foi o organizador da American Group Psychotherapy Association em 1931.

A partir do fim da II Guerra Mundial, começa uma segunda fase no movimento da psicoterapia de grupo. Há uma grande expansão de sua utilização, uma vez que, por um lado não havia pessoal especializado em número suficiente e por outro, uma quantidade aumentada de pessoas precisando de atendimento psiquiátrico.

Em 1945, a psicoterapia incluía desde métodos repressivos-inspiracionais - onde a psicoterapia era usada como um expediente catártico e de apoio - até a de método psicanalítico, usados como fins chamados reconstrutivos. Após a II Guerra Mundial, os Estados Unidos tomaram maior conhecimento do trabalho realizado na Inglaterra sobre terapia de grupo e sofreram a influência de suas concepções. Entre os ingleses

mais conhecidos estão Bierer, com conceitos da teoria de Adler, e S.A. Foulkes, J.D. Sutherland e H. Ezriel, que utilizavam a psicanálise. O mais conhecido dos psicoterapeutas ingleses é W. Bion que estabeleceu hipóteses teóricas complexas sobre os processos grupais, introduzindo novos conceitos e enfatizando a dinâmica de grupo. Falaremos mais adiante sobre estes autores.

Ainda na Europa, a partir da II Guerra Mundial, divulgaram-se os trabalhos de Lebovici e Diatkine na França, Carp e Stokvis na Holanda, Haisch e Teirich na Alemanha.

Mullan e Rosebaum (56) afirmam que as abordagens atuais de terapia de grupo seguem a influência de três principais terapeutas: J. Moreno com sua ênfase na espontaneidade, na interação, nas emoções; S. Slavson que enfatiza a seleção criteriosa de pacientes, a aderência estrita à metodologia, os processos curativos e os objetivos cuidadosamente determinados; e Alexander Wolf que aplica conceitos, técnicas e objetivos psicanalíticos ortodoxos e introduziu a "sessão alternada" onde o terapeuta não está presente no grupo.

No campo da terapia de grupo com crianças (ludoterapia), há a destacar: L. Bender, Gisela Konopka, Betty Gabriel e Haim Ginott. E no de terapia de família, os trabalhos de John Bell, Donald Jackson e Virginia Satir.

Com uma experiência isolada e recente há que assinalar a de George Bach. Ele procura aplicar conceitos de dinâmica de grupo lewinianos à terapia de grupo, sob a forma de grupo intensivo ("maratona"). E ainda Carl Rogers que desde 1945 reúne grupos, seguindo sua orientação terapêutica centrada no cliente.

O movimento mais recente nos Estados Unidos em terapia de grupo é a terapia comportamental, do qual A. Lazarus, aluno de Wolpe, é um dos principais líderes.

Esta é a história em seus momentos principais,mas observando que a variedade atual de métodos psicoterapêuticos de grupo não poderia ser assim resumida.

2.1.2 Modalidades

Um número elevado de teorias, diversas entre si, orientam os que se dedicam à psicoterapia de grupo. Tentar classificá-las em conjuntos homogêneos é tão mais difícil quanto mais originais e independentes se consideram os iniciadores de tal tipo de psicoterapia.(19)Na procura de uma sistematização das variedades de formas encontradas, nos deparamos com várias classificações. Vamos descrever algumas que nos parecem esclarecedoras:

1. Classificação de Zimmermann (91):

a. Método repressivo - Empregado inicialmente por Pratt, contém os seguintes elementos:

um desejo da parte do paciente de aprovação do líder, o terapeuta, e conseqüentemente a promoção de rivalidade no grupo, no sentido de melhoras ou curas;

um aumento de sentimentos de importância nas promoções, ocupando os lugares mais valorizados no grupo, considerados de honra;

a chamada "correção" de aspectos prematuros da vida emocional do paciente;

o testemunho de pessoas que aproveitaram o tratamento e seu entusiasmo pelo líder;

o fator sugestivo desempenhado no grupo pelo relaxamento muscular e mental.

- b. Método didático - Aquele que usa como meio terapêutico conferências, aulas, discussões de livros e revistas, assim como relatos de casos clínicos reais ou imaginários. Empregado pela primeira vez em 1921 por Lazzell. Mas foi Klapman, em 1947, que mais contribuiu para a divulgação e sistematização do método didático quando publicou seu livro Group Psychotherapy - Theory and Practice.
- c. Método psicodramático - É a terapia criada e desenvolvida por J. Moreno a partir de 1911. Utiliza técnicas numerosas e muito particulares ao método, como dramatizações, reversão de papéis, espelho, dublagem etc. com a orientação do psicodramatista e de egos-auxiliares.
- d. Método psicanalítico - No qual os conceitos e técnicas da psicanálise são utilizados de maneira variada, segundo a preferência do psicoterapeuta. Compreende duas orientações diferentes:
- I - a que focaliza o indivíduo e dirige as interpretações para ele ou para as relações que se estabelecem entre um ou dois ou alguns pacientes do grupo. Seus principais representantes são Slavson e Wolf;
- II - a que focaliza o grupo como um todo. Esta técnica foi iniciada, e mais praticada na Inglaterra, com Bion, Ezriel e Sutherland, seus principais representantes, ligados a Tavistock Clinic de Londres. Na França há Lebovici e Dreyfus-Moreau.

2. Classificação de R. Goldenson (37)

a. Tipo diretivo-didático - É a forma mais primitiva de terapia de grupo, usada em hospitais. Baseia-se na teoria de que pacientes institucionalizados responderão mais efetivamente a situações de grupo bem definidas e ativamente dirigidas por um líder profissional. Foi primeiro aplicada a pacientes psicóticos e depois a delinquentes juvenis e presidiários. O método é basicamente pedagógico e intelectual e adota duas formas principais:

I - os pacientes trazem problemas e o terapeuta conduz a discussão, ocasionalmente dando as suas próprias interpretações;

II - o terapeuta estrutura a situação apresentando uma aula baseada em material impresso distribuído previamente aos pacientes. Este material visa a desfazer resistências e a estimular os pacientes a se expressarem, mas ao mesmo tempo serve de controle sobre suas associações. Algumas das discussões podem se basear em material autobiográfico apresentado por pacientes. Esta abordagem terapêutica também é usada em clubes socioterapêuticos. Um exemplo, nos Estados Unidos, é o Recovery, Inc. para psiconeuróticos e pós-psicóticos.

b. Tipo repressivo-inspiracional - Este método é repressivo no sentido de que é programado para fortalecer as defesas do indivíduo e não para desfazê-las e fazer surgir material inconsciente; e é inspiracional no sentido de que um líder dinâmico usa uma grande variedade de técnicas de apoio para estimular e encorajar o grupo. Exemplos deste tipo são os Alcoôlatras Anônimos e o "Synanon" para viciados em drogas.

- c. Psicoterapia de grupo não diretiva - Nesta abordagem, o terapeuta não é um líder no sentido diretivo do termo, mas um "catalisador permissivo", que ajuda os participantes a adquirir autocompreensão pela confrontação de si mesmos com suas atitudes e reações. O objetivo é estimular o grupo a explorar e clarificar seus próprios sentimentos, mais do que investigar a dinâmica que os produziu. O principal líder desta orientação é Carl Rogers.
- d. Psicoterapia de grupo psicanalítica - Constitui uma mistura de psicanálise com processos de grupo. Rosebaum a caracteriza como "regressiva-constructiva" porque procura produzir mudanças básicas de personalidade através do aparecimento e análise de material inconsciente. Em alguns casos existe junto com terapia individual. Slavson e Wolf são os principais líderes deste tipo, embora tenham diferenças entre si.

3. Classificação de Foulkes (29)

Esta classificação abrange apenas os tipos definidos como psicoterapia de grupo de base psicanalítica.

Foulkes, muito cioso da denominação "psicoterapia de grupo analítica" rejeita veementemente a de "psicanálise de grupo". Diz que a análise de grupo é uma forma de psicoterapia e não de psicanálise. Critica os autores que adotam esta posição porque isto significa "violiar conceitos psicanalíticos clínicos e teóricos firmemente enraizados na situação bipessoal da psicanálise. Ele distingue três orientações, onde "o que é psicanálise difere significativamente" (pgs. 17-18).

- 1ª. - Aqueia que embora utilize a teoria psicanalítica, leva em consideração: as modificações que a situação de grupo traz ao processo e a introdução de novos fato-

res. Diz que Slavson e ele próprio são os que mais escreveram sobre essa perspectiva, mas admite que ele dá muito mais importância do que Slavson à situação grupal e a sua influência na prática e na teoria. Ambos utilizam a teoria psicanalítica freudiana. Mas verificamos que embora Slavson mencione esta alteração no método, segue muito mais de perto a psicanálise do que Foulkes.

- 2^a. - Aquela que acha possível a psicanálise em grupo. A ênfase é no indivíduo dentro do grupo. A. Wolf é seu principal representante e influencia a prática da terapia de grupo "psicanalítica" nos Estados Unidos. Publicou o livro Psychoanalysis in Groups junto com E. K. Schwartz. Foulkes acha que a situação transferencial é complicada e totalmente modificada na situação de grupo, enquanto Wolf não leva isso em consideração e parece inconsciente das consequências da teoria de dinâmica de grupo.
- 3^a. - A usada na Tavistock Clinic, onde os psicanalistas seguem exatamente os mesmos princípios no grupo como o fazem na situação individual. A diferença é que todo o grupo é considerado como que um só paciente. O analista fica confinado à interpretação da situação transferencial como ela se apresenta no aqui-e-agora. Esse tipo de psicanálise cultivado na Tavistock Clinic é muito influenciado pelas teorias de Melanie Klein e Fairbairn, assim como pelos conceitos de K. Lewin. Esta abordagem foi primeiro apresentada por W. R. Bion e J. Rickman. Depois por Ezriel e Sutherland.
- 4^a. - É a que procura dar uma abordagem de dinâmica de grupo de Lewin ao grupo terapêutico. A ênfase maior é

nos processos grupais, no clima do grupo, na interação dos participantes, etc. Esta perspectiva é colocada por George Bach em seu livro Intensive Group Psychotherapy (1964).

Estas classificações mostram que é mais fácil distinguir e descrever formas de psicoterapia de grupo que têm uma estrutura fixa e subordinam-se a uma atuação do terapeuta do tipo didático e manifestamente orientadora (ou "diretiva") do comportamento dos participantes.

Quando os autores entram na descrição das formas mais não-estruturadas cujo esquema referencial abrange conceitos complexos e não claramente definidos, então surgem muitas divergências. Assim, por exemplo, Zimmermann (91) coloca Foulkes como pertencendo ao grupo de terapeutas que focalizam no indivíduo dentro do grupo, H. Durkin (23) entre os que focalizam no grupo como um todo, enquanto o próprio Foulkes não se situa nem entre os primeiros nem entre os últimos, conforme vimos na sua classificação.

Numa tentativa de integrar as diversas classificações descritas acima, mantendo uma diferenciação quanto aos pressupostos básicos que consideramos distintos e permitindo o destaque de um tipo de psicoterapia para chegarmos à comparação com o grupo-T, elaboramos a seguinte:

1. Repressiva-diretiva - Incluiria os tipos repressivo e didático descritos por Zimmermann e o diretivo-didático e repressivo-inspiracional de Goldeman.
2. Psicodrama.
3. Psicoterapia de grupo centrada no cliente - segundo a perspectiva de Rogers.

4. Psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica
- a. Psicanalítica - que transpõe os métodos e técnicas da psicanálise individual para o grupo, com poucas alterações. Principais representantes: S. Slavson e A. Wolf.
 - b. Psicanalítica incorporada de conceitos de dinâmica de grupo, sobretudo teoria de Lewin. Embora difiram quanto à utilização desses conceitos e quanto a outros aspectos que veremos mais adiante, os principais representantes desta orientação são: Foulkes, Bion, Ezriel.
 - c. Ecléticas - que utilizam conceitos psicanalíticos, de dinâmica de grupo e ainda algumas técnicas de laboratório. Exemplo: Yalon, E. Mintz e George Bach.

A partir deste ponto, vamos considerar apenas a psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica, porque é uma modalidade com vários aspectos em comum, parece ser a mais praticada atualmente e a que possibilitaria estabelecer uma comparação com o grupo-T. Os autores consultados em geral referem-se a esse grupo de psicoterapia usando a expressão "analítica" sem essas distinções que apresentamos. Usaremos as duas expressões "terapia" e "psicoterapia" por não considerarmos relevante as distinções encontradas entre ambas.

2.2 A psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica

2.2.1 Objetivos

Os objetivos da psicoterapia de grupo de base psicanalítica giram em torno de dois focos principais: um que relaciona os objetivos exclusivamente a mudanças intrapsíquicas e outro que os relaciona a mudanças de personalidade e nas relações interpessoais.

Wolf diz que na técnica psicanalítica em grupo os indivíduos buscam "a auto-realização, auto-satisfação, maturação, responsabilidade, remoção de distorções subjetivas e alívio do sofrimento psíquico" (90,pg.80).

C.Truxaux coloca que o objetivo da terapia é "a mudança construtiva da personalidade" que leva a "uma exploração intrapessoal, a um processo de compreensão dos valores, crenças, motivos e ações". "É o processo em que o paciente torna-se consciente, ou explora o material inconsciente e os efeitos de distorção deste material na percepção da realidade"(85, pg.2).

Para Ezriel, o objetivo seria "remover os conflitos e necessidades inconscientes, através basicamente da exploração das tensões intragrupais" (cit.em 86,pg.137).

E Sutherland reafirma esta descrição colocando como "tornar consciente os conflitos inconscientes nas relações do indivíduo com os outros" (80,pg.112).

Mais detalhada é a proposição de Slavson onde o objetivo da terapia é conseguir no indivíduo mudanças internas, corretivas, que se caracterizam por:

- a. redistribuição da libido: libertar e deslocar a libido do foco supercatedado (interno ou exter

no ao indivíduo) de modo a obter um equilíbrio na relação do self com o objeto;

- b. fortalecimento do ego - através da correção de identificações e da individuação - e estabelecimento de defesas do ego adequadas;
- c. correção do superego, que em psiconeuróticos é geralmente muito severo e fonte de conflito, culpa e ansiedade ou em outros casos é muito indulgente;
- d. melhora da auto-imagem.

Para Slavson, esses são os reais objetivos da psicoterapia e acredita que o melhor relacionamento interpessoal e adaptação são apenas conseqüências destas mudanças internas e, portanto, não devem ser confundidas com o objetivo da terapia. As terapias de grupo que buscam esses outros objetivos não podem ser chamadas de analíticas (72, 74).

Mullan e Rosebaum propõem como objetivo geral a mudança de personalidade do paciente. Embora nesse ponto reiterem a colocação de Slavson, estendem as implicações ne^{cess}árias dessa "mudança na estrutura de personalidade" colocando como objetivos finais os de que o paciente:

1. Desenvolve uma responsabilidade individual para escolher.
2. Desenvolva uma responsabilidade para com os outros (o grupo), e quando deixa o grupo terapêutico, esta responsabilidade torna-se social e cultural.
3. Desenvolva um conhecimento de si mesmo e de si mesmo na relação com o(s) outro(s) sempre contínuo e crescente (56,pg.69).

Ainda na linha de uma definição geral encontramos a de Helen Durkin que coloca o objetivo como "mudança de personalidade nos participantes" (23,pg.170) e L. Schneider como "modificar o comportamento do indivíduo" (69,pg.174).

J. Frank coloca a psicoterapia como visando a "oferecer novas influências interpessoais que ajudem o paciente a encontrar maneiras mais satisfatórias de lidar com seus conflitos internos e interpessoais" (31,pg.443). Acrescenta em outro ponto que o objetivo é "diminuir o sofrimento e melhorar o funcionamento pessoal e social de seus participantes" (30, pg.35).

Como se pode observar, não há muita divergência entre os autores quanto à colocação dos objetivos, exceto à mencionada no início desta seção, consideração da mudança intrapsíquica e melhor relacionamento interpessoal simultâneo. A ênfase comum está na especificação da necessidade de mudança intrapsíquica e na cura significando mudança total de personalidade. E nisto os objetivos da psicoterapia de grupo não difere dos da psicoterapia individual cujas bases teóricas são as mesmas.

2.2.2 Metodologia e pressupostos básicos

Encontramos muita dificuldade em manter o mesmo esquema de sistematização feito para a parte do grupo-T, porque não há, do ponto de vista dos psicoterapeutas, uma preocupação em coordenar e operacionalizar os métodos por eles empregados (com exceção de S. Slavson), e o que se encontra com mais frequência são descrições de conceitos e perspectivas que abrangem alguns dos métodos ou então relatos clínicos. Strupp e Bergin afirmam que "cada vez mais a psicoterapia como é correntemente aplicada não é um processo unitário e não é aplicada a

um problema único" e ainda "(a psicoterapia) é uma coleção heterogênea de ingredientes ou condições psicológicas que produzem graus variados de modificações, positivas e deteriorantes, de personalidade" (78, pgs. 19, 24).

Embora a metodologia de grupo que estamos focalizando tenha seus pressupostos básicos na psicanálise, ela vai se estender em muitas variações, sendo impossível sua unificação.

Para chegarmos à descrição dos métodos empregados em psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica é necessário voltar àquela distinção inicial: as que utilizam a psicanálise como esquema referencial teórico único e as que, na tentativa de formular uma teoria própria para grupos - diferente da psicanálise individual - acrescentam conceitos diversos de dinâmica de grupo e outros.

A. Principais elementos do método

1. Dinâmica de grupo

Dinâmica de grupo é definida como "o estudo dos aspectos subjacentes do comportamento do grupo, particularmente as interações que surgem no grupo e entre o grupo e o meio ou campo social" (37).

O termo foi introduzido por Kurt Lewin para enfatizar as inter-relações dinâmicas que surgem em grupos sociais. Diz Lewin: "A essência de um grupo não é a semelhança ou diferença entre seus participantes, mas sua interdependência. Um grupo pode ser caracterizado como um todo dinâmico; isto significa que uma mudança no estado de qualquer subparte modifica o estado de qualquer outra subparte. O grau de interdependência das subpartes do grupo varia desde uma massa solta (indefinida, desagregada) até uma unidade completa" (cit. em 7, pg. 519).

Mesmo os autores que utilizam esse conceito o fazem de maneiras muito variadas. Foulkes, por exemplo, diz que "dinâmica de grupo significa a psicodinâmica na situação de grupo" e "tem muitas vezes para nós a conotação de psicodinâmica de grupo no sentido do inconsciente dinâmico de Freud. Se ocasionalmente uso termos que parecem ser os mesmos usados por Lewin, eles têm, contudo, uma conotação diferente, embora não necessariamente oposta ou conflitante" (29,pg.20). Bion, Ezriel e Sutherland utilizam a dinâmica de grupo para analisar a dinâmica da personalidade de cada um dos participantes (80) mas cada um deles chega a esse objetivo por processos diferentes: Bion analisa as "culturas" que surgem no grupo (a work group culture quando o grupo está voltado para sua tarefa terapêutica racional; e a basic assumption culture - quando o grupo atua sobre pressuposições emocionais, o "como se"); Ezriel e Sutherland focalizam sua atenção sobretudo nas relações transferenciais terapeuta-paciente, teorizando três tipos de relacionamento básicos:

- a. o requerido - que o paciente procura estabelecer com o grupo e particularmente com o terapeuta e que acredita servir para evitar a ocorrência do segundo tipo;
- b. o evitado; e
- c. o calamitoso - aquele que o paciente inconscientemente acha que ocorreria se ele entrasse na relação evitada.

Ezriel acredita que a análise desses três tipos de relação objetal é essencial para a compreensão da dinâmica grupal e individual em cada sessão. Ele utiliza ainda o conceito de "tensão comum grupal" ("um pressuposto essencial no trabalho psicanalítico é o de que qualquer que seja o conteúdo manifesto, sempre se desenvolve rapidamente um problema subjacente comum de grupo, uma tensão comum grupal, da qual o grupo não é consciente, mas que determina seu comportamento" (80,pg.113) e o de "estrutura comum grupal".

Como se pode verificar, a utilização da dinâmica parece percorrer caminhos que escapam da conceituação originária de Lewin.

Nesse sentido, encontramos a crítica de M. Lieberman, Martin Lakin e D. Stock Whitaker de que é inevitável uma adaptação da dinâmica de grupo, mas que não chega a ser feita e é muito questionável porque a psicanálise descreve as relações interpessoais do grupo em termos de transformações simbólicas. Os "outros" no sistema têm sua importância teórica básica na significação que o indivíduo atribui a eles. O comportamento característico e objetivo dos outros não é tão crítico quanto o que eles representam simbolicamente. O importante é a captação do significado latente do que é expresso pelo grupo ou pelo indivíduo. Ao contrário, a dinâmica de grupo focaliza na interação dentro do contexto do grupo. A preocupação é com as características dos outros "objetivas" mais do que simbólicas" (49,pg.143).

H. Durkin diz que os autores que utilizam a dinâmica de grupo consideram basicamente três conceitos principais de Lewin:

1. O grupo como uma entidade (um sistema em tensão). Nesse sentido, os terapeutas procuram o significado latente das interações e formulam suas intervenções em relação ao grupo como um todo.

2. A energia do grupo é considerada como derivando das tensões criadas pelas necessidades dos membros em interação e produzindo processos grupais. Estes constituem o principal agente de mudança e são, portanto, aproveitados para fins terapêuticos.

3. Focalizando principalmente nos acontecimentos grupais, eles colocam o princípio de contemporaneidade em prática (23, pg.312). Lewin enfatiza que os fatos psicológicos devem ser

examinados e explicados em termos do que existe no sistema social no tempo que o fato ocorre. "Nem os fatos psicológicos passados nem os futuros, mas apenas a situação presente pode influenciar os acontecimentos presentes" (47,pg.53).

A outra abordagem de terapia de grupo é liderada por S. Slavson que afirma: "O processo terapêutico, por sua própria natureza, é antagônico à formação de grupo ou dinâmica de grupo" (74,pg.64) e mais, "os pacientes reagem uns aos outros, mas não estão engajados em um projeto comum, e portanto não há, nem deve haver, fortes laços entre eles" (pg.65).

Estas afirmações se opõem às de Foulkes quando este diz "não há terapia de grupo sem dinâmica de grupo, e esta é essencial para a compreensão da terapia de grupo" (29,pg.182). O que comprova nossa distinção como ponto de partida na descrição das perspectivas sobre terapia de grupo e a diversidade inicial existente no campo do método e seus pressupostos.

2. O foco do processo terapêutico

A partir da consideração da dinâmica de grupo, surge a distinção entre as variedades de focos dentro do processo terapêutico:

Foco no grupo como um todo - Esta noção advém da colocação de Lewin de que o grupo é diferente da soma de suas partes. O terapeuta se concentra nos aspectos manifestos e latentes dos processos de grupo. Bion e Ezriel focalizam no grupo a grande maioria de suas intervenções e se detêm no indivíduo apenas para assinalar a relação dele com a cultura grupal (Bion) ou com seus mecanismos de defesa em relação à tensão comum grupal (Ezriel e Sutherland). O grupo é compreendido pelo terapeuta como se fosse um só paciente. Diz Foulkes "o que quer que aconteça no grupo é visto como um processo desenvolvendo-se no

grupo todo" e "os processos no grupo são equivalentes aos na psicanálise, mas de maneira diferente, como tendo lugar no grupo como um todo, na rede do grupo, e não no campo intrapsicológico de cada indivíduo" (41, pgs. 259-264).

Foulkes propõe o conceito de matriz grupal (group matrix) definido como "a base operacional de todos os processos mentais no grupo, da mesma maneira que a mente do indivíduo é a base operacional de todos os processos mentais no indivíduo" (pg.258) e focaliza suas intervenções na "matriz grupal" de comunicações, isto é, "na rede de todos os processos mentais individuais, o meio psicológico no qual (os indivíduos) se encontram, se comunicam e interagem" (pg.26). Ele difere de Ezriel e Bion porque não considera o grupo como se fosse uma só pessoa.

Foco no indivíduo - Slavson representa essa abordagem. Ele diz que na terapia de grupo "as reações individuais são exploradas, e interpretadas, em termos dos determinantes intrapsíquicos de cada paciente" (74,pg.64). Wolf também focaliza no indivíduo e usa o grupo como uma recriação da família originária.

Foco nas relações interpessoais - Neste sentido, as relações interpessoais são o meio mais utilizado para a compreensão do indivíduo. É o enfoque de Yalom e de terapeutas americanos mais recentes. Também fazem intervenções no grupo como um todo, mas com o objetivo específico de "remover obstáculos ao progresso do grupo, quando aparece um fato crítico para a existência ou funcionamento do grupo como um todo. Nesse caso, a intervenção tem precedência sobre qualquer outro acontecimento de origem interpessoal" (86,pg.131).

3. A ênfase no aqui-e-agora

Aqueles que utilizam a dinâmica de grupo (seja em que termos for) e o foco no grupo ou nas relações interpessoais conseqüentes, também enfatizam o aqui-e-agora. Ezriel justifica sua abordagem no presente devido ao tipo de interpretação que faz. Como ele interpreta basicamente a tensão comum do grupo, tal como aparece em cada sessão, surge o problema de não haver experiências infantís às quais relacionar a tensão comum (25, pg.119). Então ele hipotetiza que as transferências existentes no grupo originam-se não só das relações com as figuras parentais do passado, mas também com as pessoas das relações atuais - do paciente. É esse material transferencial, isto é, tudo que o paciente comunica na sessão, que se torna então o objeto da interpretação.

Em posição oposta estão os que defendem a "análise vertical", isto é, que buscam a origem genética dos conflitos do indivíduo, mesmo achando que em grupo ela é menos frequentemente encontrada do que na análise individual. Wolf diz que os dados biográficos do passado são buscados para esclarecer a transferência, e Slavson afirma que "problemas contemporâneos são apenas degraus ou portas que conduzem aos acontecimentos passados" (74,pg.150).

E ainda há os autores que utilizam as duas abordagens, como Mullan e Rosenbaum, que não encorajam o paciente a trazer notícias de sua experiência de vida, mas sim a expressão de seus sentimentos em relação a estas experiências. Principalmente em relação às surgidas no aqui-e-agora.

4. A interpretação

Em um sentido geral, a interpretação é o método utilizado para tornar consciente o material inconsciente trazido pelo paciente ou pelo grupo. É utilizada basicamente pelo terapeuta, mas de maneiras bastante diferentes entre eles. A interpretação pode estar voltada não só para o indivíduo, para que ele obtenha insight sobre seus próprios mecanismos psíquicos, como para desvendar a dinâmica grupal. Ezriel, por exemplo, usa sistematicamente apenas a interpretação das relações objetais inconscientes existentes no grupo e da tensão comum do grupo daí resultante. Esta colocação sofre a influência da teoria de Melanie Klein e do conceito de grupo considerado como um todo.

Bion utiliza a interpretação para confrontar o grupo com sua cultura emocional - o que ele chama das "pressuposições básicas" do grupo: de dependência, de fuga-ataque e de emparelhar-se (pairing). Surgem principalmente em relação ao terapeuta e se opõem ao "trabalho do grupo" de exploração produtiva.

A interpretação é a técnica mais utilizada para tornar consciente ao paciente seus mecanismos de defesa, sobretudo a resistência e a transferência. Embora utilizada de maneiras diferentes, focalizando aspectos próprios a partir de diferentes perspectivas teóricas sobre terapia de grupo, ela é usada por todos que têm um esquema referencial psicanalítico.

5. A transferência

A transferência é definida pela psicanálise como "a projeção ou deslocamento, para o analista, de sentimentos, pensamentos e desejos inconscientes que o paciente dirigia ori -

ginalmente para pessoas importantes em sua infância" (37. pg. 1332).

A análise da transferência é um instrumento básico no processo terapêutico, mas sua aplicação na terapia de grupo sofre modificações a partir desta colocação inicial da psicanálise.

Assim, no grupo, a transferência não existe apenas entre o paciente individual e o terapeuta. Ela se desenvolve também entre os demais participantes. Alguns acham que esse fato enriquece a psicoterapia (Foulkes, Wolf, Rosebaum), outros que é uma diluição da transferência básica em relação ao terapeuta e conseqüentemente limitante do processo terapêutico (Slavson).

Uma outra modificação no conceito, tal como colocado na definição acima, é a de que não é só a transferência originária das relações infantís que é analisada no grupo. Ezriel e aqueles que focalizam no aqui-e-agora, apontam as transferências existentes nas relações atuais dos indivíduos conforme elas se expressam no contexto do grupo.

O material que vai permitir ao terapeuta captar as transferências é constituído pelas associações livres dos participantes, que Foulkes chama de "associação de grupo" por ser a associação livre em conjunto. A associação livre é definida como a comunicação de tudo que se passa na mente do indivíduo, na medida do possível sem censura.

6. A catarse

Ainda como parte do processo básico de tornar consciente o inconsciente - que inclui a análise da transferência, a interpretação das defesas, etc. - há o processo da catarse, do qual a associação livre faz parte.

A catarse pode ser definida como "o processo pelo qual o paciente comunica seus problemas e preocupações. É uma maneira de liberar a si mesmo de estados psíquicos perturbadores, sentimentos, lembranças e idéias que são deslocados do inconsciente e pré-consciente e trazidos à superfície" (74,pg.142).

É possível classificar-se vários tipos de catarse: a associação livre, a catarse dirigida (quando o terapeuta ou participantes do grupo fazem perguntas); a induzida (quando um participante é estimulado pela verbalização de outro a fazer associações); a vicária (quando o paciente faz sua catarse "por procuração", isto é, identifica-se com a comunicação feita por outro); a narração de sonhos e fantasias.

Slavson enumera alguns fatores que favorecem a catarse no grupo (72,74):

- o processo de identificação entre os pacientes;
- o apoio mútuo que permite aos participantes expressar mais livremente sentimentos de hostilidade indispensáveis na terapia;
- a multiplicidade de alvos, isto é, a existência de várias pessoas que são objetos de reações dos participantes. Wolf chama esse fator de "reatividade múltipla" dos participantes;
- a universalização - a consciência que os participantes adquirem de que suas dificuldades, problemas e incoerências não são únicas, que há outros com problemas semelhantes. Esse fator é também considerado um dos principais aceleradores do processo terapêutico.

7. Análise da resistência

A resistência é o meio utilizado pelo paciente para evitar trazer à consciência o material inconsciente, em tese, penoso. A análise da resistência é feita sobretudo através da análise dos mecanismos de defesa que o indivíduo (ou o grupo) mostra.

Os terapeutas são unânimes em afirmar que, em grupo, as resistências são diferentes das que surgem na análise individual. Slavson acha que além destas o grupo facilita outras como o absenteísmo, atraso, distração, silêncio geral (quando o indivíduo permanece em silêncio por várias sessões) ou seletivo (em uma determinada sessão) e o acting out. A dissolução da resistência requer autoconfrontação (encontro intrapsíquico) na relação transferencial e catarse regressiva, tornada possível por tal transferência. Wolf acredita que o grupo é mais efetivo em quebrar a resistência do que é possível na relação bipessoal da terapia individual.

8. O teste de realidade

Teste de realidade é o nome dado ao processo de exploração e experimentação com o ambiente, de modo a descobrir a natureza das coisas, pessoas e acontecimentos, e a diferença entre fantasia e realidade (37,pg.1108). O processo terapêutico se propõe a permitir o teste de realidade de maneiras variadas, e cada terapeuta descreve o seu modo particular de perceber e considerar este processo.

Ezriel diz que o teste de realidade é induzido pela análise das transferências em relação ao terapeuta. Mais especificamente, o terapeuta aponta para todos os participantes o conteúdo inconsciente da tensão comum grupal (que é transferen-

cial) e para cada indivíduo mostra as suas defesas particulares contra ela e seus medos das consequências se o seu objetivo inconsciente fosse gratificado (a calamidade).

Os terapeutas que não enfatizam o aqui-e-agora e outros conceitos correlatos afirmam que o teste de realidade requer uma volta ao passado, para vencer a repressão e os conflitos inconscientes enraizados nas relações primárias.

Acredita-se também que o grupo permite a utilização do teste de realidade de maneira mais efetiva do que fora dele, ou na terapia individual, porque é rico de situações confrontadoras.

9. O insight

O insight é considerado como um fator dinâmico indispensável ao processo terapêutico, obtido através da interpretação do terapeuta e também dos demais participantes. Entre os tipos de interpretação que mais facilitam o insight está a da transferência.

Slavson afirma que para que haja o insight é necessário haver certas pré-condições: diminuição das defesas do ego e da rigidez do caráter; certa maturidade emocional e capacidade de compreensão intelectual.

10. Outras técnicas

Sessão alternada - Utilizada primeiramente por A. Wolf. Trata-se da introdução, na psicoterapia, de uma sessão em que o grupo se encontra sem o terapeuta. Tem o objetivo de encorajar o grupo a expressar suas reações ao terapeuta, a diminuir a autoridade deste e em geral a permitir aos pacientes

se encontrar e funcionar juntos sem a presença de controles (90).

Going-around - Introduzida também por Wolf e utilizada por outros, como Mullan e Rosebaum. É um processo no qual cada participante associa livremente sobre o outro, sendo uma forma de levá-los a participar espontaneamente, mostrando o que percebem ou imaginam sobre o problema, sonho ou fantasia do outro dentro ou fora do grupo.

Feedback - Empregado por alguns psicoterapeutas que valorizam a experiência afetiva no grupo e consideram a interação no grupo como um dos principais fatores curativos, como é o caso de Yalom, Rosebaum, J. Frank e outros.

Um aspecto que queremos incluir na consideração dos métodos da psicoterapia de grupo é a perspectiva sobre a coesão grupal. Verificamos que há muita divergência sobre este tema, com alguns valorizando-a e considerando-a como fator terapêutico, e outros considerando a coesão como interferindo negativamente. É, como sempre, uma posição intermediária, afirmando apenas que não deve se estimular a coesão grupal por não ser inteiramente compatível com o processo terapêutico.

Para Truax (85), a coesão deve ser considerada como terapeuticamente relevante na situação de grupos; Yalom (86) diz que não é um fator curativo per se, mas uma pré-condição para uma terapia efetiva; Frank (30) acha que é necessária. No outro extremo, Slavson que nega sua importância e acrescenta que, se aparece, "impede a expressão livre dos conflitos intrapsíquicos - do paciente, demonstra as necessidades de dependência do paciente e elimina a ansiedade necessária à comunicação terapêutica" (74, pg.274).

B. Pressupostos básicos prováveis

Encontrar uma descrição dos pressupostos bási-

cos que orientam a psicoterapia de grupo é tarefa árdua. Poucos autores escrevem sobre este tópicO, e quando o fazem é de maneira assistemática, mencionando aqui e ali, entre observações clínicas ou técnicas, o material que procuramos. Diante deste quadro, tornou-se também difícil distinguir o que seria considerado um pressuposto básico teórico e o que seria uma hipótese apenas, isolável entre descrições outras. Um outro fato é que na literatura sobre psicoterapia de grupo há mais dados relativos à técnica do que à teoria. Sobre isso Grinberg menciona a estatística de B. Kotkow apresentada no artigo "Research" publicado em Fields in Group Psychotherapy, onde há a afirmação de que apenas 4% dos trabalhos publicados sobre psicoterapia de grupo se referem a métodos e teorias (38,pg.27).

Como observação complementar, resta-nos dizer que os pressupostos prováveis variam de acordo com a orientação do psicoterapeuta quanto aos modos efetivos de cura e à importância que ele atribui a certos fatores básicos como a dinâmica de grupo, as relações objetais primárias, etc. Portanto, aqueles que relacionaremos abaixo não são comuns a todos, compreendem o que de mais geral encontraremos:

1. Conflitos inconscientes na primeira infância estão sempre presentes na raiz dos distúrbios psicogenéticos e manifestam-se na reação do paciente ao terapeuta na chamada situação transferencial, onde presente e passado se encontram. Com isso o processo terapêutico baseia-se na transferência: sua expressão, interpretação e elaboração. No grupo a transferência se dilui, fragmenta ou multiplica (a denominação do fenômeno vai depender de cada autor), diferentemente da psicanálise individual, onde ela é concentrada e dirigida exclusivamente ao analista.

2. Grinberg menciona que o principal valor curativo do grupo terapêutico está no terapeuta que "pode ver, intuir e viven-

os conflitos reais atrás dos aparentes e compartilhar este conhecimento com os membros do grupo mediante suas interpretações" (38,pg.42). O terapeuta deve atuar como uma "tela em branco" onde os participantes do grupo projetam seus conflitos, motivações, necessidades e relações vividas com pessoas dominantes de sua vida. E é essa projeção que vai permitir a análise das distorções e resistências, que impedem o crescimento individual e grupal.

3. O grupo cria alguns modos especiais de tratamento, não presentes no individual: a catarse induzida e vicária, o fenômeno do "espelho" (29,38), etc. e outras formas de resistência: o flirt sexual, o subgrupo, etc. Possui outros fatores terapêuticos: a universalização, a coesão, a indução mútua, etc. Alguns autores consideram o grupo como um fator curativo de importância por várias razões, principalmente porque apóia o indivíduo na sua luta fundamental consigo mesmo, na confrontação com o significado real de seus conflitos neuróticos e na identificação com este significado (29,38,30).

4. Todo acontecimento no grupo deve ser visto como algo que potencialmente envolve todo o grupo, embora possa ser expressado em configurações infinitamente variadas (29,38,25). Conseqüentemente, a interação entre os integrantes do grupo forma uma rede de comunicações que engloba todos os participantes, independente da expressão explícita, verbal, de todos.

5. Considerando a psicose como basicamente um distúrbio nas relações interpessoais, o tratamento no grupo psicoterapêutico "pode renovar a capacidade do indivíduo para as relações sociais, melhorá-las, reformá-las e até revolucionar o caráter destas relações" (29,pg.236).

6. Toda situação terapêutica contém elementos novos e familiares que facilitam o teste de antigas e novas atitudes e a

sedimentação de algumas como apropriadas. Sutherland e Ezriel, entre outros, enfatizam o teste de realidade sobre uma figura externa real (o terapeuta) das relações objetais inconscientes do participante do grupo.

7. Alguns autores (Bion, Ezriel, Foulkes, Sutherland, Grinberg) postulam que os fenômenos surgidos no aqui-e-agora são suscetíveis de serem analisados e terem efeito terapêutico, dispensando (em grau variado, segundo a orientação de cada um) o conhecimento da história pessoal de cada um. Diz Ezriel: "O método psicanalítico permite o estudo da dinâmica subjacente às interações entre paciente (o grupo) e analista como surgem em cada sessão" (80,pg.122). Há outros autores porém que postulam a necessidade de voltar à origem genética, ao passado, dos conflitos atuais e que são assim se efetua o processo terapêutico.

8. Na psicoterapia analítica de grupo não há um programa a desenvolver nem indicações precisas quanto ao comportamento, todas as contribuições surgem espontaneamente dos pacientes.

9. A interpretação analítica no grupo fundamenta-se em dois aspectos: a) no grupo os indivíduos vivem simultaneamente a situação real e os papéis que as fantasias inconscientes dos outros impõem ou procuram impor a cada um dos participantes; b) o grupo deve ser considerado como um todo, como um só "eu", composto de partes "egônicas", pois cada integrante atua em função dos demais (38) e as comunicações do grupo são consideradas como equivalentes das associações livres do paciente na situação psicanalítica. Todas as comunicações são de importância central para a cura e para a atividade terapêutica do analista.

10. A psicoterapia de grupo, como toda psicoterapia, é um processo corretivo que visa a corrigir, curar, experiências passadas que levaram a um funcionamento defeituoso do indivíduo consigo mesmo e com as pessoas que o cercam.

Quanto aos pressupostos específicos da psicanálise, que em certa medida estão presente em todas as formas de psicoterapia de grupo analítica, devemos nos referir à teoria de Freud e às contribuições de M. Klein e de Fairbairn como as mais relevantes.

2.2.3 O terapeuta, a composição e os aspectos formais do grupo

O papel do terapeuta já ficou implícito na descrição da metodologia, uma vez que a técnica é muito especializada e em cada uma é fundamental a sua atuação. O que queremos expor aqui são as características do seu procedimento mais do que descrever novamente a técnica sob o ponto de vista de sua intervenção. Método e papel do terapeuta são intrinsecamente ligados.

As intervenções do terapeuta são muito variadas, podendo ser distribuídas ao longo de um continuum que vai desde a estrita aderência ao uso da interpretação com a adoção de uma posição incontestada de autoridade dentro do grupo, até a ênfase numa intervenção bem pessoal, próxima àquela descrita quanto ao comportamento do coordenador de grupo-T.

Vamos apresentar a abordagem de alguns autores significativos quanto a pontos desta continuum:

Slavson (74) descreve quatro funções do terapeuta de grupo:

- a) Direcional - quando percebe que os participantes estão discutindo pontos de vista que não são objetivos ou sem

uma conclusão à vista, ficando "girando em círculos". O terapeuta também pode mudar a direção da sessão, quando sente que ela tem um efeito muito negativo sobre o grupo ou algum paciente.

- b) Estimulativa - quando o grupo entra (por várias razões) em discussão de detalhes inconseqüentes e realidades superficiais. Ele então pode questionar o grupo, ou um paciente, sobre um assunto relevante, ou lembrar um tópico relacionado ao atual, ou ainda buscar em sessões anteriores o contexto do qual o conteúdo em questão surge.
- c) Extensional - quando ele por exemplo contribui para a "educação psicológica" do paciente, explicando relações entre consciente e inconsciente, dando noções de causas psicogênicas possíveis a comportamento que o paciente insiste em relacionar com causas físicas ou materiais.
- d) Interpretativa - consiste basicamente em trazer ao consciente o significado das comunicações e sentimentos quando o paciente já venceu repressões e resistências e, portanto, está pronto para o insight.

Em termos de atitude, o principal papel do terapeuta é manter-se passivo e "ouvir criativamente" (isto significa "permanecer receptivamente silencioso") (74.pg.428). Esta atitude se baseia no pressuposto de que "a passividade emocional e comportamental do terapeuta deixa o paciente livre para revelar o conteúdo mais profundo de sua personalidade" e que "atuando como uma tela neutra no qual pensamentos e sentimentos são projetados, o terapeuta ajuda o fluxo de catarse e auto-revelação do paciente" (pg.429).

Quanto a revelar a si mesmo na terapia, Slavson é o mais rigoroso defensor da total neutralidade. Diz ele que a

comunicação do terapeuta pode ser também não-verbal (como um sorriso, um balançar de cabeça)" para evitar comprometer-se e se envolver emocionalmente, ou ainda para encorajar e apoiar o paciente" (pg.272) e que o terapeuta "não deve revelar seus sentimentos para evitar o bloqueio da catarse dos pacientes". (pg.430).

Ele admite que o terapeuta também atue como modelo para o grupo, mas em um sentido muito próprio: o de transmitir "a imagem de força e poder que encoraja a identificação transferencial e realça o valor do terapeuta como modelo de identificação e ego ideal" (pg.429). Mas essa função não deve ser superestimada, observa ele.

Uma outra característica que ressalta desta perspectiva de Slavson e seguidores é a da posição dominante e autoritária do terapeuta dentro do grupo. Diz ele: "Um terapeuta igualitário é prejudicial ao grupo. Faltando a imagem de autoridade do terapeuta (em virtude de sua maior maturidade e melhor integração pessoal e social), o princípio igualitário nega aos pacientes seu sentimento essencial de segurança e a referência transferencial necessária ao seu próprio crescimento" (pg.436).

Nesta mesma posição, embora não especificando tanto a atuação do terapeuta quanto Slavson, está Foulkes.

//Ele acha que o papel do terapeuta é basicamente o de interpretar as defesas, a transferência e a rede de comunicação do grupo. Como ele é a principal figura transferencial, "seu principal papel é aceitar todos os papéis que o paciente lhe atribui" (2º, pg.39). E advoca também a neutralidade e não-auto-revelação. Diz ele: "O terapeuta não expressa seus próprios sentimentos, ele é sensível à qualidade, quantidade e

direção deles" e "os insights sobre seus próprios sentimentos, ele guarda para si; os insights sobre as reações individuais, ele o usará para aumentar a compreensão do grupo como um todo, e seus insights nos trabalhos do grupo como um todo ele interpretará para o grupo" (pg.145).

Esta é a posição geral dos demais psicanalistas que adotam a perspectiva do grupo como uma entidade e que para ele dirigem suas interpretações e intervenções.

Numa posição um pouco diferente, mas ainda próxima de Slavson, encontramos outros autores que descrevem o papel do terapeuta como fundamentalmente o de interpretar os pensamentos, sentimentos e ações dos pacientes procurando manter uma posição neutra. Diz Wolf: "Ele procura deixar claro que tem seus próprios valores, julgamentos, empatia e apreciações" e expõe isso "da maneira mais racional possível, diferente da dos membros do grupo" (90,pg.105). Mas Wolf já valoriza as contribuições do grupo, considera os pacientes "ricos reservatórios de compreensão que existem em potencial no grupo" (pg.81). E também, apesar de sua função essencial de interpretar, ele acredita que o terapeuta deve revelar-se, mostrar seus sentimentos para o grupo. "Com isso serve de exemplo de liberdade e de contato emocional" (pg.84).

H. Durkin estaria numa posição próxima de Wolf. Diz que entre as funções do terapeuta estão a de criar uma atmosfera propícia à interação livre e emocional, a de buscar comentários, percepções e interpretações do grupo sobre o material expresso. Também defende a possibilidade do terapeuta responder a perguntas diretas, mesmo que logo a seguir deva procurar analisar a causa das perguntas. Mas por outro lado Durkin ainda descreve como funções básicas do terapeuta a de analisar e interpretar a transferência e as resistências, no molde psica-

nalítica clássico e diz que uma vez estando as "relações terapêuticas estabelecidas, o terapeuta adota uma posição mais passiva" (23).

Em um terceiro momento, estão os terapeutas que não seguem tão de perto a metodologia psicanalítica e conseqüentemente o tipo de intervenções do terapeuta. Distinguem dois tipos de atuação:

I - O terapeuta como especialista técnico: através do uso da interpretação, da busca de reações do grupo a um certo acontecimento tido como relevante para o progresso do grupo e pela introdução de técnicas que ajudem o grupo a se expressar mais abertamente. Yalom defende com vigor a contribuição do grupo nas interpretações, achando que não devem ser um privilégio do terapeuta. Acha que este deve ter o cuidado de não monopolizar esta função e não manter a interpretação isolada do grupo. A propósito desta observação, Yalom parodia Shaw dizendo que "o problema com as interpretações profundas e elegantes é que elas são freqüentemente desperdiçadas com o paciente" (86,pg.90).

A interpretação pode ser relativa ao comportamento intrapessoal do paciente ou ao impacto interpessoal de uns nos outros - o que vem a ser a função de doador de feedback. Também acha que cabe ao terapeuta modificar as percepções distorcidas dos participantes e as suas próprias, sendo que quanto a estas acredita que a auto-revelação do terapeuta ajuda a involução dessas distorções.

II - O terapeuta como participante e modelo: na medida em que ele mostra um comportamento confrontador, não defensivo, espontâneo. Yalom é contra o terapeuta adotar uma atitude de extremo cuidado, "são mostrando suas certezas, como um modelo de infabilidade" (pg.93). Acha que se o terapeuta descentraliza

sua posição, ele acelera o desenvolvimento da autonomia e coesão do grupo - considerado como fator curativo.

Berger afirma que "há momentos em que é útil o terapeuta compartilhar um problema seu passado, ou atual, e oferecer um modelo de identificação através de sua capacidade de resolver tal problema de maneira construtiva (cit. em 86,pg.103).

Indo ainda mais além, parecem estar os terapeutas que a partir de 1960 começaram a sofrer a influência do método de laboratório. Embora utilizando métodos tomados da psicoterapia de grupo analítica, introduziram outros elementos que vão modificá-la muito e que repercutem no papel do terapeuta. Assim H. Ruitenbek diz que o terapeuta deve mostrar seus sentimentos, mostrar-se como pessoa o mais integralmente possível. Não deve ser passivo e "não deve hesitar em intervir e colocar sua própria personalidade, suas experiências pessoais. Até procurará compartilhar com o grupo algumas de suas situações e experiências de vida" (67,pg.343).

A composição e os aspectos formais do grupo

Encontramos vários tipos de composição de grupo, embora a variação entre eles não seja muita. Quanto ao número de participantes, depende da preferência do terapeuta. Há os que recomendam 7 a 8 (Ezriel e Sutherland), entre 5 e 10 (Luchins), mínimo de 7 e máximo de 10 (Rosebaum e Pullan), 8 a 10 (Wolf), 5 a 8 (J. Frank), 5 a 10 como um número aceitável, embora sendo 7 o número ótimo (Yalom); não ultrapassando 7, sem especificar o mínimo (Foulkes) e até mesmo a variação de 2 a 10 (Ziemmermann).

Embora, em princípio, a psicoterapia de grupo possa ser feita em grupos abertos ou fechados, a grande maioria fun

ciona como aberto, que como já foi dito, são os grupos onde participantes novos podem entrar e não há duração definida. As terapias de grupo fechado geralmente têm tempo marcado de duração. A que é feita em maratona (criada por George Bach) dura de 24 a 48 horas ininterruptas.

Quanto à duração e frequência de sessões, encontramos menção a uma ou duas sessões semanais, cada uma com duração que varia de 60 a 90 minutos (incluindo de 70' a 80').

No que se refere aos critérios de participação no grupo, não há unanimidade. Há autores que propõem uma seleção muito criteriosa e detalhada, como Slavson, outros que propõem uma composição a mais heterogênea possível. Zimmermann diz que embora seja importante fazer uma seleção cuidadosa, não há atualmente conhecimentos que permitam garantir a adequação ótima do paciente ao grupo e vice-versa.

A seleção visa sempre a adequar o indivíduo ao grupo no sentido de avaliar a possibilidade de um prognóstico positivo para o paciente; a verificar a indicação ou contra-indicação desta forma de psicoterapia e a adequação de um grupo já existente ao indivíduo. Mas por outro lado também é preciso verificar se o paciente pode prejudicar o grupo no qual iria entrar. Isto traz o problema da homogeneidade ou heterogeneidade na composição mesmo que nem sempre os autores deixem claro qual seria o critério usado para afirmar sobre uma ou outra.

Há várias possibilidades de homogeneidade, desde sexo e idade até critérios mais complexos como sintomas ou diagnóstico clínico. Zimmermann indica agrupamentos de pacientes com certos diagnósticos, como psicótico, psicopatas, pessoas com nível mental baixo, mas não indica agrupamento por sintoma, síndrome ou problemas. Por outro lado, Slavson recomenda a com-

posição por "problema nuclear" mas heterogêneo quanto às defesas e funcionamento do ego.

// Há evidência clínica de que grupos heterogêneos têm vantagens sobre os homogêneos. "O grupo homogêneo torna-se coeso rapidamente, oferece apoio imediato aos participantes, têm menos conflito e proporciona alívio de sintomas mais rapidamente. Mas, por outro lado, tende a permanecer em níveis superficiais e serem ineficientes na alteração de estrutura de caráter" (86.pg.193).

A caracterização do indivíduo a quem é indicada a psicoterapia de grupo geralmente baseia-se em diagnóstico clínico. Como dentro destes quadros a indicação é muito ampla, vamos mencionar apenas quais pacientes são considerados, variadamente, como contra-indicados para terapia de grupo. Para Zimmermann aqueles com "personalidade histérica e paranóide, com mecanismos de negação e projeção intensos, respectivamente". Possembaum cita os de comportamento antisocial e impulsivo, psicóticos manifestos e aqueles com atividade sadomasoquista séria; Yalom menciona os pacientes com lesão cerebral, paranóides muito narcisistas, suicidas, viciados em drogas, psicóticos agudos, sociopatas. A lista de Slavson é bastante grande e inclui entre outros: pacientes com neurose de ansiedade, compulsivos-obsessivos, psicopatas, paranóicos, depressivos, homossexuais ativos, hipocondríacos graves, histéricos verdadeiros.

Como se pode observar, não há concordância entre estes critérios. Assim, embora um diga que para o homossexual ativo ou o viciado em drogas não é indicado, outros o fazem e se acham bem sucedidos. Até que ponto são válidas estas colocações é difícil de precisar no momento. Não há estudos sistematizados, pesquisas experimentais que confirmam estes critérios e os resultados da terapia de grupo com estes tipos de pacien

tes. Cremos que o mesmo é válido também no campo das indicações para psicoterapia de grupo. As informações que temos dependem da experiência particular do terapeuta.

A psicoterapia de grupo é feita em instituições hospitalares, com pacientes internados ou em regime de ambulatório, e em consultório particular. Quando é feito em consultório particular ela acompanha as características da terapia individual quanto às instalações materiais: sala de tamanho médio (15 a 20 m²), protegida de ruídos e com decoração discreta. O grupo se dispõe em círculo, sentando-se em cadeiras. Alguns utilizam uma pequena mesa baixa, central, no centro, mas a maioria prefere vazio.

2.2.4 Resultados

Em psicoterapia de grupo, tanto ou mais do que em grupo-T, há poucos estudos de avaliação de resultados, e quando existem, são inconclusivos (59). Que tipo de mudança produz? Em quais indivíduos? Sob que condições? São respostas que necessitam muita pesquisa, mesmo considerando as dificuldades de tal empreendimento. G. T. Barrett-Lennard (8) afirma que uma das grandes dificuldades do estudo da psicoterapia é que não tendo sido o processo sujeito a uma manipulação experimental, verificar causalidades nesse processo torna-se ainda mais difícil.

Um número considerável de pesquisas realizadas confirmam o fato de que a psicoterapia de grupo pode facilitar mudanças construtivas de personalidade e de comportamento em pessoas descritas como mentalmente doentes, alcoólatras, emo-

cionalmente perturbadas, ou psicóticas. Mas um exame destas pesquisas mostra que nem toda psicoterapia é uniformemente facilitadora dessas mudanças. E dentro de cada uma, há ainda as variações entre os resultados dentro do próprio grupo, de modo que enquanto uns participantes mostram mudanças construtivas outros parecem não ser afetados pelo processo (8).

Pesquisas de Hobbs e Pascal (1946) e Ends e Page (1957) indicam que as atividades do terapeuta são uma fonte significativa de variação nos efeitos da psicoterapia de grupo sobre seus participantes.

C. S. Truax (85) realizou um estudo extenso hipotetizando que a exploração intrapessoal é uma condição suficiente para que haja uma mudança construtiva de personalidade na psicoterapia (de grupo e individual). A psicoterapia é definida como "exploração dos sentimentos e experiências conscientes e inconscientes" e estão aí incluídas a psicoterapia analítica de grupo e a centrada no cliente. O processo de exploração intrapessoal é compreendido como o de compreensão gradativa das próprias crenças, valores, motivações e ações. Os resultados indicaram:

I - As seguintes características do terapeuta relacionam-se significativamente à exploração intrapessoal dos pacientes: empatia acurada, consideração incondicionalmente positiva, congruência, suposta similaridade (do terapeuta com o paciente), liderança e responsabilidade.

II - As seguintes características do grupo relacionam-se significativamente: compreensão empática do grupo em relação a seus membros, espírito de cooperação e ajuda mútua, sociabilidade - diretamente influenciáveis pelo terapeuta. E como características apenas indiretamente influenciáveis pelo terapeu-

ta: congruência dos membros do grupo, coesão grupal e envolvimento do grupo na discussão.

Ezriel (25) acredita que colocando a psicoterapia de grupo em uma perspectiva de 'aqui-e-agora' dos acontecimentos grupais - como ele o fez - é possível estabelecer "leis" passíveis de comprovação experimental. Diz ele que o material obtido por gravações de sessões confirma a existência da lei que ele descreve assim: "Se colocamos junto um grupo de pacientes que necessitam de tratamento e um terapeuta presumivelmente capaz de satisfazer essa necessidade, e se o terapeuta assume um papel passivo não diretivo, então estes pacientes mostrarão, em suas palavras e ações, uma forma manifesta de comportamento do qual se pode inferir três tipos de relações objetais (a evitada, a calamitosa temida e a relação requerida em função deste medo). Se então o analista interpreta, isto é, indica estas três relações no aqui-e-agora, o material subsequente conterá a relação objetal até então evitada, de uma maneira menos reprimida (25,pg.122). Ele menciona, e refuta, as objeções de que esses fenômenos observados nas sessões, não podendo ser repetidos, invalidariam o resultado da pesquisa. Mas simplifica muito o processo de avaliação dos resultados do processo. Strupp e A. Bergin (78) mostram que uma mudança terapêutica depende de muitos fatores, de processos às vezes divergentes e Ezriel parece não se preocupar com isso.

Até há pouco tempo, os teóricos e clínicos da psicoterapia não se ocuparam com comprovações experimentais dos seus métodos e efeitos. Talvez devido às próprias condições do processo - feito em grande parte em consultórios particulares, com o terapeuta trabalhando isoladamente - e mais a falta de pesquisadores profissionais nesta área. Um outro fato a observar, funcionando como fator de dificuldade em pesquisa, é o de que um efeito pode ser positivo para um indivíduo (como

exemplo, a redução de ansiedade) e negativo para um outro. A melhora em psicoterapia significa coisas diferentes para cada pa-
ciente.

Ainda uma outra limitação é que a maioria dos instrumentos usados são originalmente planejados para terapia individual, e não de grupo (86). Embora as terapias de grupo e individual possam ser equivalentes na efetividade total, cada modalidade pode afetar diferentes variáveis e, portanto, produ-
zir um tipo diferente de resultado.

Para Yalom, não são os métodos de pesquisa de efeitos da terapia devem ser reformulados, mas também os critê-
rios quanto aos efeitos. Assim, diz ele, "as dimensões tradi-
cionais como remoção de distúrbios, relações sociais mais ade-
quadas, maior auto-estima, são insuficientes na avaliação de
uma grande gama possível de resultados. Alguns pacientes, como
resultado da psicoterapia, alteram sua hierarquia de valores,
outros tomam decisões que mudam o curso de suas vidas, outros
tornam-se mais capazes de comunicar seus sentimentos aos ou-
tros", etc. (86.pg.382). Esta perspectiva reafirma a de Rogers
(65) que acredita que os efeitos da terapia de grupo estão liga-
dos ao tipo de paciente. A pesquisa dos efeitos devem sempre
levar em consideração que pessoa passou pelo processo.^x

2.2.5 Conclusão

Verificamos que a descrição da psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica procura seguir de perto a psicanálise, conforme conceituada por Freud e outros (sobretudo M. Klein e W. Fairbairn). Alguns autores, como Foulkes, embora assumindo essa origem, procuram distinguir a psicoterapia de grupo da psicanálise, descrevendo fenômenos e processos próprios. Portanto descrever a psicoterapia de grupo é, em grande parte, repetir os conceitos psicanalíticos. Nós nos propusemos a nos estender mais nas contribuições ou modificações destes que se referem mais ao grupo, e foi então que nos deparamos com um quadro extremamente variado e muitas vezes ambíguo. Não foi possível até agora a construção de uma teoria própria nem métodos que possam caracterizar a psicoterapia de grupo como um campo definido e inconfundível. Esta dificuldade aparece já na sua própria história, onde há divergência na distinção de quais tipos de atividades grupais são realmente considerados como psicoterapia, dada a tendência inicial a qualificar como tal qualquer forma de atividade com grupos que resultasse em algum efeito psicoterapêutico.

Posteriormente, observamos que há entre os autores uma preocupação maior em se distinguirem uns dos outros através de conceituações, algumas vezes complexas e interessantes, como no caso de Bion e Ezriel, do que em encontrarem pontos comuns.

Ficamos com a impressão que existe um grande painel fragmentado onde cada teórico procura inserir novos elementos. Ter uma visão de conjunto que consiga integrá-los tornou-se uma tarefa muito difícil. Algumas vezes encontramos pontos comuns a certas orientações - como por exemplo, a consideração do grupo como uma entidade distinta das pessoas

que o constituem - mas mesmo assim não podemos afirmar, com segurança, se as conseqüências teóricas e práticas resultantes dessa conceituação continuam sendo semelhantes. O mais freqüente, porém, é a diversidade de perspectivas sobre a teoria e o método, mesmo considerando que estas variações se concentram em aspectos parciais, isto é, "a psicanálise segue sendo o modelo inicial do qual emergem modificações que se pretendem originais, mas não a modificam em essência." Esta aderência resulta às vezes em ambigüidade e incongruência como já descrevemos quando falamos da utilização de conceitos e técnicas de Dinâmica de Grupo.

Uma outra área de difícil integração dentro da psicoterapia de grupo é a que se refere à atuação do psicoterapeuta. Podemos observar que alguns autores seguem de perto o modelo de atuação da psicanálise individual - "o analista neutro", atuando como "tela em branco" que permite projeções e simbolizações de sua figura - outros que introduzem comportamentos e técnicas derivadas, sobretudo, de suas próprias experiências bem sucedidas, e outros que mais recentemente assimilaram os procedimentos mais conhecidos como originários do treinamento em laboratório. Na medida em que todos eles se colocam como terapeutas de grupo com base analítica, torna-se fácil compreender o grau de confusão daí advindo para quem pretendeu, como nós, delinear um quadro sistemático e integrado.

Esses dados não podem deixar de lado a enorme contribuição que a psicoterapia de grupo de orientação psicodinâmica trouxe para o atendimento psicológico atual. A experiência compartilhada, os fenômenos da universalização, do "espelho" e outros vários já descritos, são possíveis de se realizarem com a presença constante do grupo, acrescentam à psicoterapia de grupo uma dimensão terapêutica inexistente na individual. Mesmo discordante e desintegrado como se nos afigura, é indiscutível

que se trata de um campo fértil para o melhor conhecimento do tratamento de enfermos mentais, para a diminuição dos custos de profissionais especializados necessários e para o cuidado de maior número de pessoas.

3. COMPARAÇÃO

Vamos apresentar as comparações seguindo um esquema próximo às partes anteriores deste trabalho:

É necessário observar que mesmo tomando apenas uma modalidade de psicoterapia de grupo e uma de grupo-T, inúmeras variações ainda permanecem dentro de cada uma, dificultando a comparação. Muitas vezes encontramos definições de objetivos semelhantes, mas descrição de composição de grupo diferentes. Em outro momento é o método empregado para alcançar os objetivos que vislumbram diferentes ou semelhantes. É assim por diante.

3.1 Quanto ao desenvolvimento histórico

A psicoterapia de grupo nasceu da área médica, como um tratamento visando a aliviar o sofrimento. Nela o terapeuta tinha um papel dominante de líder, e muito do efeito curativo do grupo dependia dele, de sua atuação.

O grupo-T tem uma tradição educacional. Os participantes eram voluntários que procuravam obter conhecimentos e técnicas que os permitissem serem mais efetivos no trabalho, na comunidade. O coordenador tinha um papel eminentemente de professor, mas colocando-se como um igual e procurando minimizar expectativas irrealísticas quanto aos seus recursos de ajuda ao grupo.

Ambas as áreas passaram por redefinições desde que inicialmente criadas. Na evolução, teoria e técnicas dos dois campos continuaram se modificando - sem que um tomasse conhecimento do outro. Até que no início de 1960 o campo de grupo-T se expandiu tanto que os clínicos não mais o ignoraram, e deu-se uma

aproximação. Yalom menciona que alguns terapeutas de grupo reagiram com muita desconfiança, julgando haver uma intrusão na sua área, "como em tempos anteriores se esforçavam para impedir a prática de psicoterapia por psicólogos" (86,pg.355). Peck sugere a comparação com a situação inicial dos terapeutas de grupo, criticados pelos que faziam terapia ou análise individual (60). Mas atualmente esta distância está diminuindo. Inclusive nos Estados Unidos o grupo-T é usado para treinamento de terapeutas de grupo (86, 46, 59) e em hospitais psiquiátricos no tratamento de pacientes hospitalizados (24, 44).

Contudo, há que observar que em ambos a assimilação de novos dados nem sempre parece ser feita de maneira adequada, de modo que métodos incompatíveis parecem ser empregados indiscriminadamente, tendo como objetivo o "enriquecimento" da experiência, ou uma aparência de "modernidade" que na realidade traduzem apenas uma falta de coerência e de consistência das teorias subjacentes a um e outro campo.

Tanto a psicoterapia de grupo como o grupo-T partiram de uma colocação prática muito simples: na psicoterapia a necessidade de atender um número maior de pacientes; no laboratório a de inovar o treinamento ou aperfeiçoamento de adultos que atuavam como agentes de mudança em sua comunidade. Quando surgiu a necessidade de fundamentar teoricamente os dois trabalhos, a psicoterapia foi buscar o esquema psicanalítico, e o grupo-T os estudos teóricos e experimentais, principalmente da psicologia social e clínica.

E a partir de então, ambos, procurando aperfeiçoar e legitimar seus métodos, passaram por modificações consideráveis. A psicoterapia de grupo procurou, mantendo seu ponto de partida na psicanálise, acrescentar conceitos próprios, advindos da situação especial que o grupo traz ao tratamento indi-

vidual - até chegar ao momento atual de encontro com os métodos e pressupostos do laboratório. //o grupo-T, tomando formas extremamente variadas, vem incorporando as experiências da terapia da Gestalt, da análise transacional, do psicodrama, técnicas de expressão corporal e mesmo algumas noções de inspiração oriental. //

3.2 Quanto aos objetivos

Max Pagès (58) diz que o grupo-T tem objetivos mais extensos e menos profundos que a psicoterapia. Mais extensos porque visam não só à modificação de atitudes individuais, mas também à aquisição de conhecimentos e de savoir-faire sobre o funcionamento de grupo.

Esta colocação pode ser contestada quando se verifica que há grupos-T que não buscam adquirir conhecimentos sobre processos grupais, focalizando nas relações interpessoais e nos indivíduos apenas. E se consideramos o aspecto formal de "profundidade" como conhecimento "vertical" de que nos fala Foulkes e Slavson, então a psicoterapia de grupo é menos "profunda" que a terapia individual - e ambas (psicoterapia de grupo e grupo-T) se encontrariam próximas ao mesmo nível. Permaneceria a possibilidade de interpretar o conceito de "profundidade" como igual a "inconsciente", e neste caso o grupo-T é geralmente percebido como não lidando com material inconsciente. Em sendo assim, haveria então diferença.

Para J. Frank (31) e Horwitz (40) o grupo-T procura ajudar os participantes a se tornarem^x mais sensíveis ao seu próprio funcionamento e aos acontecimentos importantes no grupo, de modo a se tornarem mais efetivos como membros e líderes de outros grupos^x. A psicoterapia objetiva ajudar seus mem-

bros a obter insight quanto ao seu próprio funcionamento em situações internessoais de todos os tipos e aliviar sofrimentos neuroticamente determinados. A psicoterapia busca modificar atitudes mais difusas e centrais do que o grupo-T, por isso põe mais ênfase no "desaprender" modos antigos de comportamento do que no aprender novos, e levam mais tempo para alcançar seus objetivos. Frank afirma que os dois têm o objetivo comum de constituírem uma experiência de aprendizagem e favorecer mudanças e enfatizam o aprender a se comunicar acuradamente com os outros.

Quanto às diferenças estas comparações não têm validade geral por se restringirem aos grupos-T que se propõem como objetivos a aprendizagem sobre processos e funções grupais, sem considerar aqueles que dão importância à experiência per se, à parte aprendizagens formais sobre grupos e liderança.

Parloff (59) acha que ambos visam a ajudar os participantes a se tornarem mais sensíveis ao impacto que provocam nos outros, às suas próprias distorções, e a aprender modos mais efetivos de se relacionar. Mas que em terapia esses objetivos são apenas intermediários - o objetivo último permanece o de aliviar o sofrimento do paciente. E reafirma o que os autores acima mencionam: a psicoterapia busca ajudar o paciente a desaprender padrões de comportamento e não a aprender novos, e a discriminar situações presentes das passadas.

Julgamos essa colocação de "desaprender" padrões antigos e aprender novos uma dicotomização artificial. Quando um processo se distingue de outro? Não se poderia dizer que um feedback, na medida em que modifica uma percepção de si mesmo que o indivíduo tinha, é um "desaprender"? E encontramos em Tannenbaum et al. a negação dessa diferença, ao afirmar "ambos buscam substituir métodos antigos e perturbadores de comportamento por novos mais adequados" (87,pg.45).

Yalom acredita que ambos procuram melhorar o funcionamento do indivíduo, estimular o teste de realidade, fortalecer o ego e enriquecer as relações interpessoais eliminando as divisões intrapsíquicas deformantes. Esta colocação é própria do autor que não segue estritamente a psicanálise e que na prática incorporou algumas das técnicas de laboratório, enfatizando as relações interpessoais na psicoterapia. Não vê diferenças muito essenciais entre os dois tipos de abordagem.

E para Argyris, grupo-T e psicoterapia de grupo procuram ajudar o indivíduo a tornar-se mais consciente de si mesmo e a aceitar mais a si e aos outros, e que com o prosseguimento de pesquisas se chegará a provar que diferem apenas em grau. (Parece indicar com isto o nível de comportamento a ser analisado: diretamente observável ou inconsciente.).

Não há como se chegar a uma conclusão decisiva quanto a este aspecto. Estes autores que se propuserem a estabelecer uma comparação de objetivos parecem ignorar as proposições feitas por vários outros. Como é mais fácil confrontar as descrições de um ou dois autores apenas de grupo-T e de psicoterapia, sem levar em conta a variedade realmente existente, o resultado é a inadequação dos termos de comparação.

Mas se, como o fizemos, ampliamos ao máximo as variações que poderiam ser contidas em uma modalidade, nos deparamos com um quadro confuso no qual as distinções entre psicoterapia de grupo e grupo-T parecem esmaecer.

3.3 Quanto à metodologia*

Para Horwitz o insight no grupo-T é obtido pelo feedback que os participantes (e eventualmente o coordenador) oferecem aos outros e visa ajudá-los a conhecer pontos cegos de

si mesmo no relacionamento. Enquanto na psicoterapia o insight é obtido através de interpretação transferencial dada pelo terapeuta sobre os motivos inconscientes que orientam o comportamento do indivíduo. Acrescenta que o insight na terapia é mais profundo que no grupo-T e leva à valorização do terapeuta como figura central, pois ele é visto como mais capaz de entender o significado das motivações, preocupações latentes, etc. que os demais participantes. No grupo-T, em vez disso, há um encorajamento das observações mútuas, a oportunidade de cada um avaliar qual o consenso do grupo sobre um comportamento e isso torna-se mais importante que as intervenções do coordenador. Argyris reforça estes aspectos e localiza a maior diferenciação entre o grupo-T e a terapia no fato de que aquele focaliza o insight em nível no qual todos os participantes podem colaborar igualmente - o que deixa de lado "os insights clínicos mais profundos". (7, pg.173). Acha que se não fosse assim, os demais participantes ficariam como observadores, e aquele que recebe o feedback estaria mais dependente do coordenador.

O feedback difere da interpretação basicamente por não ser uma inferência sobre o comportamento do outro, mas uma descrição não julgadora deste.

Frank (31) acredita que na terapia o comportamento manifesto é usado como um meio para elucidar as motivações subjacentes, e dependendo da teoria do terapeuta isto pode envolver uma mais ou menos extensa investigação das raízes históricas do que é expresso pelo paciente. No grupo-T poucas vezes se explora a motivação, a ênfase é no comportamento manifesto. Também admite diferenças quanto ao manejo do conflito: o grupo-T procura chegar a uma solução, analisando tal processo e suas implicações, enquanto a terapia usa o conflito como um meio para evocar e clarificar as distorções e atitudes neuróticas que aparecem nas lutas, quer o conflito seja resolvido ou não.

Schein e Bennis (68) Bradford (18) e Bennis (13) Lubin e Eddy (53) também se referem a que a psicoterapia explora a área inconsciente (enquanto o grupo-T, a relação interpessoal) e procura iluminar o passado, as raízes e o desenvolvimento dos conflitos. O grupo-T permanece na área do consciente ou do pré-consciente e no presente dos acontecimentos grupais, sem encorajar os participantes a trazer dados de sua experiência fora do grupo. Assim, C. Seashore exemplifica: "Se o indivíduo A expressa hostilidade em relação a um comportamento paternalista de B, nem o coordenador nem os demais participantes irão, a partir dessa percepção, discutir sobre as relações de B com seu pai ou sobre a patologia que essas relações podem ou não ter gerado em B" (70,pg.10).

Kaplan (46) se distingue dos demais porque vê muita semelhança entre os dois processos, sobretudo no seu início. Ele fez uma série de observações a partir de uma comparação entre os dois tipos de grupo que se realizavam simultaneamente e do qual participava: no grupo-T como coordenador e na terapia de grupo como supervisor. Diz que há os mesmos processos na formação de grupo, no início ambos mostrando uma tendência à regressão a um nível imaturo de funcionamento intelectual e emocional (fato este ligado à mistificação do líder e à identificação inicial entre os participantes). Mas que a extensão da regressão varia com a estrutura de personalidade dos participantes, com setting, com os objetivos do grupo e com a natureza da liderança. E que esses aspectos de regressão e identificação não têm uma implicação patológica, pois parecem mais uma "regressão a serviço do ego" (Kris, 1952).

Parloff (59) vai mais adiante e fala da possibilidade de contribuição de técnicas de grupo-T à psicoterapia de grupo:

1. na estimulação ou recriação dos conflitos emocionais do paciente;
2. no aumento da acessibilidade do paciente a novas experiências.

Supõe que esses dois aspectos estão presentes em todas as formas de terapia, portanto tais técnicas de grupo-T podem ter um papel importante nesses processos. Menciona o trabalho de E. Mintz (1967) que utiliza técnicas estimulatórias de grupo-T para ajudar os pacientes a "entrar em contato com seus sentimentos e estimular a lembrança de material reprimido". Alguns terapeutas estão usando a maratona com seus pacientes de grupos comuns, "para lidar com resistências, estimular experiências afetivas intensas e explorar intensivamente essas relações interpessoais". Para que depois então o terapeuta utilize essas novas experiências no processo subsequente de "elaboração" (working trough) (59,pg.293).

Yalom também especifica as contribuições do grupo-T à terapia:

na maior ênfase no aqui-e-agora; na utilização do feedback; na maior transparência do terapeuta; no uso de "jogos" (técnicas estimulatórias) verbais e não verbais, no uso da sessão de maior duração.

Em publicações mais recentes observamos esta influência da técnica de grupo-T: Pachmar afirma: "As técnicas de encontro oferecem um potencial no aumento da interação emocional entre o terapeuta e o paciente e entre os pacientes. O grupo pode se tornar mais atento e se relacionar mais emocionalmente" (62,pg.320) e encontramos como tema de discussão na 30ª Conferência Anual da American Group Psychotherapy Association, fev. de 1973, a "Demonstração e discussão de como a

gestalt therapy, os encounter games e role-playing podem ser integrados com a psicoterapia de grupo de orientação psicanalítica" (79).

A utilização da referência única ao aqui-e-agora, embora seja descrita no grupo-T e na psicoterapia de grupo, não é exatamente a mesma:

No grupo-T ela se refere aos eventos emergentes dentro do grupo, no tempo presente, mas esses eventos são analisados e discutidos numa perspectiva fenomenológica, isto é, como aparecem, como se revelam, não se contrapondo, portanto, a uma realidade mais profunda que o evento ocultaria ou esconderia.

Na psicoterapia de grupo os fatos surgidos no aqui-e-agora servem como pontes, são considerados como tendo um conteúdo simbólico do inconsciente do grupo e de seus participantes e que é trazido na maior parte das vezes, pela interpretação, para a relação transferencial com o terapeuta.

Assim por exemplo se um indivíduo A se queixa de que o grupo não o deixa expressar suas idéias porque sempre o cortam quando começa a falar, teremos as seguintes possíveis intervenções:

a) no grupo-T: um outro participante ou o coordenador pode perguntar se A deseja saber se os demais também confirmam essa percepção que ele tem de si mesmo e dos outros. A concordando, os outros procuram expressar o que percebem em si mesmo e em A que os levam a tomar esta atitude de "cortar" A.

b) na psicoterapia de grupo: o terapeuta pode interpretar que A de fato está se queixando a ele, terapeuta, por não lhe dar atenção e ao mesmo tempo está pedindo dele (terapeuta) uma atitude de proteção em relação aos demais membros. Ou uma interpreta

ção grupal, segundo a conceituação de Ezriel: o terapeuta poderia dizer que o grupo se queixa dele (terapeuta) com medo de estar sendo abandonado aos seus próprios impulsos hostis, e medo que essa hostilidade conduza à rejeição da parte do terapeuta.

Esta diferença de abordagem do mesmo acontecimento no aqui-e-agora pode ser transportada para outros processos que se assemelham à primeira vista.

3.4 Quanto ao coordenador, composição e aspectos formais do grupo.

A. Coordenador e Terapeuta - Podemos dizer que há tanto semelhanças quanto diferenças entre os diversos papéis do coordenador de grupo-T e o terapeuta de grupo. Horwitz acha que tanto um quanto outro devem estar atentos e apontar para o grupo o aparecimento de normas, sobretudo as que conduzem à uma restrição ou limitação da participação dos membros, como por exemplo, as referentes à expressão livre de sentimentos. Por outro lado, afirma que o coordenador de grupo aproveita os acontecimentos no grupo para apontar a dinâmica do grupo e assim levar os participantes a aprender sobre elas e suas conseqüências. O terapeuta não facilitará essas "lições" sobre dinâmica de grupo.

O terapeuta atua basicamente como uma figura transferencial: uma tela sobre a qual desejos e medos são projetados, trazidos à consciência pela interpretação, tendo como objetivo sua resolução. O terapeuta estimula as reações transferenciais restringindo sua participação de modo a permitir uma atmosfera permissiva à expressão de sentimentos e fantasias; favorecendo uma atitude de reflexão sobre o significado do comportamento do indivíduo e do grupo; restringindo suas observações a interpretação de temas grupais e variações individuais sobre eles. Uma

vez que ele permanece mais silencioso e não expressa seus sentimentos e pensamentos pessoais, ele frustra o grupo e leva à regressão, que se torna por sua vez objeto de análise e interpretação. Na regressão surgem as razões inconscientes para as reações inadequadas do indivíduo.

O coordenador de grupo-T tem múltiplos papéis. Ele não promove, explícita ou conscientemente, a transferência. A própria situação de laboratório reduz as reações transferenciais porque: a) os participantes entre si e com o coordenador se chamam pelo primeiro nome e como passam o tempo em lugares isolados, se encontram em almoço, cafés e às vezes até em horário noturno para atividades sociais; b) ele atua como modelo de participação, à medida que expressa seus próprios sentimentos quanto ao que está acontecendo no grupo. Faz isso em parte para estimular os outros a se expressarem e em parte para dissolver as fantasias de líder onisciente e onipotente; c) ele atua às vezes como professor quando resume alguns acontecimentos importantes ou faz uma generalização sobre o comportamento do grupo. Uma consequência desta atuação é que os participantes do grupo-T têm menos preocupação com o coordenador do que o paciente com o terapeuta (30).

O terapeuta focaliza seus comentários especialmente nas relações dos membros com ele (transferenciais) enquanto o coordenador do grupo-T focaliza nas relações entre os participantes e destes com ele (mas não transferencialmente).

Yalom acha que há maior distância entre o terapeuta e o grupo do que entre o coordenador e o grupo-T e que os participantes tendem a ver o coordenador mais realisticamente do que os pacientes na terapia. O terapeuta raramente é transparente ou auto-revelador e geralmente mostra apenas seu lado profissional. Nisto Fiebert (28) acrescenta que ao lado da maior disponibilidade para mostrar seus sentimentos pessoais, o

coordenador faz mais rápidas confrontações com os participantes do grupo-T.

Schein e Bennis (68) mostram um aspecto importante: que tanto o terapeuta quanto o coordenador de grupo-T podem atuar em momentos distintos como uma das duas funções, isto é, o coordenador de grupo como terapeuta e vice-versa. É que o dado importante é que o coordenador de grupo-T deve claramente saber quando está fazendo terapia.

B. A composição do grupo - Todos os autores fazem um mesmo tipo de consideração, afirmando que a diferença entre os participantes dos dois grupos (terapia e grupo-T) está no grau de "normalidade", que o participante de grupo-T é mais aberto, confiante e disponível para uma relação construtiva.

Weschler e Massarik (87), procurando escapar a esta dicotomia, descrevem um continuum (elaborado por Rogers) onde em um extremo estariam os indivíduos que percebem seus sentimentos como remotos, são incongruentes, não conseguem se comunicar, sua experiência é construída de maneira rígida, evitam a relação com os outros - e no outro extremo estariam os indivíduos que permitem seus sentimentos aflorar livremente à consciência, são basicamente congruentes, sentem-se responsáveis por seus problemas e cujas relações interpessoais são vividas abertas e livremente como uma parte da vida que traz satisfação e integração. Nesta escala os participantes do grupo-T começariam o grupo em um ponto mais alto do que aqueles que buscam a psicoterapia.

*Argyris mantém a divisão: ele distingue os indivíduos que são voltados para a sobrevivência (cujo comportamento é repetitivo mais do que adaptativo e funcional, têm dificuldade em focalizar no aqui-e-agora e em dar e receber feedback) daqueles que o são para a competência. Acha que os primeiros,

permanecendo muito tempo como um sistema fechado, só podem modificar esta situação através da exploração de sua história pessoal, e portanto é a psicoterapia que lhe será indicada. Apenas os que são voltados para a competência poderiam aproveitar do grupo-T.

Yalom e Fiebert descrevem o mesmo: o participante do grupo-T deve ter uma intenção construtiva na sua relação com os demais membros e acreditar em uma atitude básica construtiva da parte deles, resultando o clima de confiança. Mas que tudo isso é difícil de encontrar em pacientes cujo nível de autoestima e autoconhecimento é muito baixo. A resposta inicial destes é geralmente de desconfiança e sua capacidade de questionar seu sistema de valores e arriscar novas formas de comportamento é mínima.

Yalom acha que embora possa haver semelhanças mais superficiais que dizem respeito às condições alienantes da vida moderna, com as queixas frequentes de solidão, confusão e alienação, os problemas dos participantes da psicoterapia são mais abrangentes, e a origem de sua alienação é mais profunda, remonta às primeiras fases de seu desenvolvimento e influenciam todos os aspectos subsequentes dele.

Julgamos que estas caracterizações são arbitrárias: primeiro porque é muito difícil, dentro de certa faixa, distinguir a "normalidade" do indivíduo. Segundo, que embora a metodologia de grupo-T tenha sido feita até agora basicamente com pessoas cujo funcionamento social e profissional é bastante razoável, isto não é razão suficiente para impossibilitar sua utilização em grupos de composição diferente. Tanto assim que encontramos a experiência de James Elmore e Ruth Saunders (24) e a de P.G. Johnson et al. (44) que utilizam a metodologia de

grupo-T com pacientes psiquiátricos hospitalizados. Este último autor compara o grupo-T com o grupo de terapia com tempo marcado e mostra que os efeitos positivos dos dois são iguais a longo prazo, sendo que o grupo-T consegue os efeitos mais rapidamente.

C. Duração, Tamanho do Grupo e ambiente físico - Pelo que já foi mostrado nas partes anteriores deste trabalho, o grupo-T e a psicoterapia de grupo são geralmente distintos quanto a esses aspectos.

O grupo-T tem uma duração total prefixada, o grupo é fechado, enquanto a terapia, na grande maioria das vezes é de tempo indefinido, e o grupo é aberto para a entrada de novos participantes. As sessões do grupo-T geralmente são longas (3-4 horas) e podem se repetir durante o dia inteiro. Mas há alguns de duração maior (40 a 60 horas) que se repartem em sessões mais curtas e menos frequentes: duas horas, duas vezes por semana. Nesse sentido aproxima-se da distribuição de horas de terapia de grupo - mesmo permanecendo a diferença na duração total da experiência e na prefixação de sua duração.

Fiebert (28) acha que a duração é um fator influente na emergência de emoções regressivas do grupo e que o pouco tempo dá uma oportunidade limitada de estudo dos processos em profundidade ou para auto-observação dos determinantes individuais nestes processos.

Quanto ao tamanho, o grupo-T conta geralmente com um número maior de participantes do que a psicoterapia de grupo. Acreditamos que isto está ligado ao fato de que naquele é essencial a troca entre os participantes e tendo

mais pessoas (atê um certo limite) a possibilidade de contri
buições pessoais aumentaria. O pressuposto é que o grupo sen-
do uma base essencial para o processo de aprendizagem, um núme
ro pequeno de participantes diminuiria os recursos para esse
processo.

Em termos de ambiente da sessão, o grupo-T
e a psicoterapia de grupo não diferem muito: sala de tamanho
mêdio, mínimo de ruídos e de interferências, disposição em cîr-
culo. O que pode constituir uma diferença é a mais freqüente
ausência de cadeiras no grupo-T—os participantes sentam-se no
chão, ou em almofadas.

3.5 Conclusões

As comparações mencionadas nem sempre fornecem informações realmente conclusivas e consistentes. Assim alguns autores distinguem o grupo-T pela utilização do aqui-e-agora, mas já vimos que psicoterapeutas ingleses, mais do que outros, também o utilizam (mesmo que com características diferentes). Da mesma forma a conceituação do grupo como um todo: embora sua apresentação tenha sido vinculada a algumas formas de psicoterapia de grupo, a modalidade de grupo-T que objetiva a aprendizagem de habilidades de diagnóstico, de conhecimentos sobre processo grupais, etc. muitas vezes também tem esse enfoque. A diferença estaria na manipulação desses conceitos na prática. A significação atribuída à coesão grupal inicialmente nos parecia um fator que distinguiria as duas abordagens: a psicoterapia considerando negativa a sua existência e o grupo-T valorizando-a. Verificamos posteriormente que as formas de psicoterapia de grupo que lidam com as relações interpessoais consideram a coesão como um dos fatores curativos do processo, portanto imprescindível (Yalom, Frank, Truax e outros).

A dificuldade de chegar a uma conclusão que englobe de maneira total os dois campos está ligada a grande variedade de métodos dentro da psicoterapia de grupo e do grupo-T. Os autores que citamos nestas comparações se restringiam a comparar um tipo, conforme descrito por um ou dois outros teóricos de terapia e de grupo-T. Na medida em que nos afastamos desse padrão, não foi possível manter a mesma aparência de que haja uma demarcação nítida entre as duas áreas. Acreditamos que em termos bastante genéricos, poderíamos localizar diferenças significativas apenas nas metodologias e pressupostos teóricos, mas mesmo assim essa afirmação exige estudos posteriores e melhor verificação.

Resta observar que onde encontramos mais nitidamente uma diferença é entre a psicoterapia de orientação psicanalítica mais estrita, como a de Slavson, e o grupo-T. Neste caso consideramos como diferenças essenciais:

a. A psicoterapia tem o objetivo de resolver conflitos intrapésíquicos enquanto o grupo-T busca o desenvolvimento do indivíduo através do aperfeiçoamento de suas relações interpersonais e de uma experiência de si mesmo mais plena.

b. O processo de mudança em psicoterapia implica o obter insight quanto ao passado do indivíduo, suas relações parentais, fixações, etc. e a repercussão destes no presente. O grupo-T considera mudança como consequência de maior consciência de si mesmo, de experiências compartilhadas e de ação (prática de novos comportamentos). As técnicas referentes aos respectivos processos são essencialmente diferentes.

c. A exploração do passado ocupa uma posição central na psicoterapia enquanto que no grupo-T é o presente e o futuro.

d. Em psicoterapia não deve haver estimulação de coesão grupal, pois ela inibe a expressão livre de conflitos e dos sentimentos não socialmente aceitos; enquanto o grupo-T postula exatamente o oposto, a coesão junto com o clima de confiança são fatores indispensáveis ao processo.

e. O terapeuta tem uma posição central e de autoridade, em bora benevolente e permissivo. Ele não expõe aspectos pessoais seus, procura se manter neutro para que os participantes possam, através da relação transferencial, expressar seus mecanismos de defesa e seus conflitos inconscientes. No grupo-T, o coordenador, ao contrário, não estimula a relação dita transferencial, nem a posição de autoridade: como o método se baseia na contribuição que os participantes podem oferecer uns aos ou

tros, ele procura se colocar como um participante que tem conhecimentos técnicos a serem colocados como recursos à disposição do grupo. Para que alcance essa posição, ele expõe muito de seus sentimentos, emoções e idéias pessoais.

Mas não consideramos conclusiva esta comparação por também deixar de lado as inúmeras divergências a essas posições que encontramos ao longo desse trabalho e que devem ser levadas em consideração sob o risco de incidirmos numa simplificação distorsionante da realidade atual. Em nome da sistematização ou da necessidade de chegarmos a uma conclusão definitiva.

Há algumas características básicas da psicoterapia de grupo - ou seja, a teorização de que o distúrbio psicológico é sinônimo de conflito de origem intrapsíquica cuja resolução implica na análise dos processos endopsíquicos, no reviver as experiências passadas através da relação transferencial com o terapeuta e o grupo e no estabelecimento de relações de causa e efeito sobre a origem do conflito - que estão sendo mais recentemente questionadas e mesmo modificadas por alguns autores. Estas modificações nos parecem conduzir a uma maior valorização das relações interpessoais no processo de cura e à consideração de que mudança implica a possibilidade do indivíduo examinar pessoalmente a si mesmo e verificar os efeitos de seus comportamentos nos outros como um recurso para esse exame. Com estas e algumas outras alterações, a psicoterapia de grupo mais se assemelha ao grupo-T.

Não haveria então, aparentemente, uma distância intransponível entre ambos os processos - mesmo que pudesse continuar havendo no manejo de tais processos.

Nas nossas considerações finais afastam-se dessa tendência a "integrar" ou buscar pontos comuns que cheguem a eliminar as diferenças possíveis.

Assim como alguns autores afirmam que a psicoterapia analítica de grupo não é psicanálise, embora tenha os mesmos pressupostos teóricos e clínicos - propomos que a teoria na qual se fundamenta o grupo-T (incompleta e fragmentada como ainda é) possa vir a ser a base do grupo-T como uma experiência de desenvolvimento ou aperfeiçoamento pessoal e interpessoal e a de uma forma de psicoterapia de grupo. Uma psicoterapia de grupo que não seria calcada nos modelos já existentes, mas que teria conceitos, pressupostos e uma metodologia própria. O grupo-T se propõe a ser uma inovação no campo da psicologia social, e no seu caminho de afirmação científica procura maior rigor teórico e comprovação de resultados mais válidos. A forma de psicoterapia de grupo de mesma origem utilizaria o mesmo caminho, modificando apenas seus aspectos menos essenciais: os objetivos, a composição do grupo e eventualmente a frequência e duração das sessões.

Em que medida esta proposição é factível?

Ainda não o podemos afirmar. Pareceu-nos uma evolução coerente com nossas observações feitas até aqui. K. Jaspers afirma que "a teoria intenciona-se para e pretende o definitivo, que não se pode manter" (cit.19,pg.25): É na concordância com essa perspectiva que propomos a busca de uma adequação da teoria e metodologia do grupo-T a uma outra modalidade de psicoterapia de grupo, distinta da psicanalítica e suas variações.

B I B L I O G R A F I A

1. Abbagnano, M., Dicionário de Filosofia, ed. Mestre Jou, São Paulo (1970)
2. Abbagnano, M., História da Filosofia, XIV, Editorial Presença, Lisboa (1970).
3. Achilles, F., Desenvolvimento Organizacional (1972).
4. Achilles, F., Comunicação pessoal.
5. Argyris, C., Conditions for competence acquisition and the rapy, em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Colembieski, P.T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc., 220-245 (1970).
6. Argyris, C., Do personal growth Laboratory represent an alternative culture? J. Appl Beh. Sci., 8, 7-27 (1972).
7. Argyris, C., Interpersonal Competence and Organizational Effectiveness, Richard D. Irwin, Inc. (1962).
8. Barrett-Lennard, Dimensions of therapist response as causal factors in therapeutic change, Psychol. Monogr., 76, whole n^o 562 (1962).
9. Bebout, J., The use of Encounter Group for Interpersonal Growth, Interpers. Develop., 2, 91-104 (1971/1972).
10. Benne, K., Bradford, L., Lippitt, P., The Laboratory Method, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Renne, 15-44 (1964).

11. Benne, K., History of the T-group in the Laboratory Setting, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 80-135 (1964).
12. Bennis, G. e Shepard, H. A., A theory of Group Development em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, R. T. e Plumberg, A., Peacock Publishers, Inc., 91-115 (1970).
13. Bennis, G., Patterns and vicissitudes in T-group Development, em T-group theory and the laboratory method, 248-278 (1964).
14. Bennis, W., G., Goals and meta-goals of Laboratory Training em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, R. T. e Blumberg, A., Publishers, Inc., 18-24 (1970).
15. Blake, Robert, Studying Group Action, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 336-364 (1964).
16. Bolman, L., Some effects of trainers on their T-groups, J. Appl. Beh. Sci., 7, 309-325 (1971).
17. Bradford, L., Membership and the learning process, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 190-215 (1964).
18. Bradford, L., Gibb, J., Benne, K., Two Educational Innovations, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 1-14, (1964).
19. Callile Jr., M., Comunidade em questão, Companhia Brasileira de Artes Gráficas (1972).

20. Cashdan, S., Interactional Psychotherapy, Grune & Stratton (1973).
21. Culbert, S., Trainer Self-Disclosure and Member Growth in Two T-groups, *J. of Appl. Sci.*, 4, 47-73 (1968).
22. Dreikurs, R., Early Experiments with group psychotherapy: a historical review, em Group Therapy Today, ed. por Ruitenbeek, H., Atherton Press, 18-27 (1969).
23. Durkin, H., The Group in Depth, International Universities Press (1964).
24. Elmore, J.L., Saunders, R., Group Encounter Techniques in Short-Term Psychiatric Hospital, *Amer. J. Psychother.*, 26, 490-500 (1972).
25. Ezriel, H., Notes on psychoanalytic group therapy II, Interpretation and research, *Psychiatry*, 15, 119-126 (1952).
26. Faucheux, C., Thēorie et technique du groupe de diagnostic, *Bulletin de Psychologie sociale III*,: groupes, n^o spēcial, 397-420 (1959).
27. Faucheux, C., Les conceptions amēricaines du groupe de diagnostic, *Bulletin de Psychologie sociale III*: groupes, n^o special, 421-428 (1959).
28. Fiebert, M. S., Sensitivity Training: an analysis of trainer interventions and group process, *Psychological Reports*, 22, 829-838 (1968).
29. Foulkes, S. H., Anthony, A. J., Group Psychotherapy, Penguin Books (1965).

30. Frank, J. D., Group Methods in Psychotherapy, J. Social Issues, 8, 35-44 (1952).
31. Frank, J. D., Training and Therapy, em T-Group Theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Renne, John Wiley ' Sons, 442-451 (1964).
32. Friedlander, F., The primacy of trust as a facilitator of further group accomplishment, J. Appl. Beh. Sci., 6, 387-400 (1970).
33. Gazda, G. M., Basic Approaches to group psychotherapy and group counselling, Charles C. Thomas Publisher (1968).
34. Genevard, C., Différences et analogies entre les groupes psychothérapiques et les groupes de discussion, em Pratique de la psychothérapie de Groupe, ed. pour Schneider, P., Presses Universitaires de France (1965).
35. Gibb, J., The present status of t-group theory, em T-Group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 168-189 (1964).
36. Gibb, J., R., Climate for trust formation, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 279-309 (1964).
37. Goldenson, R. M., The Encyclopedia of Human Behavior: Psychology, Psychiatry and Mental Health, Doubleday & Company (1970).
38. Grinberg, L., Langer, M., Podrigue, E., Psicoterapia del Grupo, Editorial Paidós (1971).

39. Himbert, C., Evaluating Sensitivity Training for Teen-agers, *J. Appl. Beh. Sci.*, 6 307-322 (1970).
40. Horwitz, L., Transference in Training groups and Therapy Groups, em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Colembiewski, P. T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc., 179-191 (1970).
41. Hurley, J., Force, E., T-group gains in acceptance of self and others, *Int. J. Gr. Psychother.*, XXIII, 166-176 (1973).
42. Insel, P., Moos, R., An experimental investigation of process and outcome in an encounter Group, *Human Rel.*, 25, 441-447 (1972).
43. Jenkins, D. H., What is group dynamics, NTL, Selected Reading Series One, 5-10 (1961).
44. Johnson, D.L., Hanson, P., Rothaus, P., Morton, R.B., Lyle, F.A., Moyer, R. em Follow-up Evaluation of Human Relations Training for psychiatric patients, em Schein, E., Bennis, W. Personal and Organizational change through group methods, John Wiley & Sons (1965).
45. Joure, S., Frye, R., Meierhoefer, B., Vidulich, P., Differential change among participants as a function of dogmatism, *J. Psychol.*, 80, 151-156 (1972).
46. Kaplan, S. R., Therapy groups and training groups: similarities and differences, *Int. J. Gr. Psychother.* XVII, 473-503 (1967).

47. Lewin, K., Princípios de Psicologia Topológica, Editora Cultrix (1973).
48. Lieberman, M., Encounter Leaders: their behavior and impact, *Interpers. Develop.*, 2, 21-49 (1971/1972).
49. Lieberman, M., Lakin, M., Stock, D., Problems and potential of psychoanalytic and group-dynamic theories for group psychotherapy, *Int. J. Gr. Psychother.*, XIX, 131-141 (1969).
50. Lieberman, M., Yalom, I.D., Miles, M.B. The impact of Encounter Group on participants: a preliminary finding, *J. Appl. Beh. Sci.* 8, 29-52 (1972).
51. Lippitt, G., This, L., Leaders for laboratory training: selected guidelines for group trainers utilizing the laboratory method em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, R. T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc. 169-179 (1970).
52. Lomranz, J., Lakin, M., Schiffman, H., Variants of Sensitivity Training and Encounter: diversity or fragmentation, *J. Appl. Beh. Sci.*, 8, 399-420 (1972).
53. Lubin, B., Eddy W. B., The Laboratory Training Model: rationale, method and some thoughts for the future, *Int. J. Gr. Psychother.*, XX, 305-337 (1970).
54. Luchins, S., Psicoterapia de Grupo, Editora Cultrix, (1970).
55. Luke, R., The internal normative structure of Sensitivity Training groups, *J. Appl. Beh. Sci.*, 8, 421-437 (1972).


56. Mullan, H., Rosenbaum, M., Group Psychotherapy - Theory and Practice, The Free of Glencoe (1963).
57. Myers, G. E., Myers, M.T., Goldberg, A., Milch, C., Effect of Feedback on Interpersonal Sensitivity in Laboratory Training Groups, *J. Appl. Beh. Sci.*, 5, 175-185 (1969).
58. Pagès, M., Note sur le T-group ou groupe de diagnostic, *Bulletin de Psychologie Sociale III: groupes*, n° special, 453-464 (1959)
59. Parloff, M.B., Group therapy and the small-groups field: an encounter, *Int. J. Gr. Psychother*, XX, 267-304 (1970).
60. Peck, H.P., Encounter and T-groups, *Int. J. Gr. Psychother*, XX, 263-266 (1970).
61. Pontalis, J. B., Réflexions naïves sur quelques expériences de groupe: phénomènes et idéologie, *Bulletin de Psychologie Sociale III: groupes*, n° spécial, 352-358 (1959).
62. Rachamn, M., Encounter Techniques with adolescents, *Int. J. Gr. Psychother.* XXI, 319-329 (1971).
63. Reddy, M. B., Sensitivity training or group psychotherapy: the need for adequate screening, *Int. J. Gr. Psychother.*, XX, 366-371 (1970).
64. Rioch, M., Group Relations: rationale and Technique, *Int. J. Gr. Psychother.*, XX, 340-355 (1970).
65. Rogers, C., Carl Rogers on Encounter groups, Harper & Row Publishers (1970).

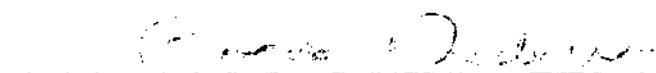
66. Rogers, C., The Interpersonal Relationships: the core of Guidance, em Sensitivity training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, P. T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc. 157-167 (1970).
67. Ruitenbeek, H., A note on the participation of the group psychotherapist, em Group Therapy Today, ed. Ruitenbeek, H., Atherton Press, 342-344 (1969).
68. Schein, H., Bennis, W., G., Personal and Organizational change through group Methods, John Wiley & Sons (1955).
69. Schneider, L. I., A proposed conceptual integration of group dynamics and group therapy, J. Soc. Psychol., 42, 173-191 (1955).
70. Seashore, C., What is sensitivity training, em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski P. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc. 14-18 (1970).
71. Shepard, H., Bennis, W., A theory of training by the group methods, Human Rel., IX, 403-414 (1956).
72. Slavson, S. R., A contribution to a systematic theory of group psychotherapy, Int. J. Gr. Psychother., 4, 3-29 (1954).
73. Slavson, S. R., Freud's contributions to group psychotherapy, em Group Therapy Today, ed. por H. Ruitenbeek, Atherton Press, 28-36 (1969).
74. Slavson, S.R., A textbook in analytic group psychotherapy, International University Press (1964).

75. Smith, B., The varieties of group experience, *New Society*, 25, 483-485 (1971).
76. Steele, F., Personality and the "Laboratory Style", *J. of Appl. Beh. Sci.*, 4, 25-43 (1968).
77. Stock, D., A survey of Research on T-Groups, em T-group theory and the Laboratory Method, ed. L. Bradford, J. Gibb e K. Benne, 395-441 (1964).
78. Strupp, H. H., Bergin, E., Some empirical and conceptual bases for coordinated research in psychotherapy, *Int. J. Psychiat.*, 72, 18-90 (1969).
79. Sumário da 30^a Conferência Anual da American Group Psychotherapy Association, *Int. J. Gr. Psychother.* XXII, nº 4 (1972).
80. Sutherland, J. D., Notes on Psychoanalytic group Therapy I, Therapy and Training, *Psychiatry*, 15, 111-117 (1952).
81. Tannenbaum, P., Weschler, I., Massarik, F., Leadership and Organization, Mc-Graw-Hill Company (1961).
82. Tannenbaum, P., Weschler, I. R., Massarik, F., The role of the trainer em Sensitivity training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, R. T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc., 139-140 (1970).
83. Tannenbaum, P., Weschler, I. R. Massarik, P., Observations on the trainer role: a case study, em Sensitivity Training and the Laboratory Approach, ed. Golembiewski, R. T. e Blumberg, A., Peacock Publishers, Inc. 191-208.

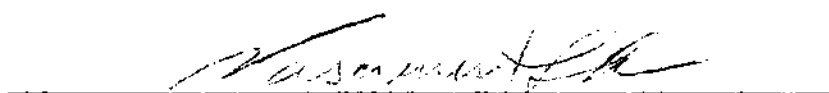
84. The American Heritage Dictionary of the English language, Dell Publishing Co., (1970).
85. Truax, C. B., The process of Group Psychotherapy, Psychol. Monogr., 75, whole n^o 511 (1961).
86. Yalom, I., The theory and practice of group psychotherapy, Basic Books (1970).
87. Weschler, I., Massarik, F., Tannenbaum, R., The self in process: a sensitivity training emphasis, em Issues in Training, NTL Selected Readings series five, 33-46 (1962).
88. Weschler, I., Reisel, J., Inside a sensitivity training, Inst. of Industrial Relations Monogr., UCLA (1960).
89. Wolf, A., The Psychoanalysis of Groups, em Group Therapy Today, ed. por Hendrik Puitenbeek, Atherton Press, 67-96 (1969).
90. Wolf, A., The Psychoanalysis of groups, em Basic Approaches to group psychotherapy and group counseling, ed. por George Gazda, Charles C. Thomas Publisher, 80-108 (1968).
91. Zimmermann, D., Estudios sobre Psicoterapia Analítica de Grupo, Ediciones Hormé, B. A. (1969).

Tese apresentada no Departamento de
Psicologia da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro, fazendo
parte da Banca Examinadora os seguin-
tes Professores:


Dr. Monique Rose Augras


Prof. Aroldo Rodrigues, Ph. D.


Dra. Maria Helena Novaes


Carlos Nascimento Silva
Coordenador dos Programas de Pós-Graduação
do Centro de Teologia e Ciências Humanas

Visto e permitida a impressão
Rio de Janeiro, 30 de abril de 1974.